

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

BRAGA 2030



BRAGA
Cidade autêntica

vale do
cávado

comunidade intermunicipal
do cávado

PDS
2030

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social de Braga 2024 - 2030
PDS Braga 2030

Coordenação

CIM Cávado

Equipa de projeto

CIM Cávado

Município de Braga

rittma® Liderar a mudança www.rittma.com

Versão

1.4 2024-09-10



INTRODUÇÃO	4
METODOLOGIA	5
PARTE I - DIAGNÓSTICO SOCIAL	7
1. TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA	8
1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO	9
1.2 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO	10
1.3 ESTRUTURA FAMILIAR	29
2 DIMENSÕES SOCIAIS	31
2.1 SAÚDE	32
2.2 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES	40
2.3 SEGURANÇA	51
2.4 ECONOMIA E EMPREGO	56
2.5 CULTURA DESPORTO E LAZER	65
2.6 HABITAÇÃO	68
2.7 POBREZA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL	77
3. REDE DE SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS	89
3.1 INFÂNCIA E JUVENTUDE	90
3.2 POPULAÇÃO ADULTA	91
3.3 FAMÍLIA E COMUNIDADE	93
4. NECESSIDADES E DESAFIOS DA REDE SOCIAL	95
5. NOVOS DESAFIOS SOCIAIS	104
5.1 DESAFIOS SOCIETÁRIOS	105
5.2 DESAFIOS CONJUNTURAIS	106
5.3 DESAFIOS DA REDE LOCAL	106
PARTE II - PLANO DE AÇÃO	108
6. MATRIZ DE AÇÃO ESTRATÉGICA	109
6.1 VISÃO ESTRATÉGICA	110
6.2 PILARES DE AÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	113
6.3 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	114
7. ROADMAP PARA A AÇÃO	118
7.1 PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA	119
7.2 PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA	127
7.3 PILAR 3 - GOVERNAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	139
7.4 RESPOSTAS SOCIAIS	145
8. SISTEMA DE EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	146
9. MODELO DE GOVERNAÇÃO	150
SIGLAS E ACRÓNIMOS	153
ÍNDICE DE FIGURAS	155
ÍNDICE DE TABELAS	157
BIBLIOGRAFIA	159

INTRODUÇÃO

Conhecer e planejar para atuar, respondendo assertiva e atempadamente aos desafios sociais.

Este é o mote do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Braga 2030, o ponto de partida. Num momento em que emergem desafios sociais até há pouco inexistentes ou adormecidos, urge conhecer o contexto social atual nas suas múltiplas dimensões, mais ou menos intrincadas, mas que no essencial determinam o nível de bem-estar da sociedade, quer na perspetiva coletiva quer individual, o bem-estar das pessoas, o bem-estar da pessoa.

Perante novos contextos de emergência social, novos desafios societários e novos desafios da rede de intervenção local, o conhecimento deve existir e informar os decisores e executores em tempo tendencialmente real. Mas conhecer não chega, é preciso planejar e atuar concertadamente, rumo à superação dos desafios e das necessidades diagnosticadas.

Sendo em primeira instância um instrumento ao serviço da intervenção social para o horizonte 2030, o Diagnóstico Social (DS) e Plano de Desenvolvimento Social (PDS) não pode esgotar-se num documento, deve renovar-se na atuação diária, promovendo constantemente o desenvolvimento social. Reformulando e conhecendo para atuar e desenvolver as potencialidades da comunidade.

Com esta ambição, o presente documento **divide-se em 2 partes**, uma relativa ao **Diagnóstico Social**, outra ao **Plano de Ação**.

A **Parte I - Diagnóstico Social**, divide-se em 5 capítulos, a saber:

- 1 - **Território e Demografia** - caracteriza-se sumariamente o território local e a população que nele vive, expondo a dinâmica demográfica mais recente;
- 2 - **Dimensões sociais** - caracterizam-se as principais dimensões sociais com impacto no bem-estar das pessoas, designadamente ao nível da Saúde, Educação, Segurança, Habitação, entre outras, incluindo a proteção social existente;
- 3 - **Rede de serviços e respostas sociais** - identificam-se as principais respostas sociais existentes a nível local, de acordo com a Carta Social, apontando-se ainda projetos locais complementares;
- 4 - **Necessidades e Desafios da Rede Social** - resumem-se os contributos qualitativos resultantes das sessões de trabalho promovidas pela rede social para a renovação do PDS;
- 5 - **Novos desafios sociais**, expõem-se os desafios que moldarão a atuação social nos próximos anos, quer estruturais ou societários, quer conjunturais.

A **Parte II - Plano de Ação**, divide-se em 4 capítulos, a saber:

- 6 - **Matriz de Ação Estratégica** - partindo do diagnóstico social e do referencial estratégico nacional e internacional, definem-se os pilares de ação estratégica do plano;
- 7 - **Roadmap para a ação** - traduz o plano de ação propriamente dito, pensado em 2 linhas de atuação, **programas** âncora e projetos estruturantes;
- 8 - **Sistema de execução, monitorização e avaliação** - descreve o sistema de gestão, acompanhamento e avaliação do plano;
- 9 - **Modelo de governação** - sintetiza o modelo de governação que preside ao plano.

METODOLOGIA

A construção do DS e PDS Braga 2030 surgiu como uma oportunidade de alinhar a estratégia de coesão social e territorial com o quadro de orientações europeias, nacionais e regionais, para o horizonte temporal 2030, e de a conceber com base nos novos desafios e transformações sociais advindas de diferentes fatores, como sejam o contexto pós-pandemia, a territorialização do processo de transferência de competências para as autarquias, a migração, o acesso à habitação e o impacto da inflação no contexto de vida das pessoas.

Conscientes do trabalho realizado ao longo da vigência do último PDS e do dinamismo de atuação instituída em redes institucionais e temáticas da Rede Social de Braga, que promoveram o permanente exercício de reflexão e atualização das necessidades e problemáticas subjacentes a produtos de diagnóstico e/ou propostas de ação, optou-se estrategicamente por acionar o processo de planeamento participativo de construção dos instrumentos da Rede Social, alicerçado nas seguintes redes de parceria/trabalho:

- Comissões Sociais de Freguesia e Inter-freguesias;
- Comunidade de Prática da Deficiência;
- Comunidade de Prática da Infância e Juventude;
- Comunidade de Prática do Envelhecimento;
- Fórum Concelhio para a Igualdade de Género e Prevenção e Combate à Violência Doméstica;
- Grupo Temático de Empregabilidade/Empreendedorismo;
- Núcleo de Planeamento e Intervenção Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (NPISA);
- Rede de Apoio Alimentar de Braga.

Tomou-se como ponto de partida a análise das dinâmicas do concelho e alguns dados de diagnóstico, a análise documental dos produtos¹ destas redes de parceria, a revisitação das principais conclusões e a auscultação do conhecimento e expectativas dos agentes, sobre as necessidades, os desafios e os problemas com que se defrontam diariamente na intervenção direta com as pessoas.

O processo de planeamento estratégico subjacente à elaboração do Diagnóstico e PDS de Braga assentou numa abordagem metodológica participativa, coerente e alinhada com o contexto de territorialização do Programa Rede Social, e enquanto instrumentos de planeamento estratégico que devem ser desenvolvidos de forma integrada, participada e sequencial, onde:

- **no primeiro** se caracteriza a realidade social do concelho, com base em informação quantitativa (indicadores estatísticos) e qualitativa sobre a identificação das necessidades e problemas prioritários, que resultam dos contributos, reflexões e discussão coletiva efetuada com as entidades que compõem as redes de parceria/trabalho supramencionadas; e,
- **no segundo** se desenvolve de forma contínua e articulada o aprofundamento do diagnóstico de necessidades do território e a sistematização dos pilares de ação estratégica, objetivos e plano de ação que oriente a intervenção em prol do desenvolvimento e coesão social do território.

O percurso metodológico pautou-se pelo desenvolvimento das seguintes etapas sequenciais de trabalho:

¹ Documentos consultados: Diagnóstico Social da área da Deficiência do Concelho de Braga, CLDS Make Braga 4G; Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação de Braga 2022-2027; Pacto para a Empregabilidade 2023 – CLDS Make Braga 4G; Plano de Ação ROOF/NPISA 2022-2023; Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2022; e, Plano para a Longevidade 2024-2027).



ANÁLISE DOCUMENTAL

- Análise de estudos e referenciais europeus, nacionais e regionais
- Análise de instrumentos de planeamento municipal setorial



DIAGNÓSTICO

- Recolha e análise de indicadores estatísticos e outros específicos
- Análise documental dos produtos das redes / grupos de parceria local



PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

- Fóruns temáticos participativos de planeamento da ação estratégica
- Elaboração do Diagnóstico e PDS Braga 2030



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Apresentação e apreciação prévia do documento
- Aprovação pelo CLAS do documento final

PARTE I

DIAGNÓSTICO

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA



1

DIMENSÕES SOCIAIS



2

REDE DE SERVIÇOS E RESPOSTAS SOCIAIS



3

NECESSIDADES E DESAFIOS DA REDE SOCIAL



4

NOVOS DESAFIOS SOCIAIS



5

2024.JULHO

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA 1

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO



1.1

ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO



1.2

ESTRUTURA FAMILIAR



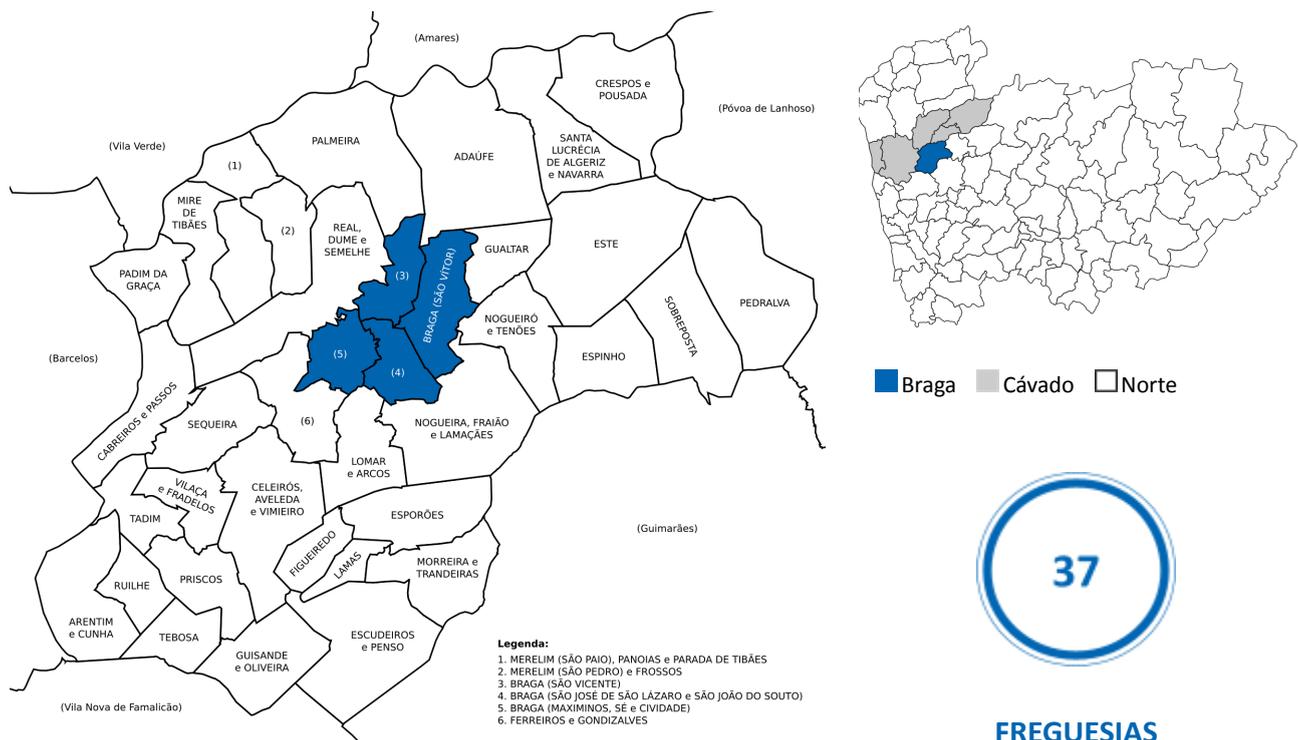
1.3

1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO

O concelho de Braga localiza-se na Região Norte (NUTS II) e sub-região Cávado (NUTS III), sendo capital de distrito. Abrange uma área de aproximadamente 183 km² e é o município mais populoso da sub-região, constituindo uma das maiores aglomerações urbanas do país.

O município é limitado a norte pelos concelhos de Amares, a leste por Póvoa de Lanhoso, a sudeste por Guimarães, a sul por Vila Nova de Famalicão, a oeste por Barcelos e a noroeste por Vila Verde.

A nível administrativo, o Município de Braga é constituído por 37 unidades locais administrativas do tipo freguesia.



■ Centro urbano

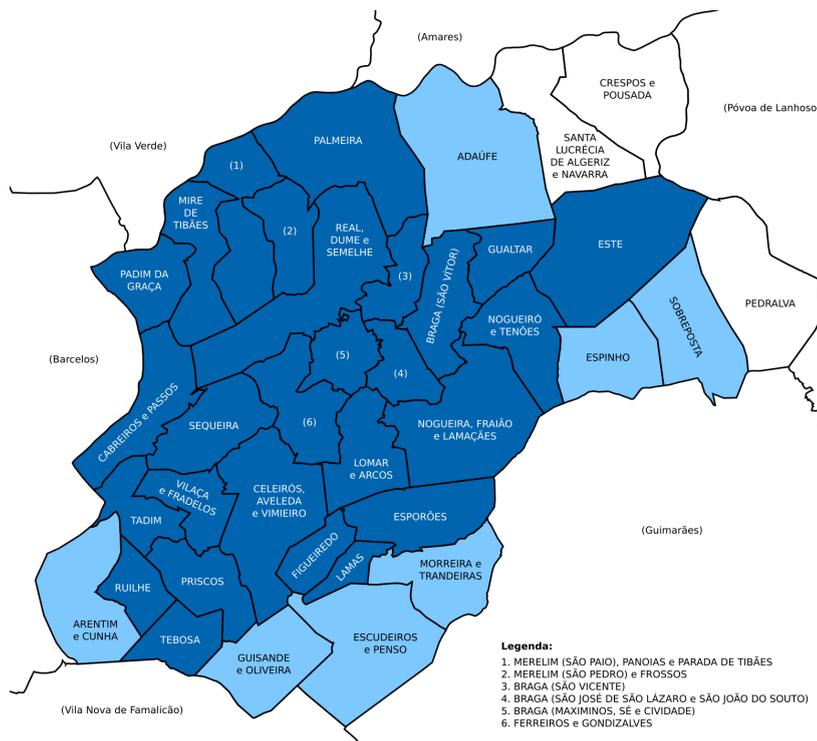
Figura 1 | Localização e freguesias do município de Braga

1.2 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

1.2.1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO

A expansão demográfica de Braga tem repercussão na densidade populacional, elevando-a para 1.054 hab/km² à data dos Censos 2021. Braga apresenta 3 vezes maior densidade populacional do que a média da sub-região do Cávado, que ascende a cerca de 334,41 hab/km², e supera largamente a densidade média da população da região Norte, que regista cerca de 173 hab/km².

As estimativas populacionais do INE para 2023 elevam a densidade da população para 1.099 hab/km².



CENTRO URBANO EM EXPANSÃO

Braga constitui uma das principais áreas urbanas do país, apresentando uma elevada densidade populacional face à média de Portugal, da região Norte e do Cávado, observando-se a expansão urbana para as freguesias da periferia da cidade.

DENSIDADE

1 054 hab/hm²
Censos 2021

1 099 hab/hm²
Estimativas 2023

- Freguesias com densidade superior à média do Cávado (334,41 hab/km²)
- Freguesias com densidade entre a média do Cávado e do Norte
- Freguesias com densidade inferior à média do Norte (168,5 hab/km²)

Figura 2 | Densidade das freguesias do município, segundo os Censos 2021

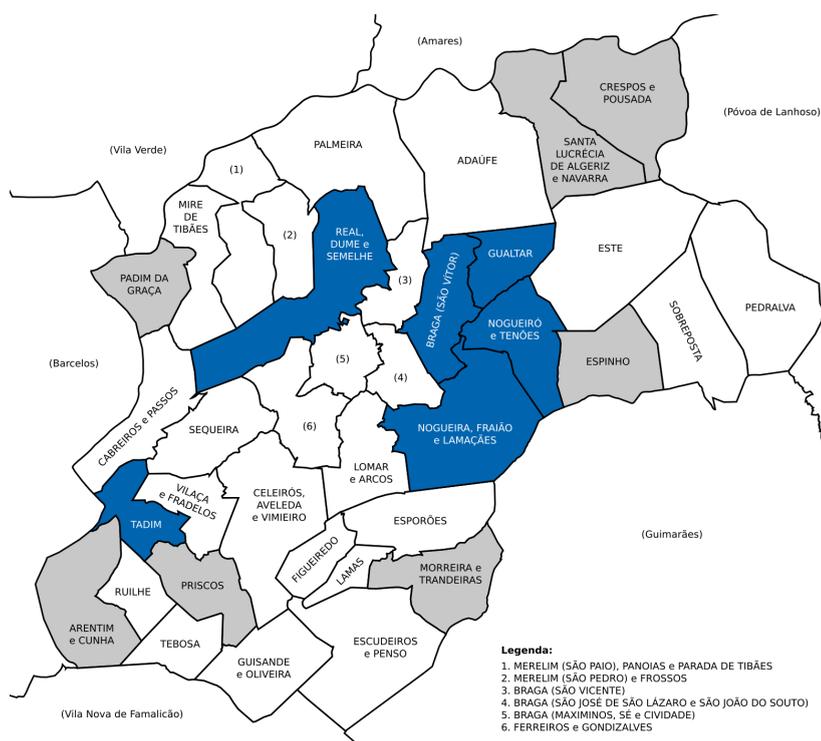
A distribuição da população pelas diversas freguesias é assimétrica e realça a maior concentração populacional nas freguesias que constituem o centro urbano, com maior oferta de serviços, nomeadamente Braga (São Vicente), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) e Braga (São Vítor).

Por sua vez, as freguesias localizadas a nascente, Pedralva, União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra e União das freguesias de Crespos e Pousada, fronteiriças aos municípios de Amares e Póvoa de Lanhoso, apresentam as densidades populacionais mais baixas.

As freguesias que apresentam a maior densidade populacional em 2021 e que constituem o casco histórico da cidade continuam a crescer, mas não têm grande margem para maiores expansões. Surgem, assim, novas

centralidades e expansão urbana nas freguesias limítrofes ao centro urbano, União Freguesias Real, Dume e Semelhe (+ 17% face a 2011), União Freguesias Nogueiró e Tenões (+ 16% face a 2011), União Freguesias Nogueira, Fraião e Lamações (+ 15% face a 2011) e, particularmente, Gualtar, cujo crescimento se destaca, com a respectiva densidade populacional a aumentar 28% face a 2011.

Por sua vez, nas freguesias mais rurais e centrífugas verifica-se a retração demográfica. A freguesia de Espinho lidera a diminuição populacional entre Censos 2011-2021 (-11%), seguida da União das freguesias de Crespos e Pousada (-9%), da União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra (-9%), da União das freguesias de Arentim e Cunha (-8%), de Padim da Graça (-7%), de Priscos (-6%) e da União das freguesias de Morreira e Trandeiras (-6%).



ASSIMETRIA DEMOGRÁFICA ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

Apesar da variação populacional positiva ocorrida entre os Censos 2011 e 2021, constata-se alguma assimetria demográfica: cerca de 54% das freguesias (20 das 37) estagnaram ou diminuíram em termos populacionais.

■ Freguesias com crescimento populacional inter-censos (2011-2021) superior a 10%

■ Freguesias com perda populacional inter-censos (2011-2021) superior a 5%

Figura 3 | Evolução demográfica inter-censos (2011-2021) das freguesias

Na tabela seguinte apresenta-se a população por freguesia e a respetiva variação entre os Censos de 2011 e 2021.

Tabela 1 | Distribuição da população residente por freguesia segundo os Censos de 2011 e 2021 (N.º)

Braga	2011	2021	Δ 2021/2011 (N.º)	Δ 2021/2011 (%)
Adaúfe	3 711	3 587	-124	-3,34%
Braga (São Vicente)	13 236	13 974	738	5,58%
Braga (São Vítor)	29 642	32 876	3 234	10,91%
Espinho	1 181	1 057	-124	-10,50%
Esporões	1 709	1 713	4	0,23%
Figueiredo	1 198	1 150	-48	-4,01%
Gualtar	5 286	6 761	1 475	27,90%
Lamas	842	852	10	1,19%
Mire de Tibães	2 437	2 344	-93	-3,82%
Padim da Graça	1 521	1 416	-105	-6,90%
Palmeira	5 468	5 700	232	4,24%
Pedralva	1 110	1 060	-50	-4,50%
Priscos	1 341	1 256	-85	-6,34%
Ruilhe	1 142	1 110	-32	-2,80%
Sequeira	1 811	1 741	-70	-3,87%
Sobreposta	1 301	1 267	-34	-2,61%
Tadim	1 143	1 267	124	10,85%
Tebosa	1 129	1 081	-48	-4,25%
União das freguesias de Arentim e Cunha	1 530	1 406	-124	-8,10%
União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade)	14 572	15 087	515	3,53%
União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	14 301	14 791	490	3,43%
União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião)	2 165	2 082	-83	-3,83%
União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	6 671	6 742	71	1,06%
União das freguesias de Crespos e Pousada	1 347	1 231	-116	-8,61%
União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)	1 864	1 823	-41	-2,20%
União das freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)	3 837	4 066	229	5,97%
União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves	9 148	9 976	828	9,05%
União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro)	1 053	1 072	19	1,80%
União das freguesias de Lomar e Arcos	6 805	7 265	460	6,76%
União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	5 363	5 258	-105	-1,96%
União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos	3 726	3 845	119	3,19%
União das freguesias de Morreira e Trandeiras	1 447	1 364	-83	-5,74%
União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações	13 054	15 015	1 961	15,02%
União das freguesias de Nogueiró e Tenões	5 129	5 946	817	15,93%
União das freguesias de Real, Dume e Semelhe	11 700	13 682	1 982	16,94%
União das freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	994	909	-85	-8,55%
União das freguesias de Vilaça e Fradelos	1 580	1 552	-28	-1,77%

Fonte: INE, Censos 2021

1.2.2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

O concelho de Braga observou um considerável aumento populacional nas últimas décadas, sendo o concelho do país que mais cresceu no período entre os Censos 2011 e 2021, crescimento que se prolonga nas estimativas populacionais relativas ao ano de 2023. À data dos Censos 2021, atingiu 193.324 habitantes. Correspondendo a um aumento de 11.830 residentes face aos Censos 2011, Braga é o motor da variação populacional positiva da sub-região do Cávado, que se cifrou em 6.436 pessoas entre Censos, compensando perdas populacionais de outros municípios.

Aliás, Braga observa uma expansão populacional significativa desde 2001: 17,7% entre Censos 2001-2021 e 6,5% entre Censos 2011-2021. Esta evolução demográfica é notória na medida em que, no mesmo período, quer na região Norte, quer no país, assistimos a uma retração da população. Braga constitui, portanto, um farol de atração e fixação de novos residentes.

Tabela 3 | Evolução da população residente segundo os Censos

Território	2001	2011	2021	Δ 2011/2001	Δ 2021/2011	Δ 2021/2001
Portugal	10 356 117	10 562 178	10 343 066	1,99%	-2,07%	-0,13%
Norte	3 687 293	3 689 682	3 586 586	0,06%	-2,79%	-2,73%
Cávado	393 063	410 169	416 605	4,35%	1,57%	5,99%
Braga	164 192	181 494	193 324	10,54%	6,52%	17,74%

Fonte: INE, Censos da População (2001, 2011 e 2021)

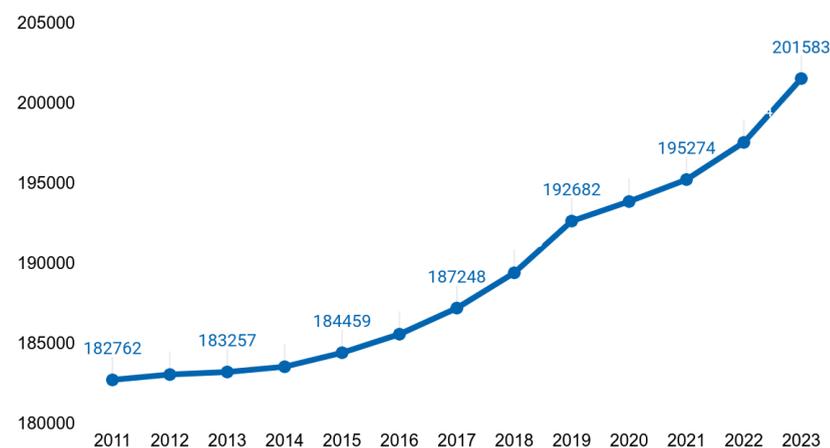


193 324

Censos 2021

+6,5% face aos Censos 2011

Entretanto, segundo as Estimativas Anuais da População Residente (INE), a população de Braga terá ultrapassado os 200 mil habitantes, atingindo 201.583 no ano de 2023.



201 583

Estimativa 2023

+4,3% face a Censos 2021

Figura 4 | Evolução anual da população residente entre 2011 e 2023

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

A expansão da população em Braga coincide com o seu peso crescente no conjunto populacional do Cávado. Se, em 2001, a população de Braga representava 41,8% do total de habitantes na sub-região, na estimativa populacional para 2023 essa proporção atinge 46,9%, revelando força gravítica face aos municípios vizinhos.

1.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

SEXO E ESTRUTURA ETÁRIA

À data dos Censos 2021 residiam em Braga 101.222 mulheres e 92.102 homens. As mulheres superavam o número de homens em 9.120, representando 52,4% da população total. De acordo com a população estimada para 2023, o número de mulheres terá subido para 105.715, diminuindo o seu peso para 51,9% da população total.

No que respeita à distribuição da população por grupo etário, Braga segue um padrão demográfico típico da sub-região: os homens são em maior número na faixa etária dos 0 aos 24 anos, sendo superados em número pelas mulheres nas faixas seguintes, ficando evidente a resiliência feminina nas idades mais avançadas.

Tabela 4 | População residente por sexo e grupo etário segundo os Censos 2011 e 2021

Sexo e grupo etário	Censos 2011		Censos 2021		Δ 2021/2011	
TOTAL	181 494		193 324		6,52%	
HM	0 - 14 anos	29 667	16,35%	26 753	13,84%	-9,82%
	15 - 24 anos	22 098	12,18%	21 976	11,37%	-0,55%
	25 - 64 anos	105 835	58,31%	109 422	56,60%	3,39%
	65 e mais anos	23 894	13,17%	35 173	18,19%	47,20%
TOTAL	86 707	47,77%	92 102	47,64%	6,22%	
H	0 - 14 anos	15 158	8,35%	13 759	7,12%	-9,23%
	15 - 24 anos	11 115	6,12%	11 222	5,80%	0,96%
	25 - 64 anos	50 506	27,83%	51 871	26,83%	2,70%
	65 e mais anos	9 928	5,47%	15 250	7,89%	53,61%
TOTAL	94 787	52,23%	101 222	52,36%	6,79%	
M	0 - 14 anos	14 509	7,99%	12 994	6,72%	-10,44%
	15 - 24 anos	10 983	6,05%	10 754	5,56%	-2,09%
	25 - 64 anos	55 329	30,49%	57 551	29,77%	4,02%
	65 e mais anos	13 966	7,70%	19 923	10,31%	42,65%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



101 222

52,4% da população
Censos 2021

104 715

51,9% da população
Estimativa 2023

A idade média da população à data dos Censos era de 42,8 anos, inferior à do Cávado (43,6), do Norte (45,4) e de Portugal (45,4).

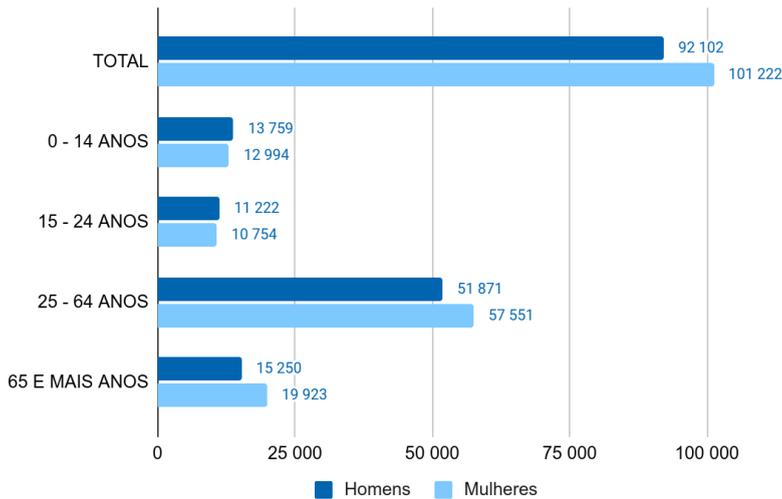


Figura 5 | População residente por sexo e grupo etário à data dos Censos 2021

Fonte: INE, Censos 2021

Entre os Censos 2011 e 2021, o número de habitantes com mais de 65 anos cresceu 47,2%, tendo as restantes faixas etárias variações menores, com destaque para a retração da população dos 0 aos 14 anos, que diminuiu quase 10%.

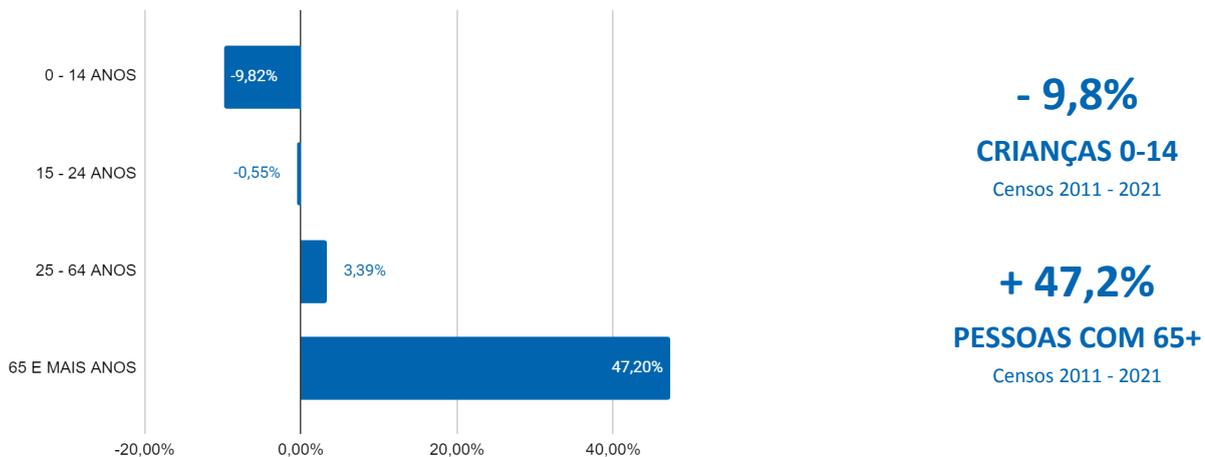
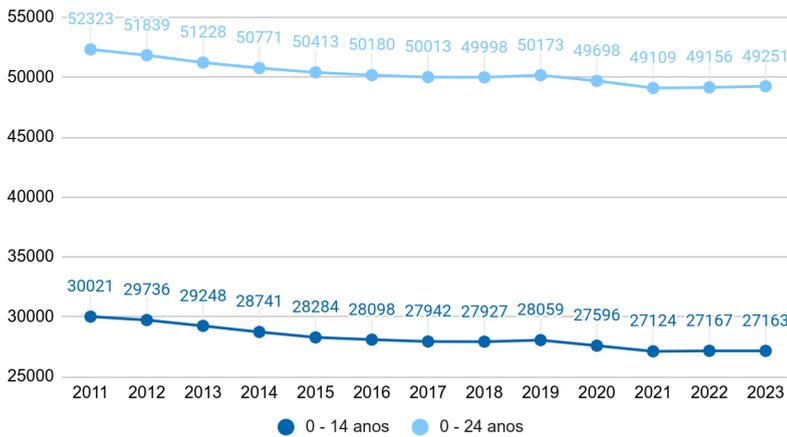


Figura 6 | Variação da população residente por grandes grupos etários entre os Censos 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

População jovem

À data dos Censos 2021, a população com idade até aos 24 anos era de 48.729 habitantes, representando 25,2% do total da população, acima da proporção verificada no Cávado (24,9%), no Norte (23,0%) e em Portugal (23,4%). Considerando as estimativas populacionais para 2023, a população deste grupo etário terá crescido para 49.251 habitantes, embora diminuindo a sua proporção face ao total para 24,4%. Apesar de uma ligeira recuperação da população jovem entre a data dos Censos 2021 e as estimativas de 2023, a alteração demográfica em curso transmuta substancialmente a dinâmica da população jovem.



0 - 24 anos

49 251

Estimativas 2023
24,4% da população



0 - 14 anos

27 163

Estimativas 2023
13,5% da população

12,8% Portugal

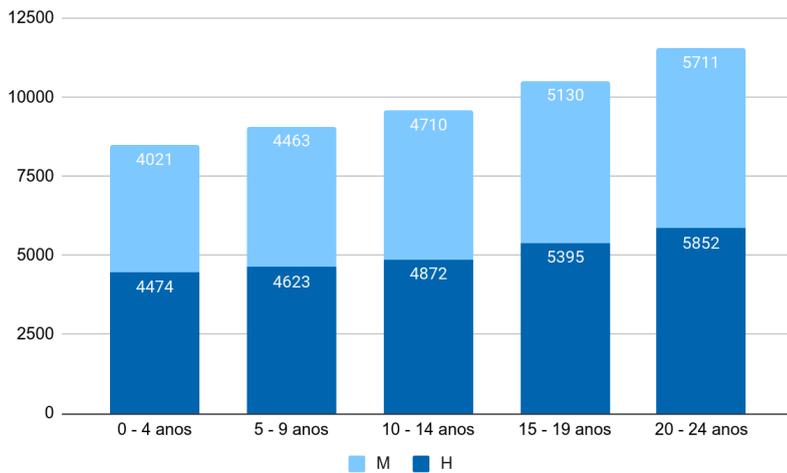
12,1% Norte

12,9% Cávado

Figura 7 | Evolução da população jovem, 2011 a 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Nos últimos 10 anos, o número de crianças e jovens residentes em Braga (0 aos 24 anos) diminuiu 3,9%, de 51.228 (2013) para 49.251 (2023). Já a população dos 0 aos 14 anos diminuiu 7,3%, de 29.249 (2013) para 27.163 (2023), representando 13,5% da população.



51,2%
SEXO MASCULINO

0 - 24 anos
Estimativas de 2023

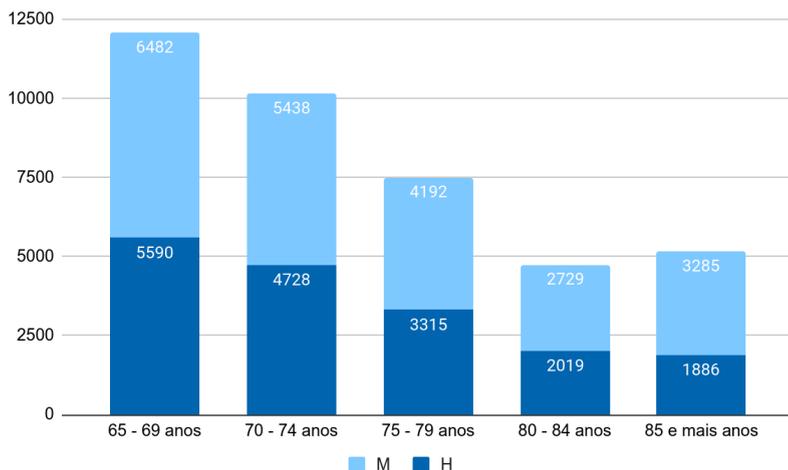
Figura 8 | População dos 0 aos 24 anos, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Confirmando o referido, os subgrupos etários mais baixos (0-4 anos e 5-9 anos) são os que detêm menor população, respetivamente 8.495 e 9.086 crianças. Caracterizando a população jovem (0 - 24 anos) por sexo, prevalece o masculino, representando 51,2% da população deste grupo etário.

População idosa

Em sintonia com o que se verifica a nível nacional, o concelho de Braga encontra-se num processo de envelhecimento populacional acelerado, o que comporta desafios estruturais para o presente e o futuro da sociedade, designadamente do ponto de vista social, económico, no acesso a serviços, na dinâmica familiar, entre outros desafios que transcendem a ótica local.



55,8%
MULHERES
65 + anos
Estimativas de 2023

Figura 11 | População idosa, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)

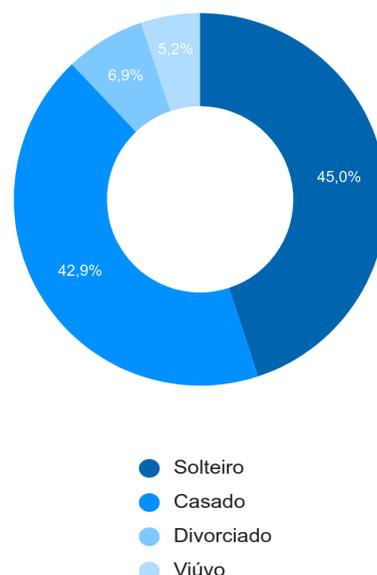
Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

ESTADO CIVIL

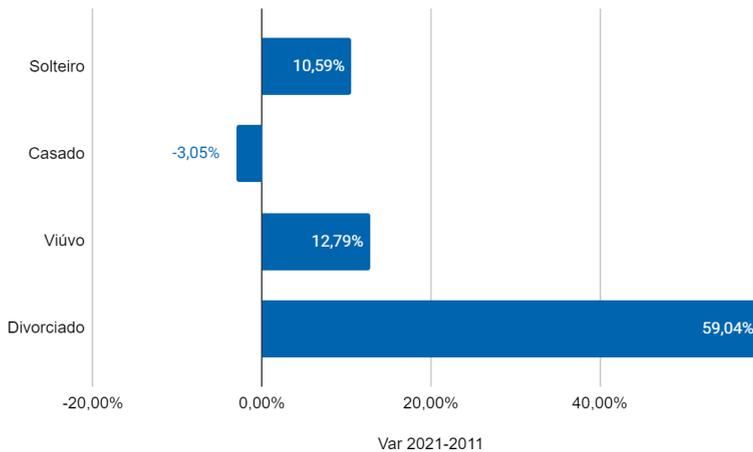
Quanto à caracterização da população de Braga por estado civil à data dos Censos 2021, releva, desde logo, o número de mulheres no estado de viuvez, quase 4 vezes mais em número, 7.978, do que os homens, 2.003. As pessoas solteiras representam 45% do total e as casadas 42,9%. Acompanhando a tendência da sociedade ocidental, a proporção de pessoas casadas tem vindo a diminuir face ao aumento da proporção de pessoas solteiras, viúvas e divorciadas. Em 2011, representavam a maior fatia da população (47,2%), sendo superadas pelo número de pessoas solteiras em 2021. Esta tendência aporta novos desafios societários e a necessidade de se ajustar as respostas e mecanismos de proteção social.

Tabela 5 | População residente por sexo e estado civil segundo os Censos 2011 e 2021

Sexo	Estado civil	2011		2021		Δ 2021/2011
TOTAL		181 494	100,0%	193 324	100,0%	6,52%
	Solteiro	78 629	43,3%	86 958	45,0%	10,59%
HM	Casado	85 579	47,2%	82 967	42,9%	-3,05%
	Viúvo	8 849	4,9%	9 981	5,2%	12,79%
	Divorciado	8 437	4,6%	13 418	6,9%	59,04%
TOTAL		86 707	100,0%	92 102	100,0%	6,22%
	Solteiro	39 052	45,0%	43 457	47,2%	11,28%
H	Casado	42 532	49,1%	41 284	44,8%	-2,93%
	Viúvo	1 739	2,0%	2 003	2,2%	15,18%
	Divorciado	3 384	3,9%	5 358	5,8%	58,33%
TOTAL		94 787	100,0%	101 222	100,0%	6,79%
	Solteiro	39 577	41,8%	43 501	43,0%	9,91%
M	Casado	43 047	45,4%	41 683	41,2%	-3,17%
	Viúvo	7 110	7,5%	7 978	7,9%	12,21%
	Divorciado	5 053	5,3%	8 060	8,0%	59,51%



Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



+ 59,0%
DIVORCIADOS
Censos 2011 - 2021

+ 12,8%
VIÚVOS
Censos 2011 - 2021

Figura 12 | Variação da população por estado civil entre os Censos 2011 e 2021

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Face aos Censos 2011 assinala-se um decréscimo de 3,1% no número de pessoas casadas e, em oposição, um aumento de 59,0% no número de pessoas divorciadas, revelando-se dinâmicas de alteração da estrutura familiar clássica, matéria detalhada adiante. Assiste-se ainda a uma variação significativa, de 12,8%, nos casos de viuvez, o que poderá ter explicação no envelhecimento da população e noutros factores exógenos, como, por exemplo, a pandemia COVID-19.

ESCOLARIDADE

Os Censos 2021 revelam também alterações significativas na escolaridade da população relativamente aos Censos precedentes.

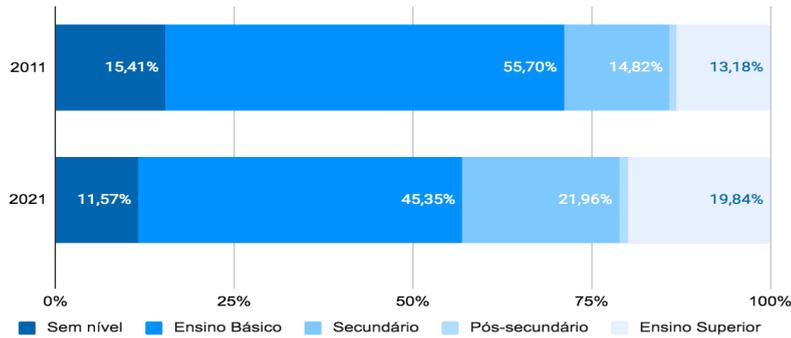
Tabela 6 | População residente por sexo e escolaridade segundo os Censos 2011 e 2021

Sexo	Estado	2011		2021		Δ 2021/2011
	TOTAL	181 494	100,00%	193 324	100,00%	6,52%
	Sem nível	30 227	16,65%	23 152	11,98%	-23,41%
HM	Ensino Básico	94 316	51,97%	83 009	42,94%	-11,99%
	Secundário	26 283	14,48%	40 139	20,76%	52,72%
	Pós-secundário	1 435	0,79%	1 977	1,02%	37,77%
	Ensino Superior	29 233	16,11%	45 047	23,30%	54,10%
	TOTAL	86 707	100,00%	92 102	100,00%	6,22%
	Sem nível	13 365	15,41%	10 652	11,57%	-20,30%
H	Ensino Básico	48 297	55,70%	41 764	45,35%	-13,53%
	Secundário	12 851	14,82%	20 229	21,96%	57,41%
	Pós-secundário	767	0,88%	1 188	1,29%	54,89%
	Ensino Superior	11 427	13,18%	18 269	19,84%	59,88%
	TOTAL	94 787	100,00%	101 222	100,00%	6,79%
	Sem nível	16 862	17,79%	12 500	12,35%	-25,87%
M	Ensino Básico	46 019	48,55%	41 245	40,75%	-10,37%
	Secundário	13 432	14,17%	19 910	19,67%	48,23%
	Pós-secundário	668	0,70%	789	0,78%	18,11%
	Ensino Superior	17 806	18,79%	26 778	26,45%	50,39%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

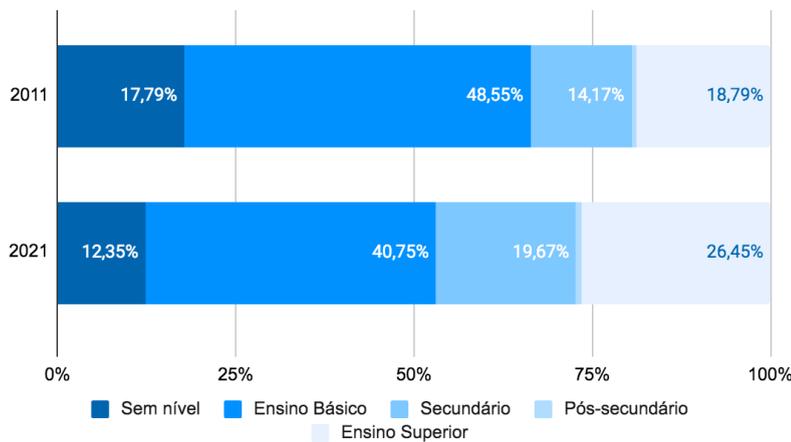


MELHORIA DAS QUALIFICAÇÕES
Entre Censos 2011 e 2021
verifica-se uma grande evolução ao nível das qualificações da população. As mulheres são mais qualificadas.



19,8%
HOMENS C/ FORMAÇÃO SUPERIOR
Censos 2021

HOMENS

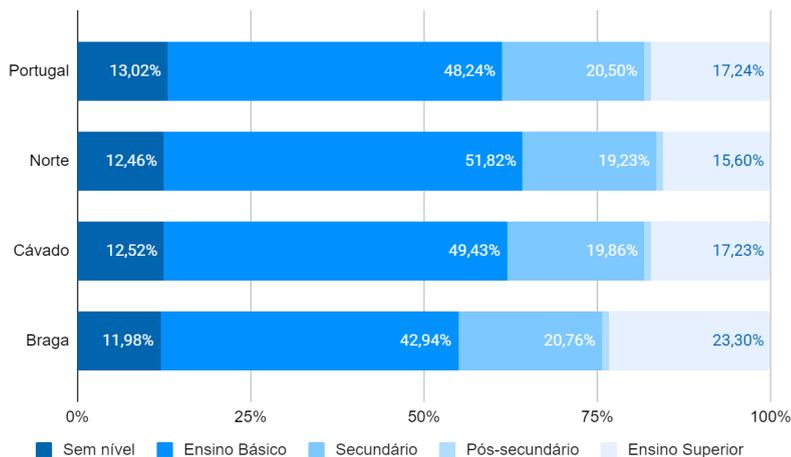


26,5%
MULHERES C/ FORMAÇÃO SUPERIOR
Censos 2021

MULHERES

Figura 13 | Nível de formação da população, segundo os Censos 2011 e 2021, homens e mulheres (%)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



POPULAÇÃO COM FORMAÇÃO SUPERIOR
Censos 2021

17,2% Portugal
15,6% Norte
17,2% Cávado

Figura 14 | Nível de formação da população face a outros territórios, segundo os Censos 2021 (Total, %)

Fonte: INE, Censos 2021

O nível de escolaridade da população aumentou mais de 50% nos níveis da formação secundária e superior. As mulheres concluíram em maior número o ensino superior: são mais 8.509 do que os homens. A percentagem de mulheres com formação superior ascende a 26,5%, enquanto nos homens a proporção é

de apenas 19,8%. Como um todo, a população residente em Braga detém níveis elevados de formação no ensino superior, quando comparada com a região e o país: em 2021, 23,3% da população residente em Braga detinha formação superior, contra 17,24% da população de Portugal, 15,6% da população do Norte e 17,2% da população do Cávado.

NATURALIDADE

Pessoas de nacionalidade estrangeira

Braga tem fixado uma crescente população de nacionalidade estrangeira² em ritmo superior à média nacional. Entre os Censos de 2011 e de 2021, teve a capacidade de atrair e fixar mais 70% de pessoas de origem estrangeira, enquanto a nível nacional a variação foi de 25%. À data dos Censos 2021, as 22.443 pessoas de nacionalidade estrangeira residentes em Braga representavam quase 12% dos seus habitantes.

Tabela 7 | Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos 2011 e 2021 (%)

Território	População total		População de nacionalidade estrangeira			
	2011	2021	2011		2021	
Portugal	10 562 178	10 343 066	871 813	8,25%	1 089 023	10,53%
Norte	3 689 682	3 586 586	174 835	4,74%	235 912	6,58%
Cávado	410 169	416 615	22 887	5,58%	35 836	8,60%
Braga	181 494	193 324	13 204	7,28%	22 443	11,61%

Fonte: INE, Censos 2021

22 443 PESSOAS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA

11,6% da população

Censos 2021

10,5% Portugal

6,6% Norte

8,6% Cávado

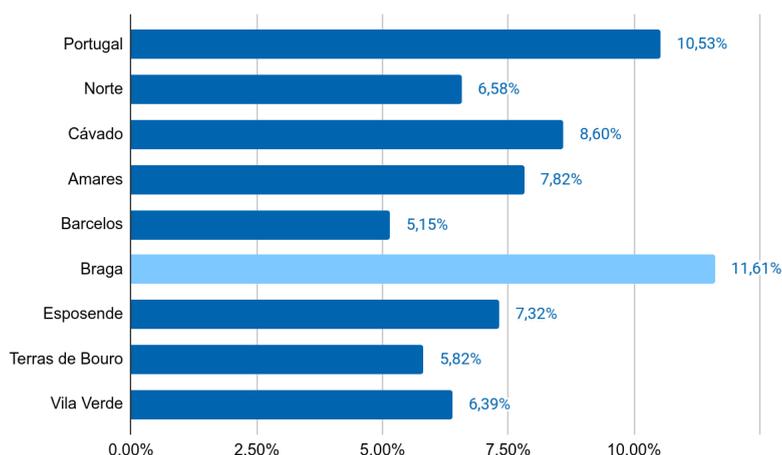
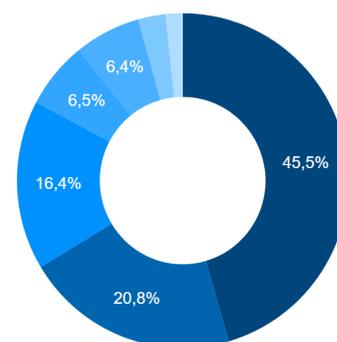


Figura 15 | Proporção da população de nacionalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos (%)

Fonte: INE, Censos 2021



- América - Brasil
- Europa - UE
- África - PALOP
- América - Extra Brasil
- Europa - Extra UE
- Ásia
- África - Extra PALOP
- Oceânia

O crescimento da população de nacionalidade estrangeira tem contribuído para a expansão demográfica de Braga, município do

² Inclui as pessoas de nacionalidade estrangeira que entretanto obtiveram nacionalidade portuguesa.

Cávado com a maior percentagem de pessoas de origem estrangeira na sua população, acima da média nacional e regional. A população de naturalidade estrangeira é heterogénea, tendo origem nos 5 continentes e em mais de 50 países, destacando-se a comunidade brasileira.

População estrangeira com Estatuto Legal de Residente

De acordo com o INE, a população estrangeira residente em Braga com estatuto legal de residente subiu de 5.148 pessoas, em 2011, para 14.915, em 2022 (+17,3%), verificando-se um crescimento acentuado desde 2016, e estimando-se que 2023 tenha dado continuidade à tendência. Destas 14.915 pessoas, 49,7% eram mulheres e 50,3% homens. Consultando o Sistema de Estatística do extinto Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, reportando dados de 2021, destacavam-se nesse ano as pessoas com nacionalidade Brasileira (61,1%), Italiana (7,7%), ucraniana (3,5%), angolana (3,3%), chinesa (2,6%), romena (2,6%) e espanhola (2,5%).

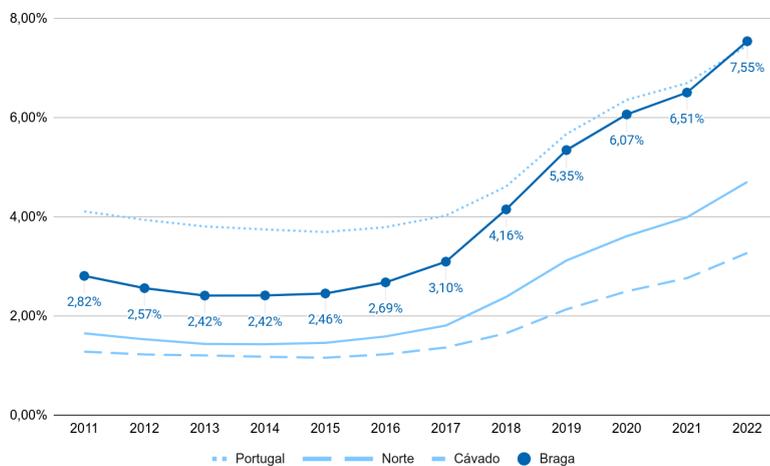


14 915
ESTRANGEIROS COM ELR
 2022
 +17,3% face a 2021

Figura 16 | População com estatuto legal de residente, por nacionalidade, 2021 (%)

Fonte: SEF, Sistema de Estatística

A grande evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente é perceptível no gráfico seguinte, que traduz a proporção dessa população face à população total. Partindo de 2,82% em 2011, a proporção atingiu 7,55% em 2022, sendo já superior à verificada a nível nacional (7,46%) e largamente superior à verificada a nível do Norte (3,28%) e do Cávado (4,71%)



7,55%
PROPORÇÃO DE ESTRANGEIROS COM ELR FACE À POP. TOTAL
 2022

 Portugal - 7,5%
 Norte - 3,3%
 Cávado - 4,7%

Figura 17 | Evolução da população com estatuto legal de residente, proporção face à população total residente, 2011 - 2022 (%)

Fonte: INE, População estrangeira com estatuto legal de residente

POPULAÇÃO ATIVA

A expansão demográfica alavancou a população ativa de Braga (+3,8%) entre os Censos 2011 e 2021, atingindo 97.969 pessoas, e estando na origem da variação positiva observada no Cávado (+1,1%), em contraste com o ocorrido no Norte (-3,8%) e no país (-4,1%). A evolução em Braga de 2011 para 2021 é singular comparativamente a outras unidades territoriais do Cávado. A força laboral criada em Braga, de 3.558 pessoas, é superior ao saldo do Cávado, 2.300, no mesmo período. No entanto, o processo de envelhecimento demográfico apresenta um ritmo superior à evolução da população ativa, dessincronização que, a prazo, poderá condicionar a dinâmica económica do concelho.

Tabela 8 | População ativa, por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021

Território	H		M		HM		Δ 2021/11
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	
Portugal	2 603 574	2 435 468	2 419 793	2 382 510	5 023 367	4 817 978	-4,1%
Norte	924 308	862 925	831 757	825 889	1 756 065	1 688 814	-3,8%
Cávado	105 870	104 049	97 711	101 832	203 581	205 881	1,1%
Braga	47 634	48 605	46 777	49 364	94 411	97 969	3,8%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



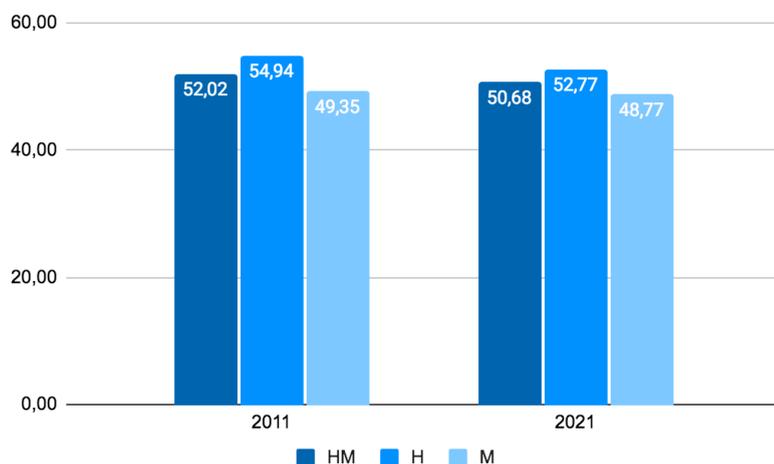
POPULAÇÃO ATIVA

Censos 2021

+ 3,8% face a Censos 2011

Taxa de atividade da população residente

A Taxa de Atividade da população residente³ define a relação entre a população ativa (população empregada e desempregada) e o total da população residente.



TAXA DE ATIVIDADE

Censos 2021

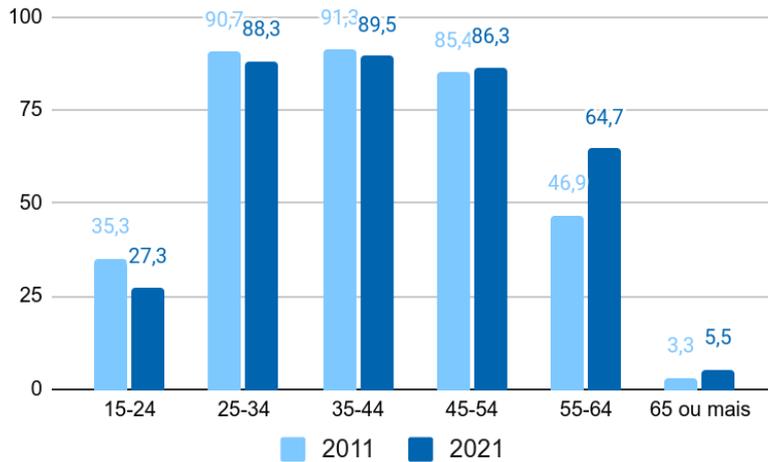
52,8% - Homens

48,8% - Mulheres

Figura 18 | Taxa de atividade da população residente por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021(%)

À data dos Censos 2021, a população ativa representava 50,7% da população. Analisando a taxa de atividade por sexo, constata-se o estreitamento da diferença na disponibilidade da população masculina e feminina para participar na atividade económica, embora ainda não se tenha atingido a paridade. Em 2021, os homens apresentaram uma taxa de atividade de 52,8%, contra 48,8% por parte das mulheres.

³ Não confundir com a taxa de atividade da população com 15 ou mais anos de idade.



POPULAÇÃO ATIVA c/ 55+ ANOS

Em tendência crescente

Figura 19 | Taxa de atividade por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

No que concerne à evolução da taxa de atividade por grupo etário entre Censos, evidencia-se a diminuição da disponibilidade para trabalhar nas camadas mais jovens e, inversamente, o aumento nos grupos etários mais elevados.

1.2.4 INDICADORES DEMOGRÁFICOS

A dinâmica populacional apresentada por Braga é espelhada num conjunto de indicadores demográficos que a seguir se apresentam.



FECUNDIDADE, NATALIDADE E MORTALIDADE

Em 2023, a taxa de fecundidade geral situou-se em 36,1 nados-vivos por cada 1000 mulheres em idade fértil (15 aos 49 anos), ligeiramente superior à taxa verificada na região, mas inferior à do país.



TAXA DE FECUNDIDADE GERAL

2023

Acima da média do Cávado e do Norte, mas abaixo da nacional

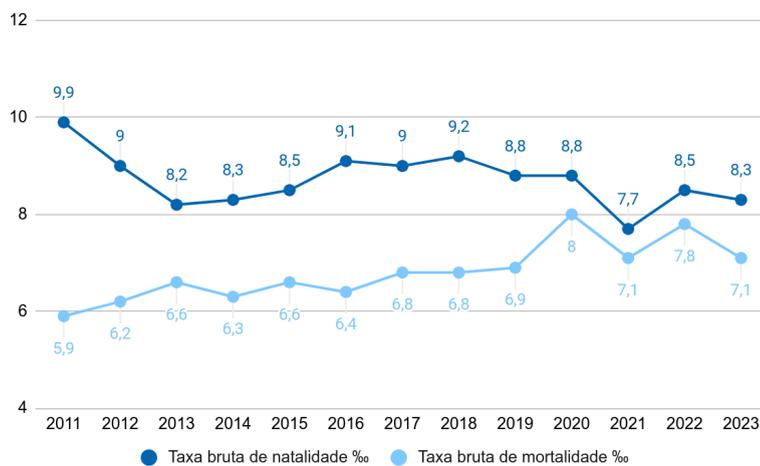
Figura 20 | Taxa de fecundidade, entre 2011 e 2023 (‰)

Fonte: INE, Indicadores demográficos

Em última instância, a demografia depende do comportamento da natalidade e da mortalidade. O comportamento da natalidade em Braga continua a registar valores superiores à mortalidade, em contraste com o que se verifica nas regiões do Cávado, do Norte e em Portugal.

Reiteradamente, a taxa bruta de natalidade no concelho de Braga supera a média verificada em Portugal, na região Norte e no Cávado, situando-se em 8,3‰ em 2023.

No que se refere à taxa bruta de mortalidade, verificam-se aumentos relevantes nos anos de 2020 e 2022, podendo a justificação residir nos efeitos pandémicos da COVID-19 e na vulnerabilidade de uma população mais envelhecida. Não obstante, Braga regista taxas brutas de mortalidade inferiores às do Cávado, do Norte e do país. Em 2023, a taxa bruta de mortalidade fixa-se em 7,1‰.

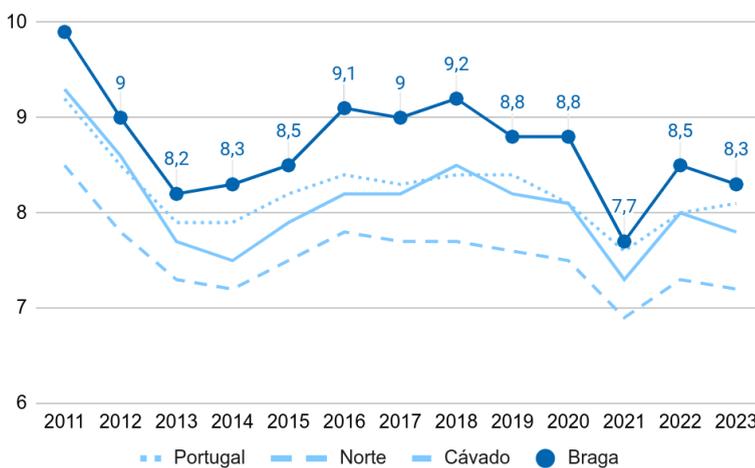


NATALIDADE SUPERIOR À MORTALIDADE

Contrariamente à tendência nacional e regional

Figura 21 | Evolução Taxa bruta de natalidade vs Taxa bruta de mortalidade, 2011-2023(‰)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



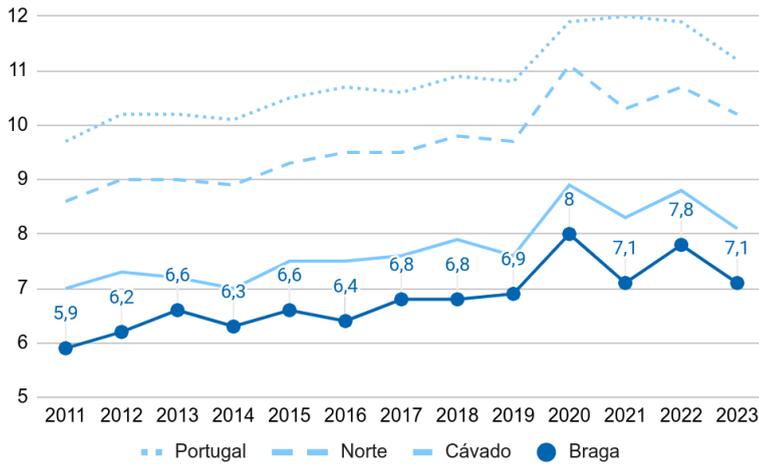
TAXA BRUTA DE NATALIDADE

2023

superior à regional e nacional

Figura 22 | Taxa bruta de natalidade, entre 2011 e 2023 (%)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



TAXA BRUTA DE MORTALIDADE
2023
inferior à regional e nacional

Figura 23 | Taxa bruta de mortalidade, entre 2011 e 2023 (%)

Fonte: INE, Indicadores demográficos



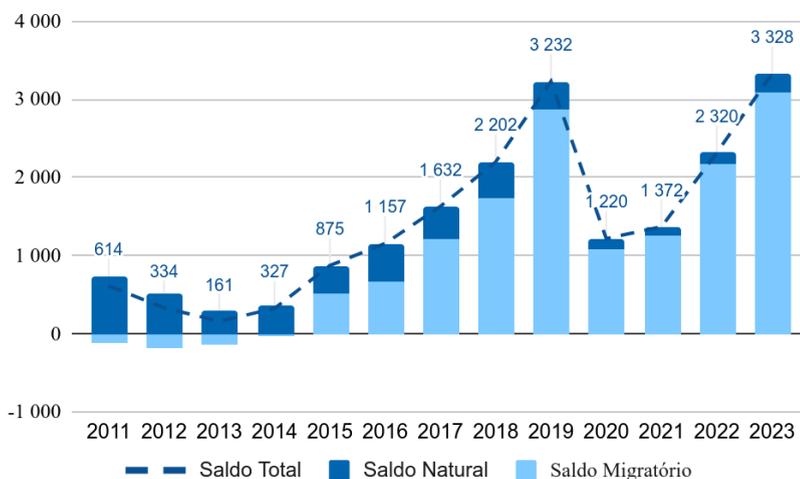
SALDOS POPULACIONAIS

A conjugação das taxas de natalidade e de fecundidade geral, por um lado, e da taxa de mortalidade, por outro, permitiram que o saldo natural da população de Braga fosse sempre positivo entre os Censos 2011 e 2021, o que se verificou também em 2023. Desta forma, Braga exhibe um saldo natural positivo que contrasta com o que se verifica em Portugal, no Norte e no Cávado.

No que concerne ao saldo migratório, Braga apresenta saldos positivos a partir de 2015, verificando-se uma grande evolução de 2016 para 2017 (de 671 para 1.224 pessoas), ano a partir do qual se têm mantido elevados, embora com uma retração em tempo de pandemia. O saldo migratório assinalável é sintoma da capacidade atrativa de Braga e de fixação de novos residentes.

Da evolução positiva do saldo natural e do saldo migratório resultam saldos globais populacionais positivos nos anos em consideração, numa trajetória de expansão demográfica que é única a nível nacional.

O resultado da conjugação dos saldos é facilmente perceptível na figura seguinte.



230
SALDO NATURAL

3 098
SALDO MIGRATÓRIO

3 328
SALDO TOTAL
2023

Figura 24 | Saldo Natural, Migratório e Total, entre 2011 e 2023 (N.º)

Fonte: INE, Indicadores demográficos

ÍNDICES DE ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE

Embora Braga apresente saldos naturais positivos, o aumento da esperança média de vida e as baixas taxas de natalidade nas últimas décadas resultam num envelhecimento crescente da população. A expansão populacional de Braga coexiste com profundas mudanças no padrão de distribuição da população pelos grupos etários. Entre 2011 e 2023, a população idosa (mais de 65 anos) aumentou 66% e assistiu-se a uma diminuição da população nos níveis etários inferiores a 25 anos.

Assiste-se ao envelhecimento gradual da população, mimetizando o desafio demográfico nacional e europeu. Em 2023, o índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos (população idosa) com a população dos 0 aos 14 anos (população jovem), atingiu o valor de 146 idosos por cada 100 jovens (80,8 em 2011), representando uma variação de 81%, o que atesta o ritmo acelerado do envelhecimento. Ainda assim, o índice de envelhecimento de Braga é o mais baixo da sub-região Cávado (161,3), e é inferior ao da região Norte (197,4) e do País (188,1). Apesar do envelhecimento em curso no Cávado e em Braga, o índice de longevidade⁴ da sub-região e, mormente, o do concelho, registam ainda valores inferiores às médias regionais e nacionais. O índice de longevidade de Braga em 2023 foi de 43,9, ainda abaixo da sub-região (45,7), do Norte (47,0) e do país (49,1).

Tabela 9 | Índices de envelhecimento e de longevidade, 2021 a 2023 (N.º)

Território	Índice de envelhecimento			Índice de longevidade		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Portugal	181,3	184,4	188,1	48,7	48,7	49,1
Norte	185,0	191,0	197,4	46,5	46,4	47,0
Cávado	149,0	154,9	161,3	45,3	45,0	45,7
Braga	134,2	140,1	146,0	43,8	43,5	43,9

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente



43,9

ÍNDICE DE LONGEVIDADE

2023

49,1 Portugal
47 Norte
45,7 Cávado

146

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

146 idosos por cada 100 jovens
2023

188,1 Portugal
197,4 Norte
161,3 Cávado

A força da dinâmica de envelhecimento no município, na região e em Portugal é patente na evolução do índice de envelhecimento entre 2011, 2021 e 2023.

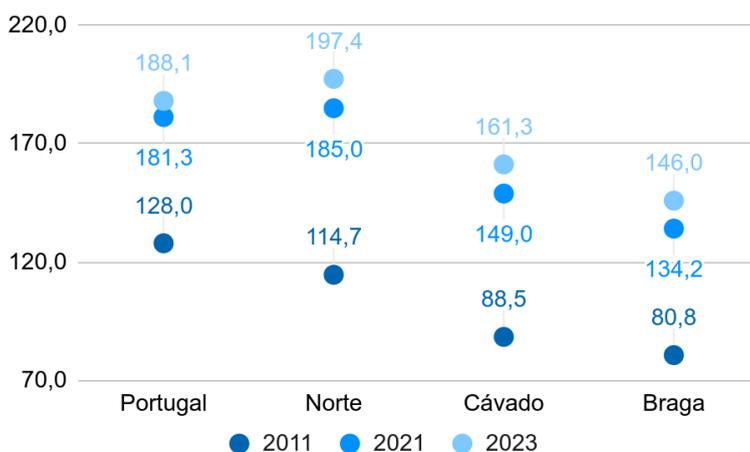


Figura 25 | Índice de envelhecimento, 2011, 2021 e 2023

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

⁴ Quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

i ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA

A relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, que traduz o Índice de dependência de jovens, diminuiu 3,2 pontos no horizonte de 2011 (23,4) para 2023 (20,2), convergindo para a média nacional.

Apesar de Braga manter níveis de envelhecimento menores do que a sub-região do Cávado, o Norte e o país, a propulsão do envelhecimento é também visível na variação do Índice de dependência de idosos (quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos), o qual, sendo de 18,9, em 2011, atingiu 29,4, em 2023.

Da conjugação da evolução dos índices de dependência de jovens e de idosos resulta um índice de dependência total crescente nos últimos anos, atingindo 49,6 em 2023, todavia ainda menor que o verificado a nível nacional, regional e sub-regional (Cávado).

Tabela 10 | Índices de dependência, 2023

Território	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência total
Portugal	20,3	38,2	58,5
Norte	18,8	37,1	55,8
Cávado	19,5	31,5	51,0
Braga	20,2	29,4	49,6

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente



29,4

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

2023

 38,2 Portugal
 37,1 Norte
 31,5 Cávado



20,2

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS

2023

 20,3 Portugal
 18,8 Norte
 19,5 Cávado

49,6

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL

2023

 58,5 Portugal
 55,8 Norte
 51,0 Cávado

1.3 ESTRUTURA FAMILIAR

A Família é um pilar basilar da sociedade, a partir do qual se aprende e se cresce, influenciando em grande medida as possibilidades de desenvolvimento de cada pessoa. Assume hoje vários modelos, sintoma das novas formas de relacionamentos e laços afetivos e ou económicos. Do ponto de vista estatístico, ganha prevalência o termo “Agregado doméstico privado”⁵, que nos Censos 2021 substituiu a terminologia “Família Clássica”, um novo conceito mais assente na vivência num mesmo alojamento e numa economia comum do que em relações matrimoniais e de parentesco. Os conceitos estatísticos adaptam-se aos novos comportamentos sociais, procurando descrever a realidade, que desde há várias décadas tem apresentado dinâmicas de alteração da estrutura familiar clássica, como seja o aumento de nados vivos fora do casamento ou a diminuição do número de casamentos católicos. Contudo, no presente documento, para facilitar a leitura, usamos indistintamente os termos “família” e “agregado”.

A nível nacional, os Censos 2021 confirmaram alterações fundamentais na estrutura familiar, das quais se destacam:

- A diminuição média dos agregados domésticos e do número médio de filhos;
- O aumento do número de agregados unipessoais e, dentro destes, o aumento dos constituídos por pessoas idosas;
- O aumento do número de divórcios e de agregados monoparentais, nos quais as mães com filhos assumem a grande proporção.

Braga não se afasta desta dinâmica. À data dos Censos 2021, contava com 72.012 agregados domésticos privados, dos quais 71.981 residiam em alojamentos familiares clássicos⁶.

Nos agregados domésticos privados predominam os que são constituídos por 2 e por 3 pessoas. De facto, a dimensão média dos agregados de Braga diminuiu de 2,8 pessoas por agregado, nos Censos 2011, para 2,7, nos Censos 2021 (2,5 a nível nacional).

Tabela 11 | Agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por dimensão, à data dos Censos 2021 (N.º)

Território	Total	N.º de pessoas do agregado doméstico privado								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Cávado	149 713	26 732	44 247	36 293	30 419	8 210	2 769	747	187	109
Braga	71 981	14 044	21 944	17 622	13 739	3 302	966	259	67	38

Fonte: INE, Censos 2021

2,7
DIMENSÃO MÉDIA DOS
AGREGADOS

Censos 2021

2,5 Portugal

A diminuição da dimensão média das famílias não é socialmente inócua, porque em casos de desagregação ou instabilidade familiar, por doença, desemprego, violência doméstica, separação, morte, ou outro evento, as condições de vivência e bem-estar social podem deteriorar-se facilmente, na medida em que a

⁵ INE, O que nos dizem os Censos sobre as estruturas familiares.

De acordo com o Sistema de Metainformação do INE, o agregado doméstico privado é “entendido como o “Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior”.

⁶ De acordo com o Sistema de Metainformação do INE, o Alojamento Familiar Clássico é o “Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros)”.

sustentabilidade familiar passa a estar dependente de poucas ou de só uma pessoa. Por outro lado, aumenta o risco de isolamento social.

No novo contexto social, os agregados domésticos unipessoais ganham relevância. À data dos Censos, totalizam 14.044 em alojamentos familiares clássicos, correspondendo a 19,5% do total (24,8% em Portugal). Com o aumento da esperança média de vida, as famílias unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos de idade também têm aumentado, criando um contexto potencial de isolamento social. À data dos Censos 2021, 7,9% dos agregados unipessoais eram constituídos por pessoas idosas.

Tabela 12 | Proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	2011	2021
Portugal	10,1	12,5
Norte	8,3	10,7
Cávado	6,1	8,4
Braga	5,6	7,9

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

14 044
AGREGADOS UNIPESSOAIS
 dos quais
7,9%
65+ ANOS
 Censos 2021

No contexto da vulnerabilidade social das famílias de menor dimensão, destaca-se ainda a singularidade das famílias monoparentais. Na análise intercensitária de 2011 e 2021, observa-se que, em Braga, tal como nos municípios do Cávado, aumentou o número desta tipologia familiar.

Tabela 13 | Proporção de núcleos familiares monoparentais (%), à data dos Censos 2011 e 2021

Território	2011	2021
Portugal	14,89	18,54
Norte	13,75	16,83
Cávado	13,35	16,01
Braga	14,59	17,36

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

17,36%
NÚCLEOS FAMILIARES
MONOPARENTAIS
 Censos 2021

À data dos Censos 2021, existiam em Braga 10.100 núcleos familiares monoparentais, sendo visível a grande exposição das mães com filhos (86,8% do total) à vulnerabilidade social.

Tabela 14 | Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência à data dos Censos 2021

Território	Total	Pai com filhos	Mãe com filhos
Portugal	579 971	83 629	496 342
Norte	186 523	25 439	161 084
Cávado	20 218	2 702	17 516
Braga	10 100	1 336	8 764

Fonte: INE, Censos 2021

86,8%
MÃE COM FILHOS
 Censos 2021

 85,6% Portugal

Neste contexto de agregados de menor dimensão, assumem maior impacto fatores como as baixas qualificações e rendimentos, as dependências, a saúde mental frágil, o desemprego, o idadismo, a violência doméstica, o custo da habitação ou a própria desagregação familiar por morte ou divórcio, colocando as pessoas em maior risco de pobreza e exclusão social.

DIMENSÕES SOCIAIS 2

SAÚDE		2.1
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES		2.2
SEGURANÇA		2.3
ECONOMIA E EMPREGO		2.4
CULTURA, DESPORTO E LAZER		2.5
HABITAÇÃO		2.6
POBREZA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL		2.7

2.1 SAÚDE

2.1.1 REDE DE SAÚDE

A par de uma vasta rede privada, o concelho de Braga é servido por uma rede de serviços públicos de saúde maioritariamente integrados na Unidade Local de Saúde de Braga, E. P. E., que abrange a área geodemográfica do extinto ACES Cávado I - Braga. Destacam-se as seguintes unidades funcionais / Equipas da rede de serviços públicos de saúde:

- 1 Centro de Diagnóstico Pneumológico (CDP);
- 19 Unidades de Saúde Familiar (USF - descritas abaixo);
- 3 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC): UCC Assucena Lopes Teixeira, UCC Braga Saudável e UCC Colina;
- 3 Equipas de Cuidados Continuados Integrados - Domiciliários (ECCI): ECCI Assucena Lopes Teixeira, ECCI Braga Saudável e ECCI Colina;
- 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP): URAP Braga;
- 1 Unidade Saúde Pública (USP): USP Braga;
- 1 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP Braga), que dá resposta aos utentes sem médico e aos utentes esporádicos, crianças e grávidas;
- Hospital de Braga (ULS);
- Equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos (ECSCP);
- Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos – Hospital de Braga E.P.E.

No que se refere à rede privada de saúde, destacam-se as seguintes unidades de saúde:

- Trofa Saúde (Braga Centro /Braga Norte / Braga Sul);
- Hospital Lusíadas;
- Clínica S. Lázaro.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A adequada cobertura médica e de outros profissionais de saúde num território é fundamental para garantir o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, facilitando a valorização de estilos de vida saudáveis da população. Em 2011, Braga já beneficiava de maior oferta de médicos por 1000 habitantes do que o Cávado, o Norte e Portugal, mas entre Censos essa disponibilidade aumentou para 8,5, acentuando a disparidade para aqueles territórios de referência.

Tabela 16 | Médicos por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)

Território	2011	2021	2022
Portugal	4,10	5,70	5,80
Norte	3,80	5,70	5,90
Cávado	3,20	5,60	5,70
Braga	5,40	8,50	8,50

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde



8,5

MÉDICOS / 1000 HAB.

Em 2021 e 2022

Também ao nível da oferta do número de enfermeiros se registaram melhorias significativas entre Censos 2011 e 2021. Apesar de ter descido ligeiramente em 2022, o número de enfermeiros aumentou de 1.356,

em 2011, para 1.720, em 2022, quase mais 27%. Também neste domínio Braga detém oferta superior aos municípios do Cávado, à região Norte e ao país.

Tabela 17 | Enfermeiros por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)

Território	2011	2021	2022
Portugal	6,1	7,8	7,8
Norte	6,1	7,8	7,9
Cávado	5,3	7,0	6,9
Braga	7,4	9,1	8,7

Fonte: INE, Estatísticas do pessoal de saúde



8,7

ENFERMEIROS / 1000 HAB.

Em 2022

UTENTES E COBERTURA DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR

A oferta de medicina geral e familiar e a disponibilidade de médico de família no SNS é um dos fatores mais importantes para a garantia de cuidados de saúde primários acessíveis e de qualidade.

Tabela 18 | Utentes com e sem médico de família, junho de 2024

Unidade Funcional	Nº Médicos	Utentes com médico de família		Utentes sem médico de família	
		%	N.º	%	N.º
USF 7 Fontes	5	100,00%	9 129		
USF Bracara Augusta	6	86,23%	10 366	13,77%	1 656
USF Braga Norte	6	100,00%	10 816		
USF do Minho	7	100,00%	12 166		
USF Dr. Pelaez Carones	7	86,97%	12 428	13,03%	1 862
USF Esporões	3	100,00%	5 221		
USF Gualtar	8	100,00%	14 897		
USF Manuel Rocha Peixoto	8	100,00%	14 617		
USF MaxiSaúde	8	100,00%	14 167		
USF Nov'Adaúfe	4	100,00%	6 828		
USF Ruães	5	100,00%	9 042		
USF Salutis	5	100,00%	8 144		
USF Sanus Carandá	8	100,00%	14 272		
USF São Geraldo	8	100,00%	13 291		
USF São Lourenço	6	100,00%	10 595		
USF São Salvador	4	99,97%	6 978	0,03%	
USF São Victor	7	100,00%	12 365		
USF Saúde Oeste	6	100,00%	10 906		
USF Tadim	4	100,00%	7 299		
UCSP Braga	-	-	-	100%	4 828

Fonte: BI-SNS, junho de 2024



COBERTURA DE MÉDICO DE FAMÍLIA

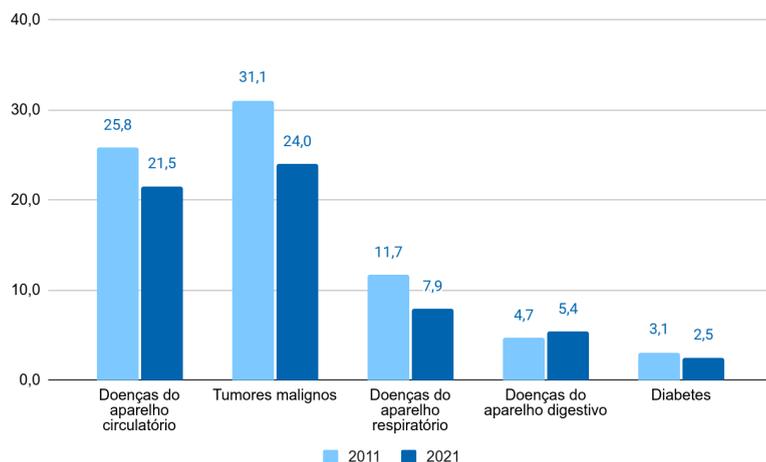
junho 2024

Em junho de 2024, Braga apresentava uma cobertura por médico de família de 96% da população servida, através da oferta de 115 médicos de família, que serviam 211.873 utentes inscritos (207.045 em USFs). O número médio de utentes inscritos por médico de família em USFs ascendia a 1.800 utentes.

2.1.2 DOENÇA E INCAPACIDADES

PRINCIPAIS DOENÇAS

De acordo com a informação dos Censos e do Plano Local de Saúde, as principais doenças que causam a morte repetem-se nos últimos censos, com preponderância dos falecimentos por doenças do aparelho circulatório, por tumores malignos, por doenças do aparelho respiratório e por doenças do aparelho digestivo. A Diabetes assume também uma preponderância significativa como causa de morte, em linha com o sucedido a nível nacional.



PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE POR DOENÇA

Não se assinalam diferenças com o verificado a nível nacional

Figura 26 | Principais causas de morte por doença, 2011 e 2021 (%)

Fonte: INE, DGS/MS - Óbitos por Causas de Morte; PORDATA

Conjuntamente, a COVID-19 constitui ainda uma doença com grande impacto na sociedade e a estatística de óbitos é reveladora das suas consequências. Em 2020, primeiro ano da pandemia, observou-se um pico de 1.555 óbitos, entretanto ligeiramente reduzido nos anos seguintes, embora 2022 tenha também apresentado um valor próximo do verificado em 2020.

Tabela 19 | Óbitos (N.º), 2011, 2019 a 2023

Território	2011	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2023-11
Portugal	102 848	111 830	123 385	124 836	124 302	118 295	15,02%
Norte	31 579	34 961	40 031	37 124	38 865	37 204	17,81%
Cávado	2 885	3 149	3 714	3 472	3 720	3 443	19,34%
Braga	1 075	1 327	1 555	1 386	1 536	1 420	32,09%

Fonte: INE, Óbitos

1 420
ÓBITOS
2023

Analisando um período mais longo, entre 2011 e 2021, nota-se um aumento considerável no número de óbitos no concelho, o que está também associado ao aumento populacional.

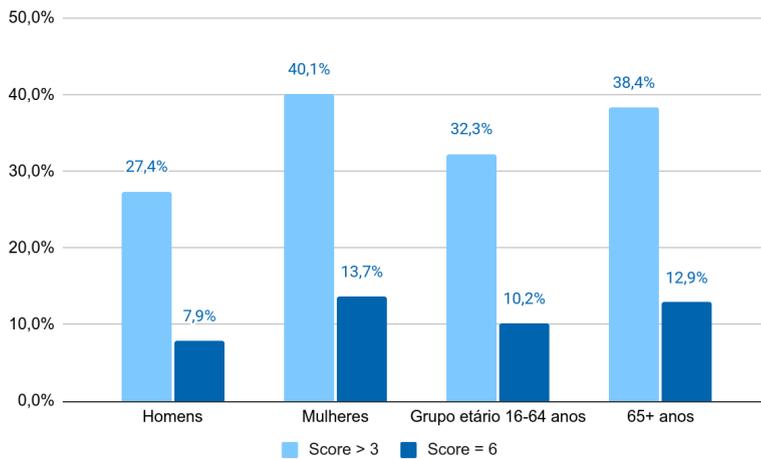
SAÚDE MENTAL

A saúde mental é um desafio contemporâneo bem refletido na sociedade portuguesa. De acordo com o estudo do INE decorrente do inquérito às condições de vida e rendimento dos portugueses, ICOR de 2023, 34,3% das pessoas com 16 ou mais anos revelava sintomas de ansiedade generalizada, correspondente a

um score de 3 ou mais pontos no modelo *Generalized Anxiety Disorder 2 (GAD-2)*. Já 11,1% revelava níveis de ansiedade mais graves, correspondentes ao score máximo (6) do respetivo modelo. Não dispondo de dados desagregados a nível municipal, mas mantém-se a pertinência das conclusões para o território de Braga.

As principais conclusões são de que a ansiedade generalizada é mais prevalente nas mulheres, na população idosa, nas pessoas sem nível de escolaridade e desempregados ou inativos.

A sobrecarga de trabalho e a dificuldade em conciliar a vida pessoal, profissional e familiar poderá justificar a maior incidência nas mulheres. Por outro lado, os menores rendimentos e dificuldades de acudir à carestia de vida, deverá afetar em maior número os desempregados e a população sem qualificação.



ANSIEDADE GENERALIZADA

GAD-2 (ICOR 2023)

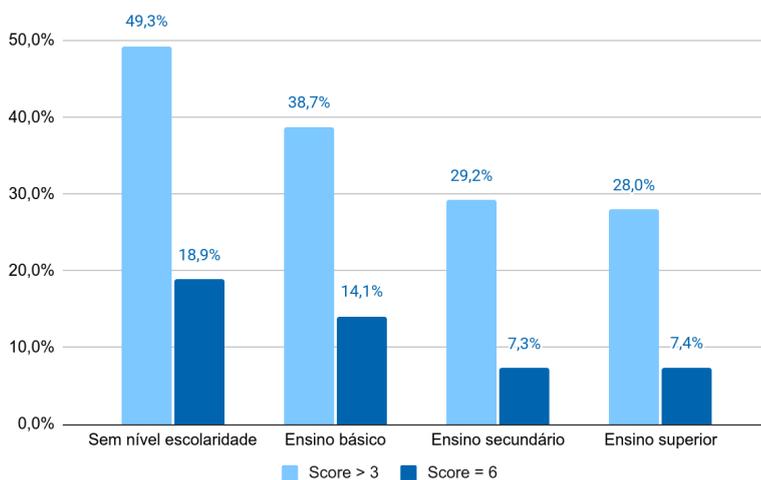


40,1%

NAS MULHERES

Figura 27 | Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por sexo e grupo etário, Portugal, 2023.

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde - 2022



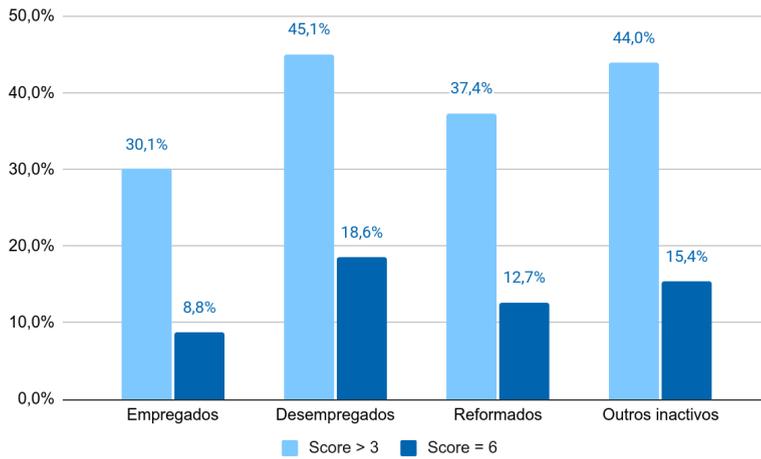
38% - 50%

NAS PESSOAS COM BAIXA ESCOLARIDADE

Figura 28 | Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por escolaridade, Portugal, 2023 (%)

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde - 2022

45%



NAS PESSOAS DESEMPREGADAS E INATIVAS

Figura 29 | Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por situação face ao emprego, Portugal, 2023 (%)

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde - 2022

INCAPACIDADES

De acordo com o INE, a forma de observação da temática da deficiência foi alterada nos Censos 2011 em virtude das novas recomendações internacionais, nomeadamente as resultantes do *Washington Group on Disability Statistics*.

A avaliação baseada em diagnósticos de deficiências deu lugar a uma avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais, tendo sido observados seis domínios de funcionalidade (ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir-se sozinho e compreender/fazer-se entender), através da avaliação do grau de dificuldade que o indivíduo sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades.

Nos Censos 2021, esta variável foi observada sob a forma de resposta facultativa, e apenas para a população com 5 ou mais anos.

Nestes termos, à data dos últimos Censos, em Braga residiam 15.919 pessoas com 5 ou mais anos com alguma ou várias das 4 principais incapacidades⁷, o que representava 8,6% da população com 5 ou mais anos. É de notar que esta proporção é bastante mais acentuada à escala territorial do Cávado (10,1%), do Norte (11,1%) e de Portugal (10,5%).

Tabela 20 | Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos para os quatro domínios essenciais da funcionalidade*, Censos 2021

Território	População residente com 5 ou mais anos		População residente com 5 ou mais anos com incapacidade	
	N.º	%	N.º	%
Portugal	9 935 472	100	1 085 472	10,5
Norte	3 452 488	100	383 570	11,1



Pessoas com 5 ou mais anos que indicam ter muita dificuldade ou

⁷ Em conformidade com o modelo "Washington Group Short Set on Functioning" (WG-SS), considera-se existir uma incapacidade quando a pessoa indica ter muita dificuldade ou não conseguir realizar de todo uma das seis atividades/funções específicas do modelo que correspondem aos seis domínios de funcionalidade que são universais: visão, audição, mobilidade, cognição/memória, realização de cuidados pessoais e comunicação.

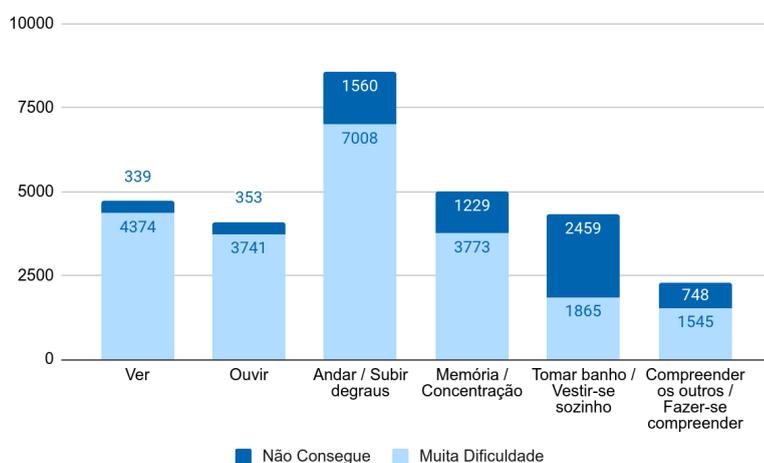
Cávado	399 583	100	40 272	10,1
Braga	184 931	100	15 919	8,6

Fonte: INE, Censos 2021

* (Ver, Ouvir, Andar ou subir degraus, Memória/Concentração)

não conseguir realizar de todo atividade/função em pelo menos um dos 4 domínios essenciais de funcionalidade
Censos 2021

Na figura seguinte detalha-se o número de pessoas residentes em Braga à data dos Censos 2021 com incapacidade, por domínio de dificuldade, observando-se que a funcionalidade de mobilidade é a que mais afeta a população com incapacidade, seguida de dificuldades de memória / concentração e de visão. Ressalva-se que uma mesma pessoa pode acumular mais do que uma incapacidade, estando nesse caso representada em mais do que uma funcionalidade.



8 568

1 560 - Não consegue andar / subir degraus
7 008 - Tem muita dificuldade
Censos 2021

Figura 30 | População com 5 ou mais anos com incapacidade, por domínios de funcionalidade e grau de incapacidade, Censos 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos 2021

Não cabendo neste diagnóstico a apresentação do perfil detalhado desta franja da população, assinalam-se alguns indicadores que caracterizam a população portuguesa, a nível nacional, com 5 ou mais anos com pelo menos uma incapacidade, à data dos Censos 2021:

- na tipologia de “incapacidades”, a dificuldade em andar/subir degraus é prevalente, afetando 6,1% da população com 5 ou mais anos. Logo a seguir, 3,5% são afetados pela incapacidade em ver, 3,4% pela incapacidade de cognição/memória, e 3,0% têm dificuldade em concretizar cuidados pessoais (tomar banho ou vestir-se sem apoio). Menos de 3% têm dificuldades em ouvir (2,8%) e em comunicar (compreender os outros ou fazer-se compreender (1,5%);
- afeta 62% de mulheres e 38% de homens;
- 57% da população com incapacidade tem 70 ou mais anos;
- 92% vive em contexto familiar e 8% em alojamento coletivo (principalmente, lares);
- 68% das pessoas com incapacidade de mobilidade reside em alojamento sem acessibilidade a cadeira de rodas;
- 72% tem a reforma ou pensão como principal fonte de rendimento;
- 15,6% é população activa (empregada ou desempregada);

- Em termos de “incapacidade severa” (categoria “não consegue realizar de todo”), nos últimos dez anos verificou-se um aumento da prevalência da incapacidade grave ao nível da mobilidade e dos cuidados pessoais, e um decréscimo na dimensão relacionada com a cognição.

Resumindo, as incapacidades aumentam com o envelhecimento e afetam mais as mulheres, coexistindo com outros problemas, como os baixos rendimentos e alojamentos com barreiras à mobilidade. Para informação mais detalhada no domínio da Saúde, consulte-se o Plano Municipal de Saúde Braga 2021-2026.

DEPENDÊNCIAS

As dependências, designadamente por consumo de substâncias psicoativas, constituem um fator de desestruturação familiar e social, sendo, por isso, de grande importância o acompanhamento da problemática.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga quanto a comportamentos aditivos e dependências, reportada a julho de 2024, estavam registados no município um total de 730 utentes com dependências, 623 homens e 107 mulheres.

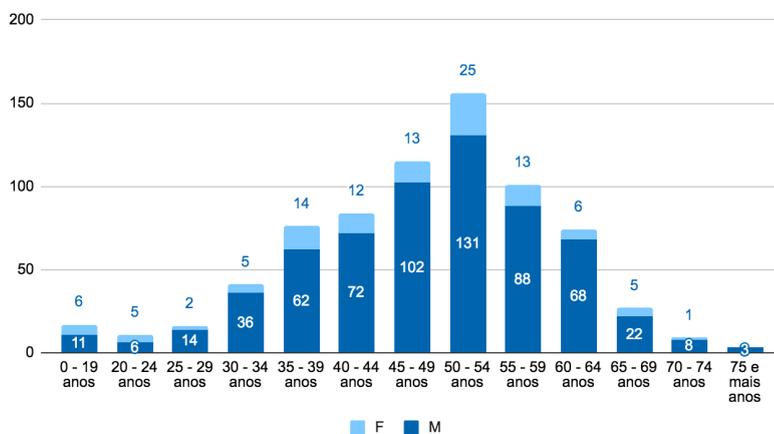
Analisando os utentes por género e nível etário, prevalecem as pessoas de sexo masculino (cerca de 85%), na idade de 50-54 anos.

Predominam os utentes solteiros (57,1%), seguido de utentes casados/unidos (24,5%).

Quanto à escolaridade desta população, a maioria das pessoas possui baixa escolaridade - 75,6% possui apenas o Ensino Básico.

No que concerne à situação profissional dos utentes, cerca de 44% têm trabalho, mas quase 32% encontram-se sem ocupação.

O consumo de heroína surge com o principal comportamento aditivo, presente em quase 51% dos utentes. Por sua vez, a dependência do álcool afeta 25% desta população.



730

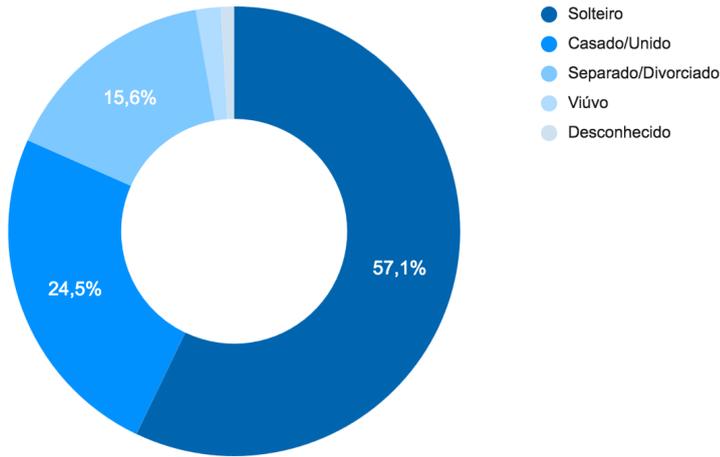
UTENTES COM DEPENDÊNCIAS

623 - Homens

107 - Mulheres

Figura 31 | População com dependências, por grupo etário, julho 2024 (N.º)

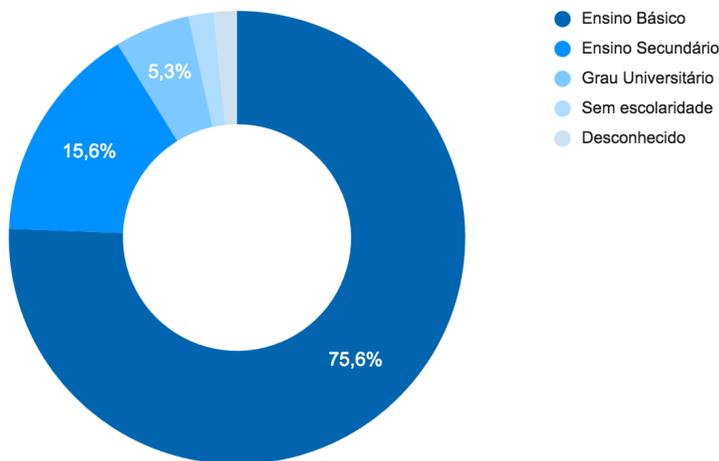
Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga



57,1%
UTENTES SOLTEIROS

Figura 32 | População com dependências, por estado civil, julho 2024 (%)

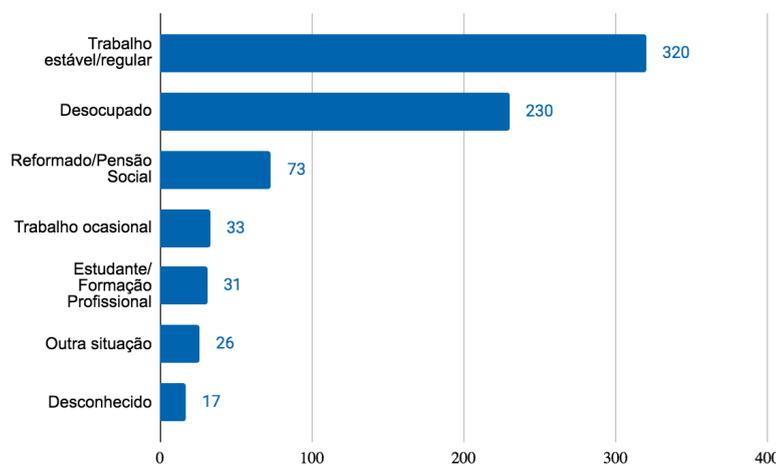
Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga



75,6%
UTENTES COM ENSINO BÁSICO

Figura 33 | População com dependências, por escolaridade, julho 2024 (%)

Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga



43,8%
UTENTES COM TRABALHO REGULAR

Figura 34 | População com dependências, por situação face ao emprego, julho 2024 (N.º)

Fonte: Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga

2.2 EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

2.2.1 ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

ANALFABETISMO

A taxa de analfabetismo que ainda subsiste do passado cai reiteradamente desde 2001, sendo a menor do Cávado. Ainda prevalecem reminiscências do peso do analfabetismo feminino (2,7%), que é mais do dobro do masculino (1,1%), o que se explica pela dificuldade histórica e cultural de acesso à educação por parte das mulheres, atualmente nos grupos etários mais avançados.

Tabela 21 | Taxa de Analfabetismo por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	Homens			Mulheres		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portugal	6,3	3,5	2,1	11,5	6,8	4,0
Norte	5,5	3,2	2,0	10,9	6,6	3,9
Cávado	4,7	2,6	1,6	10,3	6,2	3,6
Braga	3,3	1,9	1,1	8,0	4,7	2,7

Fonte: Pordata, Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo



2,7%

ANALFABETISMO FEMININO

1,1%

ANALFABETISMO MASCULINO

Censos 2021

PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

A maior escolarização dos munícipes bracarenses é evidenciada por diversos indicadores, começando pela taxa real de pré-escolarização, que supera as médias do Cávado, do Norte e do Continente, tendo atingido 100% no ano letivo de 2022/23.

Tabela 22 | Taxa real de pré-escolarização (%)

Território	Taxa real de pré-escolarização	
	2012/2013	2022/2023
Continente	87,60	94,10
Norte	92,20	96,50
Cávado	94,40	99,90
Braga	97,30	100,00

Fonte: DGEEC, Regiões em Números - Educação - Continente - 2012/2013 e Dashboard Educação em números 2022/2023

100%

TAXA REAL DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO

2022/2023

As taxas brutas de escolarização no ensino básico e no ensino secundário traduzem a posição de destaque de Braga no contexto do Cávado. Quer no ensino básico, quer no ensino secundário, a respetiva taxa bruta de escolarização supera a dos restantes municípios do Cávado e a taxa apresentada pelo Norte e pelo Continente. Os elevados rácios alcançados traduzem a capacidade gravítica de Braga atrair para as suas escolas alunas/os provenientes de outros municípios.

Tabela 23 | Taxas brutas de escolarização (%)

Território	Ensino básico		Ensino secundário	
	2012/2013	2021/2022	2012/2013	2021/2022
Continente	112,00	110,30	121,60	127,50
Norte	110,40	108,20	118,70	126,40
Cávado	106,40	107,60	126,50	123,80
Braga	113,10	115,80	178,10	149,90

Fonte: DGEEC, Regiões em Números - Educação - Continente - 2012/2013 e Dashboard Educação em números 2022/2023

149,9%
**TAXA BRUTA DE
 ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO
 SECUNDÁRIO**
 2021/2022

POPULAÇÃO COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO

Analisando o conjunto dos principais indicadores educativos, pode-se concluir que a evolução de Braga no domínio educativo é bastante positiva entre os Censos 2011 e 2021. Desde logo, a população que concluiu o ensino secundário aumentou 14,8 pontos percentuais entre os Censos 2011 e 2021, elevando para 53,91% a proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (com mais de 18 anos de idade).

Tabela 24 - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (% sobre a população com 18 e mais anos de idade)

Território	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	31,70	29,88	33,32	45,64	44,14	46,97
Norte	27,91	26,10	29,52	41,73	40,27	43,02
Cávado	29,77	27,46	31,83	45,13	43,50	46,58
Braga	39,13	36,67	41,30	53,91	52,37	55,27

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021

53,9%
**POPULAÇÃO COM PELO MENOS
 O ENSINO SECUNDÁRIO**
 Censos 2021
 % sobre a população com 18 e
 mais anos de idade

O aumento da população com o ensino secundário concluído é mais amplo nas faixas etárias jovens: 90,1% dos jovens de Braga entre 20 e 24 anos têm pelo menos formação secundária, ligeiramente abaixo da média do Cávado (90,2%) e acima das médias do Norte e Nacional.

Tabela 25 - Proporção da população residente entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	2011	2021
Portugal	60,8	83,7
Norte	60,0	86,1
Cávado	63,9	90,2
Braga	70,1	90,1

Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021

90,1%
**POPULAÇÃO DE 20-24 ANOS
 COM PELO MENOS O ENSINO
 SECUNDÁRIO**
 Censos 2021

2.2.2 POPULAÇÃO ESTUDANTIL

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL

Apesar das alterações demográficas, que traduzem perda da população infantil e juvenil na última década, a população estudantil do ensino não superior de Braga aumentou ligeiramente nos últimos anos. Analisando comparativamente o ano letivo de 2022/2023 com o de 2015/2016, verifica-se uma variação positiva de 319 alunas/os (+0,9%). Analisando a população estudantil por sexo, no ano letivo de 2022/2023 o sexo masculino representava 51,09% desta população (17.961 alunas/os) e o sexo feminino 48,91% (17.198 alunas).

Tabela 26 | Evolução do n.º de alunas/os matriculados no Cávado e em Braga

Território	Público			Privado		
	2015/16	2022/23	Δ %	2015/16	2022/23	Δ %
Cávado	53 051	50 422	-4,96%	15 763	16 355	3,76%
Braga	24 571	23 644	-3,77%	10 269	11 515	12,13%

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Dashboard Educação em números

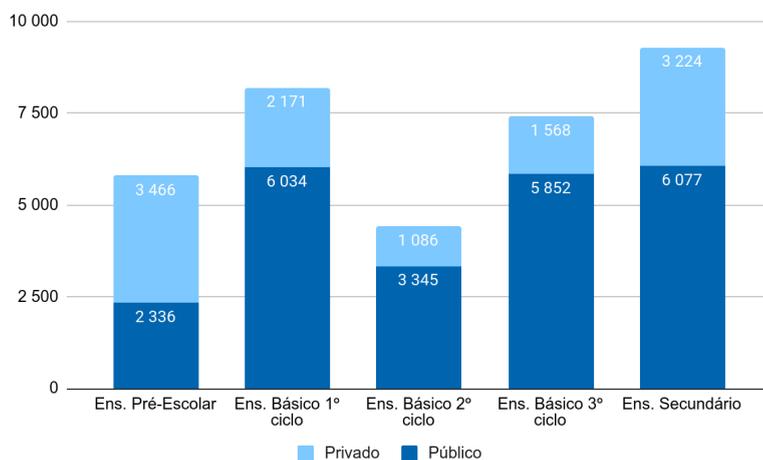


ALUNAS/OS NA REDE ESCOLAR
2022/2023

Analisando a população estudantil por sexo, no ano letivo de 2022/2023 o sexo masculino representava 51,1% desta população (17.961 alunos) e o sexo feminino 48,9% (17.198 alunas).

ALUNAS/OS POR CICLO E MODALIDADES DE ENSINO

Existe uma ampla oferta pública e privada em todos os níveis de ensino, sendo de destacar a oferta das escolas privadas no ensino pré-escolar.



REDE PRIVADA DESTACA-SE NO PRÉ-ESCOLAR
2022/2023

Figura 35 | Alunas/os matriculados por nível de ensino e natureza dos estabelecimentos, 2022/2023 (N.º)

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Dashboard Educação em números

No que concerne ao ensino secundário, é particularmente relevante perceber a distribuição dos alunas/os por modalidades de ensino, uma vez que este nível de formação se encontra mais próximo do início da vida profissional dos jovens. Predomina a frequência dos cursos gerais, face às restantes modalidades. O ensino profissional também apresenta atratividade, representando cerca de 24% das opções, embora ligeiramente abaixo da média do Cávado, 27%.

Se somarmos a estes a população estudantil dos cursos orientados a adultos e dos cursos de aprendizagem, modalidade que permite obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho, concluímos que quase 40% da população estudantil de Braga frequenta uma formação bastante orientada para o mercado de trabalho.

Tabela 27 | Alunas/os matriculados no ensino secundário: total, por sexo e por modalidade de ensino, 2022/2023 (N.º)

Modalidades de ensino	Público			Privado			Total
	H	M	Total	H	M	Total	
Cursos científico-humanísticos	1945	2 398	4 343	619	687	1 306	5 649
Cursos profissionais	696	334	1 030	729	500	1 229	2 259
Cursos de aprendizagem	69	15	84	279	105	384	468
Processos RVCC	148	180	328	44	55	99	427
Cursos EFA	89	110	199	73	130	203	402
Cursos artísticos especializados	42	39	81			0	81
Ensino recorrente	9		9			0	9
Formações modulares	1	2	3		3	3	6
	2 999	3 078	6 077	1 744	1 480	3 224	9 301

24,3%
ALUNAS/OS EM CURSOS
PROFISSIONAIS
 2022/2023

Fonte: DGEEC/ME-MCTES - Dashboard Educação em números

ALUNAS/OS ESTRANGEIRAS/OS

Sendo Braga um dos polos nacionais de atração da atual vaga migratória, é normal que também a população estudantil se reformule e, gradualmente, integre cada vez mais alunas/os estrangeiros. No ano letivo de 2023/2024, estão matriculados 5.170 crianças/jovens estrangeiros, cerca de 15% da comunidade estudantil. A integração das crianças e jovens estrangeiros na escola (e, em geral, na sociedade) é um desafio contínuo, devendo ser implementadas ações específicas conducentes ao seu sucesso educativo.

ALUNAS/OS COM MEDIDAS INCLUSIVAS

A tendência de aumento no número de alunas/os com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão é visível à escala municipal da NUTS III Cávado. Em Braga, nos últimos 3 anos letivos, há um aumento de 4,2%, inferior ao aumento médio verificado na sub-região, destacando-se o aumento acentuado no último ano letivo. Por nível de ensino, refira-se que a concentração de alunas/os abrangidos por este tipo de medidas está significativamente concentrada no ensino básico.

Tabela 28 | Alunas/os com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, 2020/2021 a 2022/2023 (N.º)

Território	2020/21	2021/22	2022/23	Δ 2022/23 vs 2021/20
Cávado	2512	2575	2717	8,16%
Braga	1228	1216	1279	4,15%

Fonte: Ministério da Educação, DGEEC | "Questionário Educação Inclusiva 2022/2023



ALUNAS/OS COM MEDIDAS
INCLUSIVAS

2022/2023

ALUNAS/OS BENEFICIÁRIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

No âmbito da transferência de competências no domínio educativo para os municípios, assume particular relevância a Ação Social Escolar (ASE), instrumento fundamental de mitigação da pobreza infantil e de garantia do acesso à educação. No ano letivo de 2023/2024 beneficiam de ASE 4.702 crianças e jovens com origem em agregados familiares com poucos recursos sócio-económicos, medida social que permite atenuar o risco de exclusão social e abandono escolar.

Tabela 29 | Alunas/os beneficiários de Ação Social Escolar (2023/2024)

Território	1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário		Total	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Cávado	1 360	2 104	742	1 062	1 218	1 805	678	1 356	3 998	6 327
Braga	678	837	392	469	632	713	387	594	2 089	2 613

Fonte: Município


ALUNAS/OS COM ASE

2023/2024

2.2.3 REDE ESCOLAR

ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

A rede escolar de Braga é vasta, diversificada e distribuída geograficamente. É composta por um amplo conjunto de estabelecimentos públicos e privados, abrangendo todos os ciclos de estudos e traduzindo a exigência de uma escola acessível e próxima dos cidadãos. A rede pública escolar é formada por 103 escolas organizadas em Agrupamentos Escolares (AE), com exceção da escola Calouste Gulbenkian, não agrupada.

Tabela 30 | Rede Escolar e de Estabelecimentos de Ensino Superior

Natureza	Entidade	N.º de Escolas
Rede Escolar Pública	Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado	9
	Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	7
	Agrupamento de Escolas Dona Maria II	10
	Agrupamento de Escolas de Trigal De Santa Maria	11
	Agrupamento de Escolas de Real	9
	Agrupamento de Escolas de Maximinos	7
	Agrupamento de Escolas Braga Oeste	4
	Agrupamento de Escolas de Celeirós	7
	Agrupamento de Escolas Carlos Amarante	10
	Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio	11
	Agrupamento de Escolas André Soares	5
	Agrupamento de Escolas Sá de Miranda	12
	Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	1
Rede Escolar Privada	Externato "Paulo VI"	-
	Colégio Luso-Internacional De Braga	-
	Colégio Leonardo Da Vinci	-
	Colégio "D. Diogo De Sousa"	-
	Colégio Alfacoop	-
	Externato Carvalho Araújo	-
	Colégio Teresiano	-
Rede de Ensino Superior	Asdpeso - Colégio João Paulo II	-
	Universidade Do Minho	-
	Universidade Católica	-
	Ipca - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	-



ESTABELECIMENTOS ESCOLARES
Rede pública

Fonte: Município de Braga

Fora da rede escolar de escolaridade obrigatória, o protagonismo da Universidade do Minho (UM) nas últimas décadas como vector estratégico de desenvolvimento económico e social do território deve ser sublinhado. A UM tem um impacto relevante e dinamizador na região Norte e constitui uma das maiores forças empregadoras do concelho, contribuindo para fortes movimentos pendulares diários entre concelhos vizinhos e Braga. Merece ainda realce a importância histórica da formação superior proporcionada pelo

Centro Regional da Universidade Católica, a que se somou, mais recentemente, a oferta de ensino pós-secundário através do Instituto Politécnico do Cávado e do AVE (IPCA).

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Tabela 31 | Níveis de modernização tecnológica, 2015/2016 e 2021/2022 (N.º)

Território	N.º médio de alunas/os/computador			N.º médio de alunas/os/computador com internet		
	2015/16	2021/22	Δ 22/15	2015/16	2021/22	Δ 22/15
Continente	4,3	1,3	-3	4,8	1,4	-3,4
Norte	3,3	1,3	-2	3,9	1,3	-2,6
Cávado	3,3	1,2	-2,1	3,8	1,3	-2,5
Braga	3,6	1,3	-2,3	4,4	1,4	-3

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2021/2022

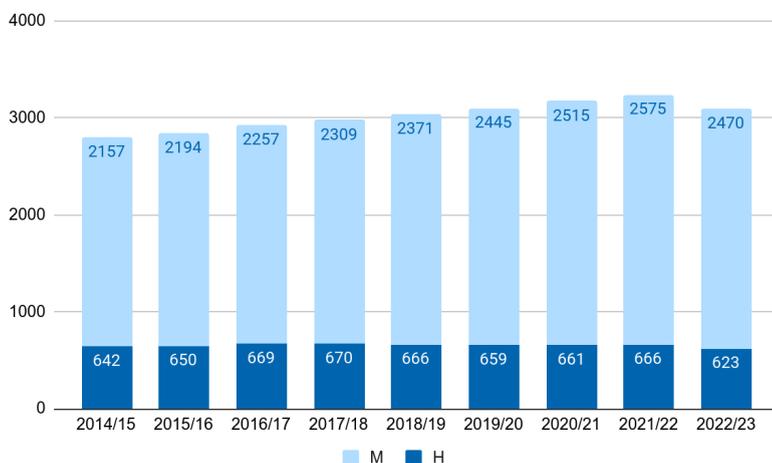


DISPONIBILIDADE DE COMPUTADORES E INTERNET

Acompanha a média do Cávado, com progressos nos últimos anos

NÚMERO DE DOCENTES

Apesar da diminuição da população jovem e a consequência direta na diminuição da população escolar, o corpo docente tem aumentado entre 2014/15 e 2022/23 na generalidade dos municípios do Cávado, de acordo com DGEEC/ME-MCTES - “Dashboard Educação em números”. Neste período, Braga registou uma variação de mais 294 docentes para um total de 3.093, 623 homens e 2.470 mulheres.



DOCENTES
2022/2023

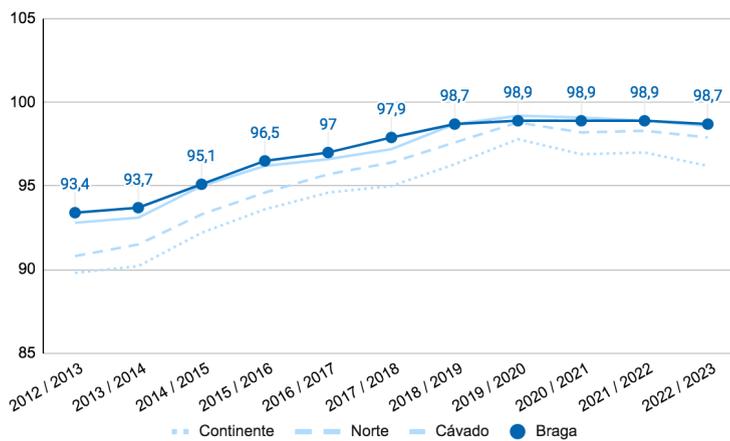
Figura 36 | Número de docentes, por sexo e ano letivo, 2014/2015 e 2022/2023

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números

2.2.4 DESEMPENHO EDUCATIVO

Além da frequência escolar no contexto da escolaridade obrigatória, em última análise importa o reconhecimento de percursos educativos bem sucedidos. Neste sentido, assume importância um conjunto de indicadores de desempenho educativo a nível local, os quais evidenciam os progressos ocorridos.

TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

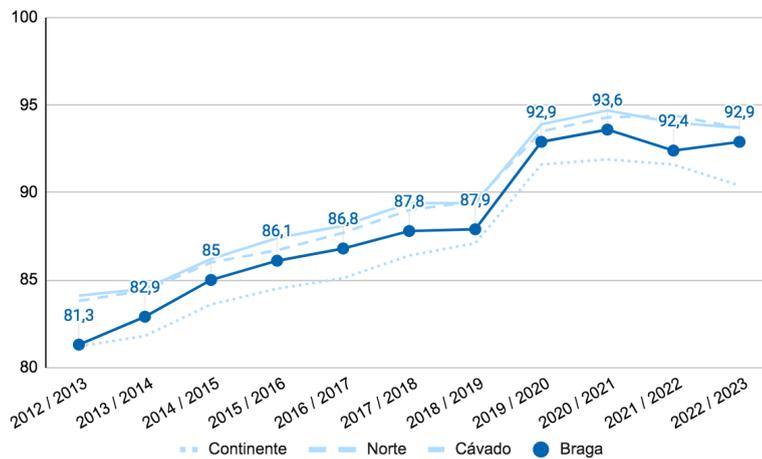


TAXA DE TRANSIÇÃO / CONCLUSÃO DO ENSINO BÁSICO

Acima da média do Norte e do Continente
2022/2023

Figura 37 | Taxa de transição/conclusão no ensino básico, entre 2013 e 2023 (%)

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023



TAXA DE TRANSIÇÃO / CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Abaixo da média do Cávado e do Norte
2022/2023

Figura 38 | Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, entre 2013 e 2023 (%)

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023

Tabela 32 | Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%), por modalidade de ensino, 2012/2013 e 2022/2023

Território	2012/ 2013		2022 / 2023	
	Cursos GCH	Cursos T/P	Cursos GCH	Cursos T/P
Continente	78,5	85,9	90,8	89,8
Norte	80,7	88,6	94,1	92,5

Cávado	79,9	91,1	93,7	93,9
Braga	77,7	89,0	93,0	92,7

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2012/2013 e 2022/2023

A taxa de transição/conclusão do ensino básico evoluiu positivamente na última década. No ano letivo de 2022/23, com 98,7% situa-se acima das médias do Norte e do Continente e converge com a média do Cávado. Por seu lado, apesar das melhorias verificadas na década 2013-2023, a taxa de transição/conclusão do ensino secundário, 92,9%, situa-se abaixo das médias do Norte e do Cávado. Avaliando a taxa por modalidade de ensino no ano letivo de 2022/2023, nos cursos Cursos gerais/científico-humanísticos fixou-se em 93,0% e nos Cursos tecnológicos/profissionais em 92,7%, ambas ligeiramente abaixo da média sub-regional.

TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

Tabela 33 | Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Público e privado, 2015/2016 a 2022/2023 (%)

Território	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
Continente	6,4	5,4	5	3,7	2,2	3,1	3	3,8
Norte	5,4	4,3	3,6	2,4	1,2	1,8	1,7	2,1
Cávado	3,8	3,4	2,8	1,3	0,8	0,9	1,1	1,4
Braga	3,5	3	2,1	1,3	1,1	1,1	1,1	1,3

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023

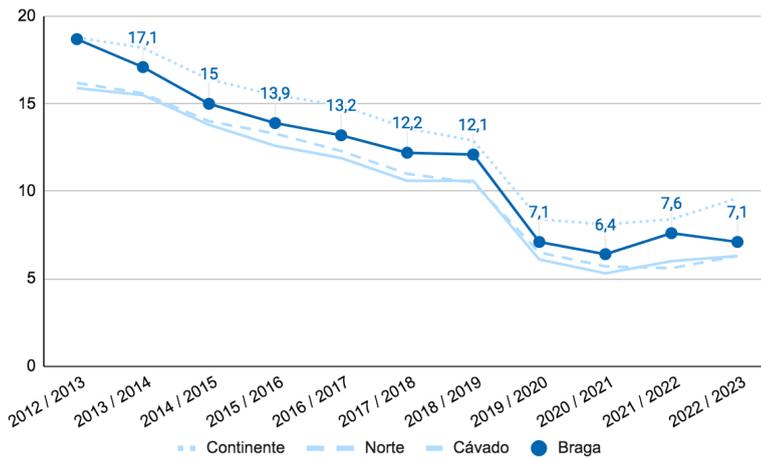


TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO E. BÁSICO

Abaixo da média do Cávado, do Norte e do Continente
2022/2023

A taxa de retenção e desistência do ensino básico tem estabilizado nos últimos anos letivos, entre 1,1% e 1,3%, em linha com o Cávado, mas abaixo da média do Norte e do Continente.

Depois de vários anos de queda, em 2021/22, a taxa de retenção e desistência no ensino secundário teve uma ligeira subida (1,2 pontos percentuais), mantendo-se acima do Cávado e do Norte. Como esta trajetória foi replicada em todos os territórios analisados, admite-se a hipótese de que o efeito da pandemia COVID-19 se tenha repercutido nos resultados escolares do ano letivo de 2021/22. No ano letivo de 2022/23, retoma-se a tendência com uma ligeira queda para 7,1%.



TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Acima da média do Cávado e do Norte
2022/2023

Figura 39 | Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, Público e privado (%)

Fonte: DGEEC, Dashboard Educação em Números – 2022/2023

Outros indicadores educativos revelam a evolução positiva dos resultados escolares nos últimos anos no município de Braga, destacando-se as taxas de conclusão e de aproveitamento com resultados convergentes ou acima das médias regionais.

TAXA DE CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL

No que respeita à conclusão em tempo normal dos ciclos de estudos no ensino básico, Braga encontra-se alinhado com a média do Cávado, verificando-se uma evolução bastante positiva entre os anos letivos de 2017/2018 e 2021/2022. Já no que concerne à conclusão em tempo normal do ensino secundário, verifica-se no mesmo período uma evolução positiva, particularmente acentuada no ensino regular (26%), mas ainda abaixo da média do Cávado.

Tabela 34 | Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino básico, 2017/2018 e 2021/2022

Território	1.º CEB			2.º CEB			3.º CEB		
	2017/18	2021/22	Δ %	2017/18	2021/22	Δ %	2017/18	2021/22	Δ %
Cávado	91%	96%	5%	96%	99%	3%	86%	96%	12%
Braga	91%	95%	4%	97%	99%	2%	88%	96%	9%

Fonte: Apuramentos da DGEEC, a partir dos dados reportados pelas escolas

CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL 2021/2022

Evolução positiva nos últimos anos
95% - 1.º Ciclo
99% - 2.º Ciclo
96% - 3.º Ciclo

Tabela 35 | Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino secundário

Território	Ensino Secundário - CP			Ensino Secundário - CCH		
	2017/18	2021/22	Δ %	2017/18	2021/22	Δ %
Cávado	75%	80%	7%	66%	85%	29%
Braga	68%	77%	13%	65%	82%	26%

Fonte: Apuramentos da DGEEC, a partir dos dados reportados pelas escolas

77% - Ens. Secundário CP
82% - Ens. Secundário CCH

ALUNAS/OS COM NÍVEIS NEGATIVOS

A proporção do número de alunas/os com níveis negativos a pelo menos uma disciplina tem vindo também a melhorar, observando-se uma evolução de 8 pontos percentuais no 2.º ciclo e de 13 pontos no 3.º ciclo do Ensino Básico. Todavia, em 2021/2022, as taxas mantêm-se ainda superiores às da média do Cávado.

Tabela 36 | Alunas/os do 2.º e 3.º Ciclo do ensino básico com níveis negativos a pelo menos uma disciplina - rede pública (%), 2017/2018 e 2021/2022

Território	2.º ciclo			3.º ciclo		
	2017/18	2021/22	Δ p.p	2017/18	2021/22	Δ p.p
Cávado	23	13	-10	41	26	-15
Braga	22	14	-8	40	27	-13

Fonte: DGEEC, dos dados reportados pelas escolas públicas, de Portugal continental

ALUNAS/OS COM NEGATIVAS a pelo menos uma disciplina

Evolução positiva nos últimos anos

14% - 2.º Ciclo (2021/2022)

27% - 3.º Ciclo (2021/2022)

Rede pública

RESULTADOS NAS DISCIPLINAS NUCLEARES

Por fim, no que diz respeito aos resultados dos alunas/os nas disciplinas nucleares, Português e Matemática, a evolução e os resultados dos últimos anos estão alinhados com o verificado em termos médios no Cávado, existindo margem de progressão. Contudo, o contexto de crescimento do número de alunas/os estrangeiros apresenta novos desafios para a melhoria do presente indicador, em particular no que se refere à disciplina de português.

Tabela 37 | % de positivas a Português e Matemática, no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico regular - rede pública

Território	Português			Matemática		
	2016/17	2021/22	Δ p. p.	2016/17	2021/22	Δ p. p.
Cávado	89%	95%	6	71%	85%	14
Braga	90%	95%	5	73%	84%	11

Fonte: DGEEC, apuramento a partir dos dados reportados pelas escolas públicas

2.º e 3.º CEB

Evolução positiva nos últimos anos

95% - Português (2021/2022)

84% - Matemática (2021/2022)

2.3 SEGURANÇA

A par da Educação, da Saúde e de outras dimensões sociais basilares de uma sociedade, a Segurança assume-se como um fator essencial para o bem-estar social. Importa, por isso, conhecer os principais indicadores desta dimensão.

2.3.1 CRIMINALIDADE GERAL

Se atendermos à expansão demográfica, o clima de segurança tem-se mantido estável nos últimos anos. Entre 2019 e 2023 regista-se um aumento de 4,41% no registo de crimes, crescimento abaixo do verificado a nível nacional (10,84%). Contudo, o aumento aconteceu essencialmente no último ano (+3,59%), o que merece uma monitorização apertada. Em 2023, de entre as categorias criminais registadas em Braga, os crimes contra o património constituíram 55,5% das ocorrências e os crimes contra as pessoas 26,3%.

Tabela 38 | Total de crimes registados pelas polícias, 2019 a 2023

Território	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2023/19
Portugal	335 614	298 797	301 394	343 845	371 995	10,84%
Norte	100 582	90 427	86 667	93 851	98 001	-2,57%
Cávado	9 649	9 718	9 418	10 118	9 762	1,17%
Braga	4 925	4 652	4 612	4 964	5 142	4,41%

Fonte: DGPI/MJ, Pordata 2024-04-01



+ 3,6%

CRIMES REGISTRADOS

Varição entre 2022 e 2023

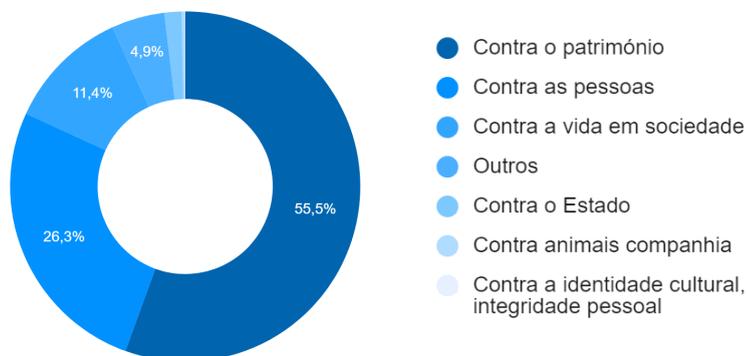


Figura 40 | Crimes registados pelas polícias, por tipo de crime, 2023

Fonte: DGPI/MJ, Pordata 2024-04-01

55,5%
CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO

2023

Tabela 39 | Taxa de criminalidade e Categoria de crime, em 2022 (‰)

Território	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução c/ taxa de álcool ≥ 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património
Portugal	32,8	5,3	0,7	2,8	2,1	1,4	16,6
Norte	25,8	4,6	0,5	3,2	1,6	0,9	12,7
Cávado	23,9	4,4	0,2	2,7	1,2	0,5	12,4
Braga	25,1	4	0,4	3,4	1,4	0,5	14,4

Fonte: INE / Direcção-Geral da Política de Justiça



TAXA DE CRIMINALIDADE

2022

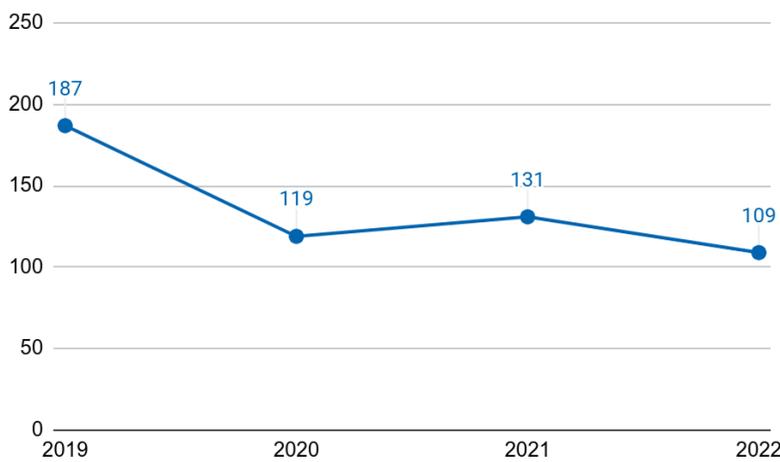
Abaixo da média do país e do Norte

A Taxa de criminalidade (%) registada em Braga em 2022 era ligeiramente superior à da sub-região do Cávado e consideravelmente inferior à taxa verificada no país, sendo os “crimes contra o património” a ocorrência mais preponderante (14,4‰), seguida dos “crimes contra a integridade física” (4‰).

2.3.2 CRIMINALIDADE VIOLENTA, JUVENIL E GRUPAL

A criminalidade com maior grau de violência, de acordo com a informação disponibilizada pela GNR e PSP, reduziu de 187 crimes, em 2019, para 109, em 2022.

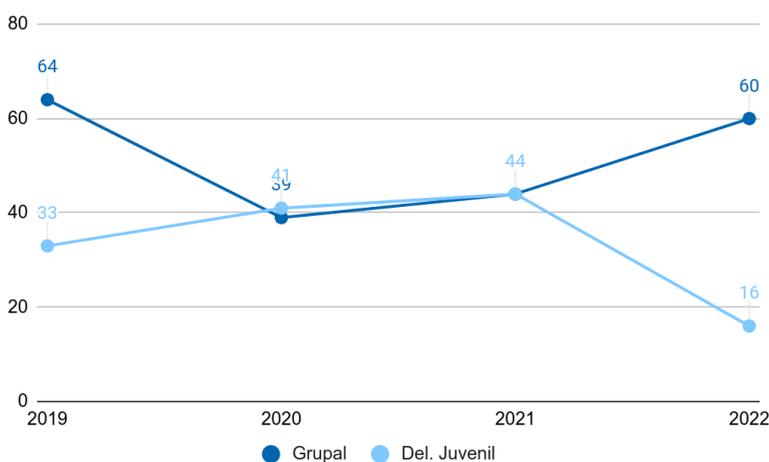
Voltando a atenção para a criminalidade juvenil e grupal, o número destes tipos de crimes tem-se mantido relativamente estável nos últimos anos, merecendo reparo o “pico” ascendente verificado na criminalidade grupal em 2022, atingindo quase o nível de 2019.



109
CRIMES VIOLENTOS
 2022
 (-) 22 que em 2021
 (-) 78 que em 2019

Figura 41 | Crimes violentos registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022 (N.º)

Fonte: PSP e GNR



CRIMINALIDADE JUVENIL E GRUPAL
 Estável entre 2019 e 2022

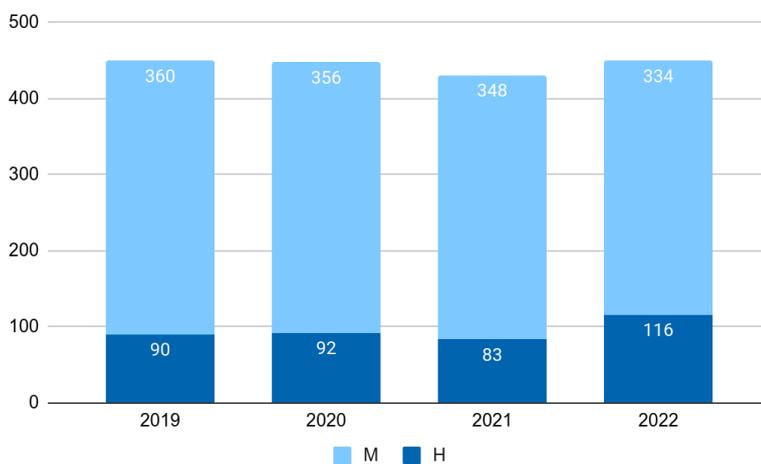
Figura 42 | Crimes de delinquência grupal e juvenil registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022, (N.º)

Fonte: PSP e GNR

2.3.4 VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA

A violência doméstica manifesta-se pela coerção física, sexual ou psicológica entre pessoas que coabitam: o lar transmuta-se de “local de afetos” e reveste-se de perigosidade. Durante muito tempo foi considerada uma questão sócio-cultural privada e doméstica, mas hoje é reconhecida como uma questão primordial dos direitos humanos, constituindo na sua maioria violência de género. Por sua vez, a violência de género não se esgota no espaço da vivência em comum e caracteriza-se por toda a ação exercida contra uma pessoa devido ao seu sexo ou à sua identidade de género, condicionando o seu bem-estar físico, psicológico, sexual, material ou económico.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA



450 VÍTIMAS

Em 2019 e 2022

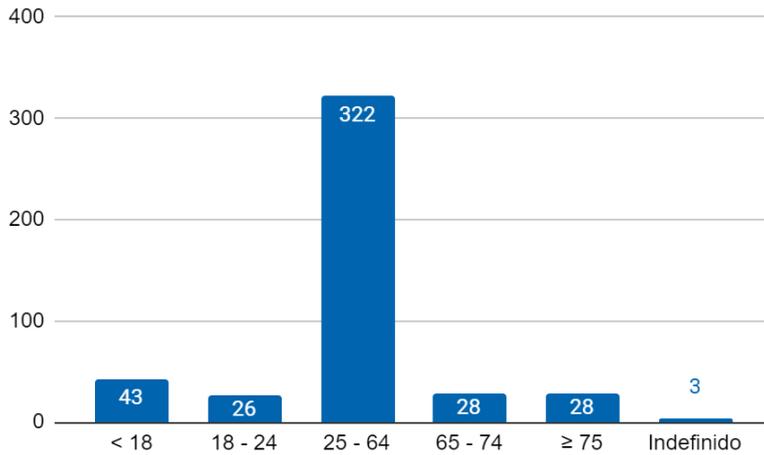
Figura 43 | Vítimas de violência de género e doméstica por sexo, 2019 a 2022

Fonte: PSP e GNR

De acordo com a informação disponibilizada pela GNR e pela PSP, o número de vítimas de violência de género e doméstica registado por estas forças de segurança em Braga estabilizou entre 2019 e 2022. O número de vítimas de 2019 e 2022 é coincidente, 450, mas há uma ligeira alteração na violência de género, uma vez que aumenta o número de vítimas masculinas (+26) em detrimento da diminuição de vítimas femininas (-26). Mas a violência de género e doméstica afeta particularmente as mulheres, embora com consequências para todo o ambiente familiar: 3 em cada 4 vítimas são mulheres. Face ao número de vítimas registadas no conjunto dos municípios do Cávado, o número de vítimas em Braga representava 41,0%, em 2019, e 38,3%, em 2022.

No que respeita à idade das vítimas, assumem prevalência as pessoas em idade ativa, entre os 25 e os 64 anos, intervalo que representa cerca de 3 em cada 4 vítimas. Apesar desta proporção se ter mantido relativamente estável nos últimos anos, é provável que com o envelhecimento progressivo da população aumente a proporção de vítimas nas faixas etárias mais avançadas.

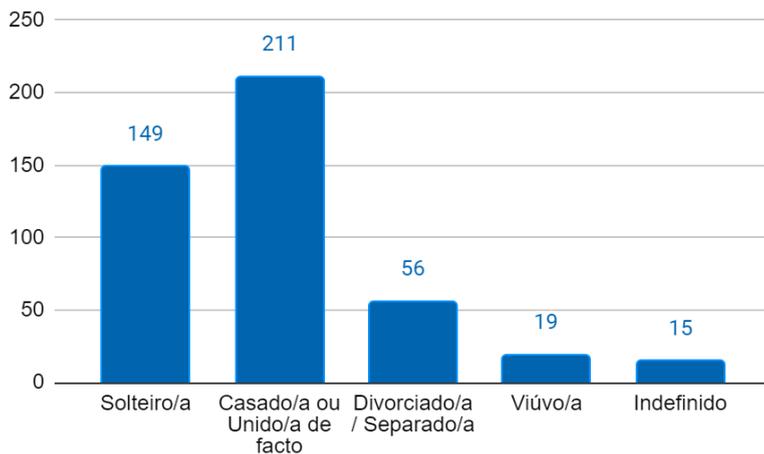
A violência prevalece maioritariamente sobre pessoas casadas ou unidas de facto, o que, além das consequências imediatas para as próprias vítimas e respetivos agregados familiares, pode trazer consequências graves para o desenvolvimento futuro das crianças, quando se está perante agregados com filhos menores.



MULHER
25 - 64 ANOS
 3 em cada 4 vítimas

Figura 44 | Vítimas de violência de género e doméstica por grupos etários, em 2022

Fonte: PSP e GNR



VIOLÊNCIA COM IMPACTO EM TODA A FAMÍLIA

Figura 45 | Vítimas de violência de género e doméstica por estado civil, em 2022

Fonte: PSP e GNR

No contexto da violência infanto-juvenil, regista-se que se assiste ao aumento do número de vítimas menores de 18 anos, passando de 14 (2019) para 43 (2022). Este tipo de violência é particularmente delicada porque afeta a integridade física e psicológica das crianças/jovens em formação de personalidade, com efeitos que perduram a curto e longo prazo e extensíveis a todo o núcleo familiar.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga, atende pessoas do Distrito de Braga e de vários concelhos do Distrito de Viana do Castelo e constata a evolução da violência doméstica. No período, 2020-2023, o seu registo de situações de violência doméstica aumentou cerca de 66%, passando de 1.309 registos (2020) para 2.175 (2023). Em 2023, registou um total de 9.748 atendimentos a 1.872 utentes e assinalou um total de 2.605 crimes e outras formas de violência, dos quais 2.175 correspondem a violência doméstica (maus tratos físicos e psíquicos), 83,5% do total dos crimes. Típica a violência doméstica no seguinte perfil:

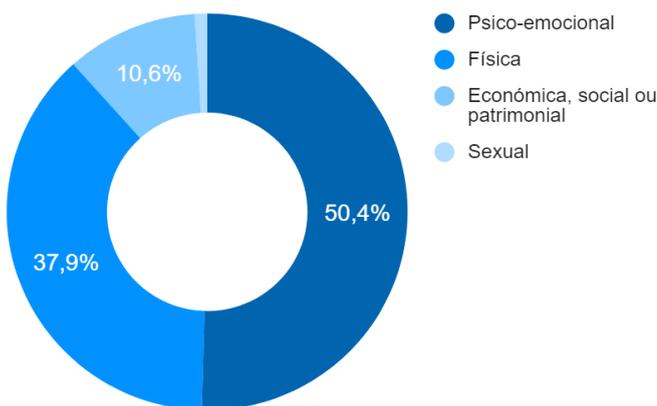
- Vítima: Mulher (76%)
- Principal grupo etário da vítima: 35-54 anos

- Relação entre autor e vítima: cônjuge/companheiro e/ou (ex)familiar (relações de proximidade e intimidade)
- Duração continuada e de longa duração (>1 ano)
- Local do crime: Residência comum (63%)

A Cáritas Arquidiocesana de Braga acompanha crianças e jovens vítimas de violência doméstica que, por vezes, não sendo o alvo principal das agressões, são vítimas involuntárias, com consequências psicológicas para o seu desenvolvimento pessoal. Em 2023, no âmbito da Resposta de Apoio Psicológico a crianças e jovens vítimas de violência doméstica (RAP), realizou 394 atendimentos, tendo acompanhado 50 vítimas, sinalizando a necessidade de manter o acompanhamento de 25 vítimas.

Através do seu Espaço de Apoio à Vítima (EAV), designado por Espaço Igual – Centro de Informação e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica Cáritas, realizou 1.268 atendimentos, tendo acompanhado 161 vítimas (153 mulheres, 8 homens) e sinalizando a necessidade de acompanhamento de 68 vítimas. Note-se ainda que a Cáritas acolheu, em 2023, 110 crianças e jovens numa resposta de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica.

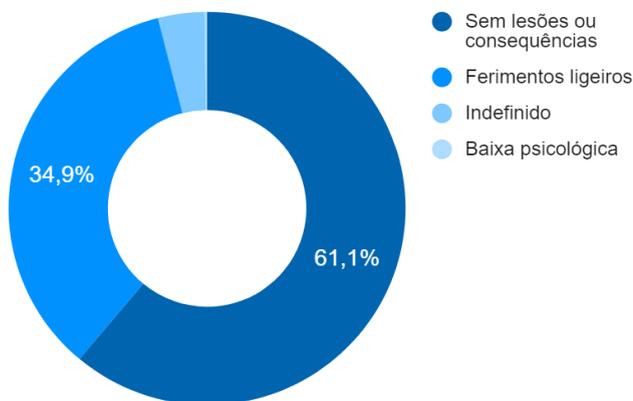
TIPO E CONSEQUÊNCIAS



50,4%
VIOLÊNCIA PSICO-EMOCIONAL
Muitas vezes imperceptível

Figura 46 | Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo, em 2022

Fonte: PSP e GNR



61,1%
SEM LESÕES OU CONSEQUÊNCIAS
As consequências nem sempre são perceptíveis no imediato

Figura 47 | Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo de consequências para a vítima, em 2022

Fonte: PSP e GNR

2.4 ECONOMIA E EMPREGO

2.4.1 DINÂMICA EMPRESARIAL

O período conturbado que coincidiu com a prevalência da pandemia COVID-19 condicionou a criação de empresas especialmente no ano zénite do flagelo, em 2020. A dinâmica económica retomou-se a partir de 2021, constatando-se, no município de Braga, a criação de empresas a ritmo ligeiramente superior ao verificado no Cávado como um todo.

Tabela 40 | Nascimentos de empresas por localização geográfica, 2019-2022 (N.º)

Território	2019	2020	2021	2022	Var % 22/19
Portugal	194 951	153 290	184 168	231 065	18,52%
Norte	62 587	50 124	57 543	72 696	16,15%
Cávado	6 884	5 774	6 695	7 954	15,54%
Braga	3 689	2 946	3 517	4 352	17,97%

Fonte: INE, Demografia das empresas



4 352

EMPRESAS CRIADAS EM 2022

90% no setor terciário

8,8% no setor secundário

A vertente de Braga como concelho de comércio e serviços é salientada pela predominância de empresas do setor terciário criadas em 2022. Neste setor foram criadas 3.916 empresas, cerca de 90% do total de novas empresas. Desenvolvem essencialmente as seguintes atividades económicas: administrativas e serviços de apoio (1.127), atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (455), atividades de saúde humana e apoio social (445) e comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (419).

De acordo com dados publicados pelo INE, no município de Braga existiam 25.952 empresas em 2022, das quais somente 17 foram classificadas como grandes, revelando, à imagem do espetro nacional, a grande fragmentação das empresas PME's.

Do pequeno universo das grandes empresas de Braga, 4 delas representam 21,0% do Volume de Negócios e concentram 10,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerados no concelho. Estes indicadores são superiores aos verificados a nível sub-regional, regional e nacional e espelham a importância estrutural dessas empresas no tecido económico-social bracarense.

Tabela 41 | Concentração do valor acrescentado bruto e do volume de negócios das quatro maiores empresas, 2022 (%)

Território	Indicador de concentração do VAB das quatro maiores empresas	Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas
Portugal	2,38%	6,09%
Norte	4,25%	5,90%
Cávado	5,69%	12,19%
Braga	10,81%	21,02%

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas



21,0%

**VOLUME NEGÓCIOS
DAS 4 MAIORES EMPRESAS**

2022

Tabela 42 | Volume de negócios e Valor acrescentado bruto dos estabelecimentos, por atividade económica (CAE Rev. 3), 2022 (€)

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Volume de negócios	VAB	
		Valor €	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	4 286 695	
Indústrias extrativas	10 730 782	4 705 620	43,85%
Indústrias transformadoras	3 588 630 017	591 118 053	16,47%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	2 087 264	
Captação, tratamento/distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	72 652 337	34 934 399	48,08%
Construção	1 602 121 793	374 489 438	23,37%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3 517 784 778	430 148 732	12,23%
Transportes e armazenagem	294 390 071	89 838 701	30,52%
Alojamento, restauração e similares	242 694 685	84 854 094	34,96%
Atividades de informação e de comunicação	348 358 529	133 670 399	38,37%
Atividades imobiliárias	329 568 245	98 826 304	29,99%
Ativ. de consultoria, científicas, técnicas e similares	346 418 762	167 628 039	48,39%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	379 419 690	120 282 900	31,70%
Educação	40 171 550	17 039 993	42,42%
Atividades de saúde humana e apoio social	216 476 411	95 560 608	44,14%
Ativ. artísticas, de espetáculos, desp. e recreativas	40 474 112	10 197 222	25,19%
Outras atividades de serviços	38 007 509	17 445 018	45,90%

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Legenda: "-" informação não disponível



11 095 M
VOLUME DE NEGÓCIOS

2 277 M
VAB
2022

Saliente-se que, em 2022, o Volume de Negócios gerado pelas empresas do concelho atingiram o valor de 11.095 milhões de euros e atingiram um VAB de 2.277 milhões de euros.

2.4.2 POPULAÇÃO EMPREGADA

EMPREGO POR SEXO

Comparando a população empregada entre Censos, observa-se uma evolução positiva de 10,4% entre 2011 e 2021, superando a variação do Cávado, do Norte e do país. À data dos Censos 2021, encontravam-se empregadas 90.516 pessoas, sendo 45.502 homens e 45.014 mulheres. É de assinalar o peso relativo crescente das mulheres na força laboral empregada, convergindo para a paridade - progrediram de 48,7%, em 2011, para 49,7%, em 2021.

Tabela 43 | População empregada por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Território	H		M		HM		Δ 2021/11
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	
Portugal	2 275 974	2 256 526	2 085 213	2 169 935	4 361 187	4 426 461	1,5%
Norte	804 289	800 790	697 594	745 779	1 501 883	1 546 569	3,0%
Cávado	94 067	98 204	83 534	93 981	177 601	192 185	8,2%
Braga	42 043	45 502	39 928	45 014	81 971	90 516	10,4%

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



90 516

POPULAÇÃO EMPREGADA

Censos 2021

+ 10,4 % face a Censos 2011

A taxa de emprego, que mede o rácio entre a população empregada e a população em idade ativa (15 ou mais anos), no período censitário de 2011 e 2021 (+ 0,35 p.p.), acompanhou a evolução positiva da taxa de atividade e realça o papel crescente da mulher na economia, superando a tendência nacional - progrediram de 49,7%, em 2011, para 51,0%, em 2021. Por seu lado, a taxa de emprego da população masculina é de 58,1%.

Tabela 44 | Taxa de emprego por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)

Território	2011			2021		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	48,51	53,65	43,92	49,12	53,25	45,45
Norte	47,95	54,29	42,25	49,15	54,03	44,81
Cávado	51,81	57,96	46,28	53,21	57,46	49,39
Braga	53,99	58,76	49,74	54,34	58,08	51,02

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)



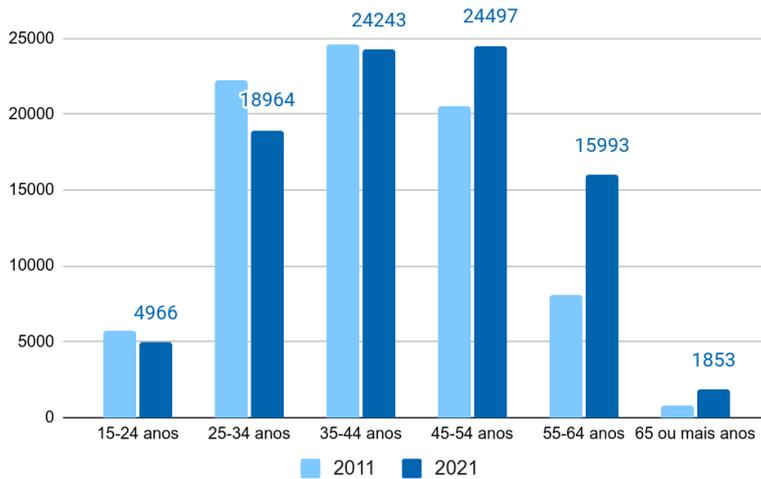
TAXA DE EMPREGO

População empregada/população residente com 15 ou mais anos de idade

Censos 2021

EMPREGO POR GRUPO ETÁRIO

A distribuição etária da população empregada em Braga acompanha a tendência regional e nacional. Cerca de 75% das pessoas empregadas encontram-se no grupo etário entre os 25 e os 54 anos, enquanto se constata a diminuição da força de trabalho nos grupos etários mais baixos, entre os 15 e os 34 anos, o que certamente se explica pelo aumento da escolarização que mantém as pessoas mais anos no sistema de ensino, retardando a entrada no mercado de trabalho, mas também pela dificuldade de absorção pelas empresas de jovens cada vez mais qualificados. Por outro lado, verifica-se uma tendência de aumento da população empregada com mais de 55 anos.

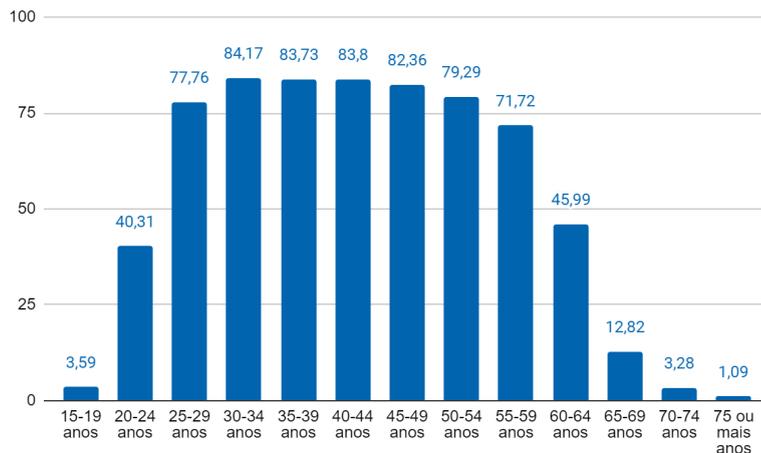


POPULAÇÃO EMPREGADA C/ 55+ ANOS
Em tendência crescente

Figura 48 | População empregada por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Analisando a taxa de emprego por grupo etário, os grupos etários com taxa mais elevada encontram-se naturalmente entre os 25 e os 54 anos, idade a partir da qual as pessoas que caem em situação de desemprego têm mais dificuldade em voltar a empregar-se.



40,3%
TAXA DE EMPREGO
20-24 ANOS
Censos 2021

43,3% Portugal
45,9% Norte
46,6% Cávado

Figura 49 | Taxa de emprego por grupo etário, à data dos Censos 2021 (%)

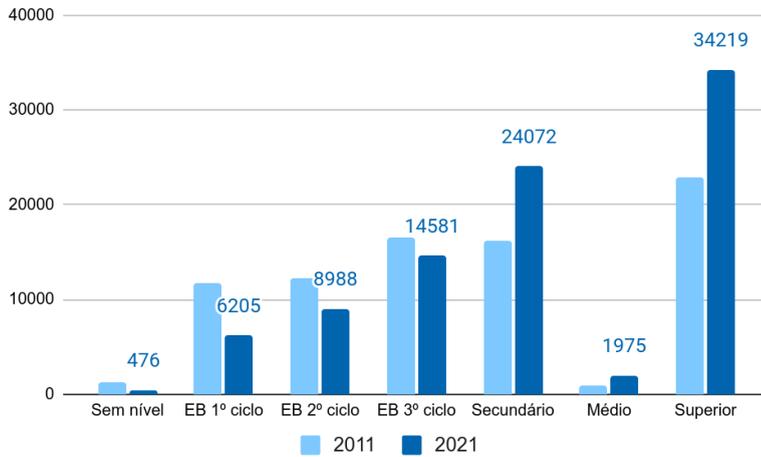
Fonte: INE, Censos 2021

Destaca-se ainda a taxa de emprego de 40,3% na população com idade entre os 20 e os 24 anos, inferior à do Cávado (46,6%), do Norte (45,9%) e à nacional (43,3%), sendo a mais elevada no conjunto de todos os município do Cávado.

EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Analisando a população empregada com formação de nível superior, 38,6% em 2021, Braga apresenta uma proporção superior à da sub-região, do Norte e do país. A elevação do nível de formação superior terá como contrapartida, inevitavelmente, uma melhoria crescente do rendimento das populações. Por outro lado, caracteriza um mercado de trabalho cada vez mais qualificado. Os profissionais com ensino secundário

completo são o seguinte grupo mais relevante a nível da população empregada por escolaridade, com o rácio de 27,2%.



POPULAÇÃO EMPREGADA COM FORMAÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR

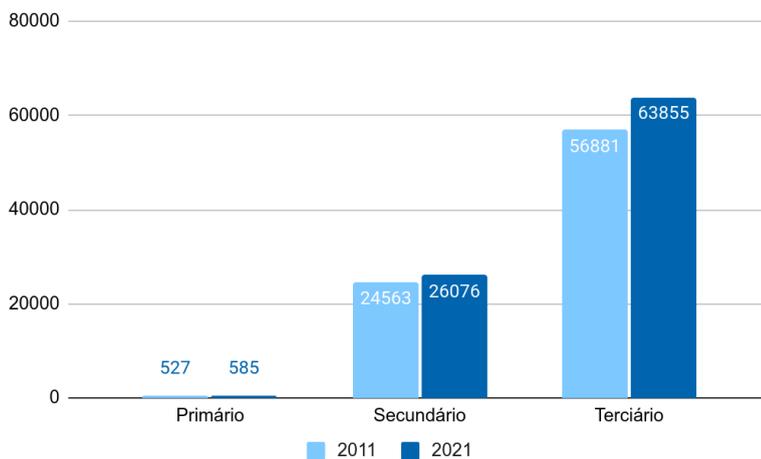
Crescimento acentuado entre Censos 2011 e 2021. 38,6% da população empregada possui formação superior.

Figura 50 | População empregada por nível de escolaridade, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

EMPREGO POR SETOR E ATIVIDADE ECONÓMICOS

O concelho de Braga é caracterizado por um forte dinamismo empresarial liderado pelo comércio, turismo e serviços, mas também assente na pujança do setor industrial, com relevo para as empresas de engenharia e construção, das tecnologias de informação e comunicação, de electrónica, metalomecânica, transformação de madeiras, entre outros. O ensino e a investigação contribuem igualmente para o desenvolvimento económico do município. Sendo um concelho de comércio/serviços, o emprego está maioritariamente concentrado no setor terciário, 70,5% à data dos Censos 2021. A população empregada no setor secundário representava 28,8%, enquanto a população empregada no setor primário, menos de 1%, não tem relevância estrutural.



70,5%

POPULAÇÃO EMPREGADA NO SETOR TERCIÁRIO

Censos 2021

Figura 51 | População empregada por setor económico, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Fonte: INE, Censos (2011 e 2021)

Apesar da prevalência do setor terciário na população empregada, especificando a análise por atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), as indústrias transformadoras assumiam a maior fatia da população empregada em 2022 (20,55%), seguidas do Comércio (17,48%) e da Construção (14,46%).

Tabela 45 | Pessoal ao serviço por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), em 2022 (%)

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3);	População empregada
Indústrias transformadoras	20,55%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	17,48%
Construção	14,46%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	9,38%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7,81%
Alojamento, restauração e similares	5,98%
Atividades de saúde humana e apoio social	5,38%
Transportes e armazenagem	3,89%
Atividades de informação e de comunicação	3,87%
Educação	2,75%
Outras atividades de serviços	2,39%
Atividades imobiliárias	2,31%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,44%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1,11%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	0,87%
Indústrias extrativas	0,17%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,16%

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas



20,55%

**POPULAÇÃO EMPREGADA NA
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA**

2022

EMPREGO POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Em 2021, 30,2% dos empregados por conta de outrem trabalhavam em empresas com mais de 250 funcionários, enquanto 17,5% trabalhavam em PME's com menos de 10 trabalhadores.

Tabela 46 | Trabalhadores por conta de outrem por dimensão das empresas (%), em 2021

Território	< 10 trabalhadores	> 250 trabalhadores
Portugal	19,8	30,0
Norte	21,0	24,9
Cávado	21,3	20,4
Braga	17,5	30,2

Fonte: INE / MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

30,2%

**POPULAÇÃO EMPREGADA EM
EMPRESAS COM + DE 250
TRABALHADORES**

Censos 2021

30% Portugal

24,9% Norte

20,4% Cávado

2.4.3 RENDIMENTOS DO TRABALHO

O rendimento é uma das principais determinantes da condição social, com impacto no bem-estar e na inclusão. Pessoas com baixos rendimentos encontram-se em maior risco de exclusão social. O próprio bem-estar é em grande medida determinado pelos rendimentos. O dinamismo populacional e económico de Braga teve repercussão positiva no crescimento do ganho médio mensal, que evoluiu 28,1% entre 2011 e 2021, passando de 964,00€ para 1.234,50€, convergindo para a média nacional (1.289,50€). O ganho médio verificado em Braga corresponde a quase 96% da média do país, sendo o valor mais alto do Cávado.

Tabela 47 | Ganho médio mensal, 2011 e 2021 (€)

Território	2011	2021	Δ 2021-11	
Portugal	-	1 289,50 €	100,0%	-
Norte	949,10 €	1 187,20 €	92,1%	25,1%
Cávado	873,30 €	1 134,30 €	88,0%	29,9%
Braga	964,00 €	1 234,50 €	95,7%	28,1%

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

1 234,50€
GANHO MENSAL MÉDIO
 2021
 Trabalhadores por conta de outrem

 95,7% da média nacional

O ganho médio mais elevado comparativamente às médias do Cávado também se manifesta no índice do poder de compra per capita, o qual, embora melhore apenas marginalmente entre 2011 e 2021, é superior à média do Norte e do país.

Tabela 48 | Poder de compra per capita (%)

Território	2011	2021	Δ 2021-11
Portugal	100,0	100,0	
Norte	89,2	92,9	4,12%
Cávado	85,9	91,7	6,82%
Braga	104,2	105,4	1,17%

Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio - 2021, Pordata 2024-02-09



105,4%
PODER DE COMPRA PER CAPITA
 Face ao Nacional, em 2021

2.4.4 DESEMPREGO

TAXA DE DESEMPREGO

A partir de 2014 iniciou-se um novo ciclo de recuperação económica que, apesar de perturbado pelo choque histórico da pandemia COVID-19, trouxe consequências positivas ao nível do emprego, resultando numa redução acentuada do desemprego em Braga. A taxa de desemprego que se situava nos 13,2%, em 2011, evoluiu para 7,6%, em 2021, ficando ligeiramente acima do Cávado (6,7%), mas inferior à do Norte (8,4%) e do país (8,1%). Denota-se maior incidência no desemprego feminino, 8,8%, em comparação com o masculino, 6,4%. A recuperação da taxa de desemprego (e, concomitantemente, do emprego) traduz a elasticidade da economia local à tendência de crescimento económico ocorrida desde 2014.

Tabela 49 | Taxa de desemprego (%) por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021

Território	HM		H		M	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	13,2	8,1	12,6	7,3	13,8	8,9
Norte	14,5	8,4	13,0	7,2	16,1	9,7
Cávado	12,8	6,7	11,1	5,6	14,5	7,7
Braga	13,2	7,6	11,7	6,4	14,6	8,8

Fonte: INE, Censos 2021



TAXA DE DESEMPREGO

Censos 2021

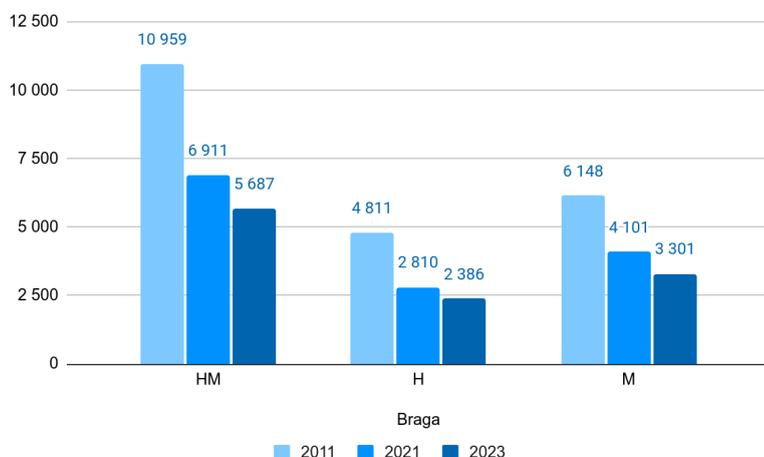
6,4% - HOMENS

8,8% - MULHERES

Não existindo informação da taxa de desemprego actual à escala municipal, ganha relevância a informação do número de desempregados inscritos nos centros de emprego.

DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO

Apesar da diminuição do desemprego verificada no período intercensitário, continua a desigualdade entre os sexos, na medida em que, pese a criação de emprego e a proporção de mulheres desempregadas continua mais elevada do que a dos homens. Em Braga, em 2023, representavam 58% da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional.



5 687

DESEMPREGADOS INSCRITOS

NO IEFP

Média de 2023

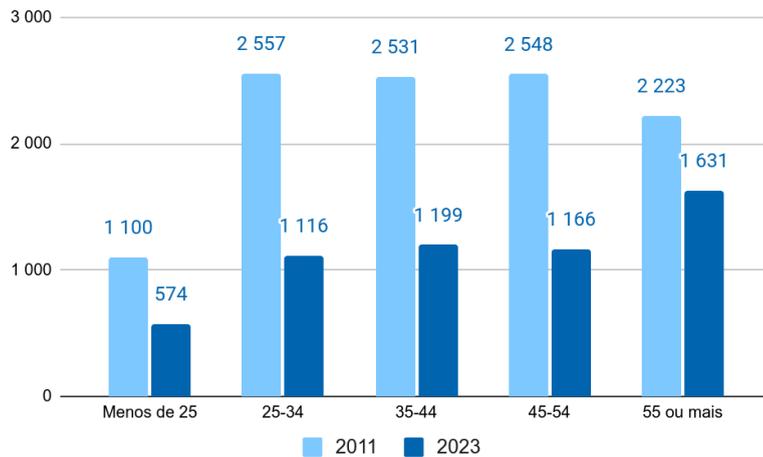
2 386 HOMENS

3 301 MULHERES

Figura 52 | Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por sexo, em 2011, 2021 e 2023 (N.º)

Fonte:IEFP/MTSSS-MEM, Pordata 2024-02-09

Observando o número de desempregados por grupos etários, a dinâmica dos novos empregos é visível na população até aos 55 anos.



DESEMPREGO EM IDADES MAIS AVANÇADAS

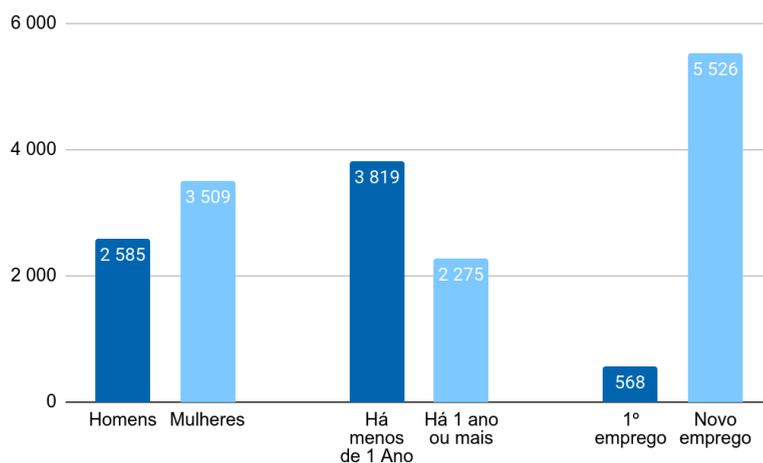
Apesar da crescente população ativa e empregada acima dos 55 anos, este grupo etário assume destaque na população desempregada.

Figura 53 | Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por grupo etário, em 2011 e 2023 (N.º)

Fonte: IIEFP/MTSSS-MEM, Pordata 2024-02-09

Conforme já referido, em 2023, o desemprego é predominante no grupo etário de 55 ou mais anos. Muitas destas pessoas possuem formação superior e experiência relevante, mas deparam-se com resistência à sua contratação no mercado de trabalho. Por vezes, esgotados os prazos dos subsídios de desemprego, acabam por não se (re)inscrever nos centros de emprego. O mercado de trabalho tem de se preparar para a nova realidade demográfica e aproveitar o “capital humano” acumulado pela experiência, assegurar a transmissão desta aos novos profissionais e garantir oportunidade aos jovens.

Em maio de 2024, data do último boletim mensal de desemprego disponível, estavam inscritas no Centro de Emprego de Braga 6.094 pessoas, não havendo variação relevante face aos números de dezembro passado (apenas menos 4 pessoas desempregadas).



6 094

DESEMPREGADOS INSCRITOS NO IEFP

Maio de 2024

Figura 54 | Desemprego Registrado no concelho em maio 2024 (N.º)

Fonte: Fonte: IEFP, Estatísticas mensais por concelhos, maio de 2024

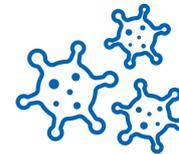
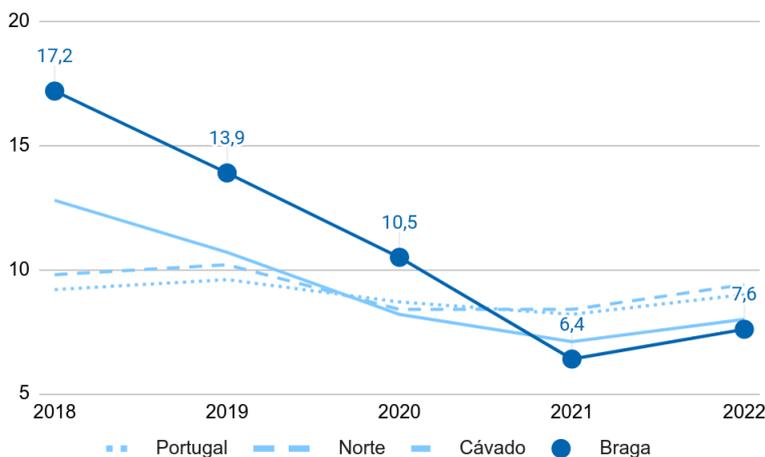
2.5 CULTURA DESPORTO E LAZER

A cultura, enquanto repositório e co-criação histórica de tradições, memórias, perpetuação de experiências orais, escritas, visuais, olfativas, auditivas, entre outras, define os marcos identitários de uma sociedade. Ao mesmo tempo contribui para a definição da personalidade individual, sendo, por isso, fundamental para o desenvolvimento pessoal. A valorização do lazer e do espírito desportivo é também importante para o bem-estar pessoal e para a promoção de laços sociais. Alguns indicadores permitem-nos analisar a evolução da promoção dos valores culturais e desportivos a nível territorial.

Uma nota preliminar na análise do período temporal de 2018 a 2022 é a constatação de que a actividade da cultura, desporto e lazer foi fortemente condicionada pela pandemia, notando-se graficamente os efeitos desta na quase paralisação da actividade e correspondente diminuição das despesas em 2020 e 2021.

O ano de 2022 evidencia os esforços de retoma de alguma normalidade, sendo visível um novo impulso que, mesmo assim, ainda não permitiu alcançar o referencial pré-Covid. A evolução gráfica das despesas do município em cultura e desporto no total de despesas exemplifica esse comportamento.

O montante alocado em 2022, 7,6% do total das despesas do município, ainda está a cerca de 10 pontos percentuais do valor homólogo de 2018, 17,2%. Até 2020, Braga supera largamente a média do Cávado, do Norte e do país na despesa com estas atividades, tendo uma queda mais acentuada nesta rubrica orçamental face àquelas escalas territoriais.

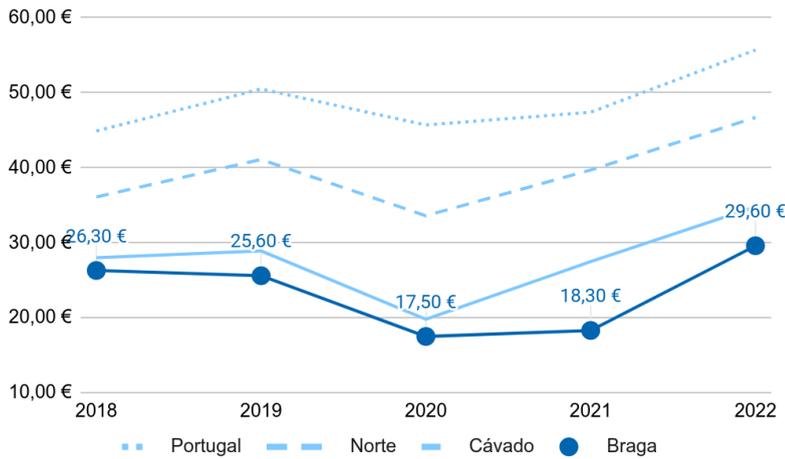


IMPACTO DA PANDEMIA
Diminuição da despesa em cultura e desporto

Figura 55 | Despesas municipais em cultura e desporto no total de despesas, 2018-2022 (%)

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas

Quanto às despesas em atividades culturais e criativas por habitante, Braga tem vindo a despende menos recursos por habitante do que a média do Cávado, do Norte e de Portugal. Em 2022, a despesa por habitante nestas atividades foi de 29,60€, cerca de 50% do que se gasta na média do país, 55,70€.

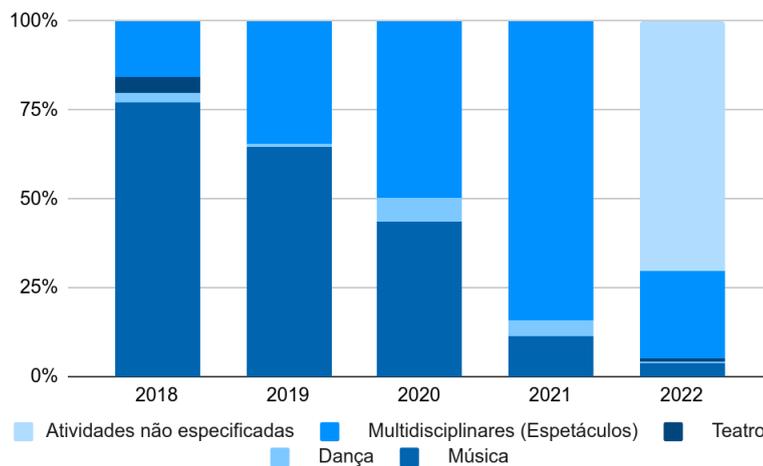


26,6€
DESPESA POR HABITANTE
 Em ativ. culturais e criativas
 2022

Figura 56 | Despesas municipais em atividades culturais e criativas por habitante, 2018-2022 (€)

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

Ao nível das despesas correntes em artes do espetáculo, verifica-se uma alteração estrutural no tipo de arte promovida. Entre 2018 e 2022, destaca-se a diminuição do peso relativo das despesas com espetáculos exclusivos de música.



ESPETÁCULOS
 Tendência de diversificação

Figura 57 | Despesas municipais em artes do espetáculo, por tipo, 2018-2022 (€)

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

No desporto também se verifica uma grande diminuição das despesas em actividade e equipamentos desportivos, passando de cerca de 12 M euros, em 2018, para menos de 4 M de euros em 2022.

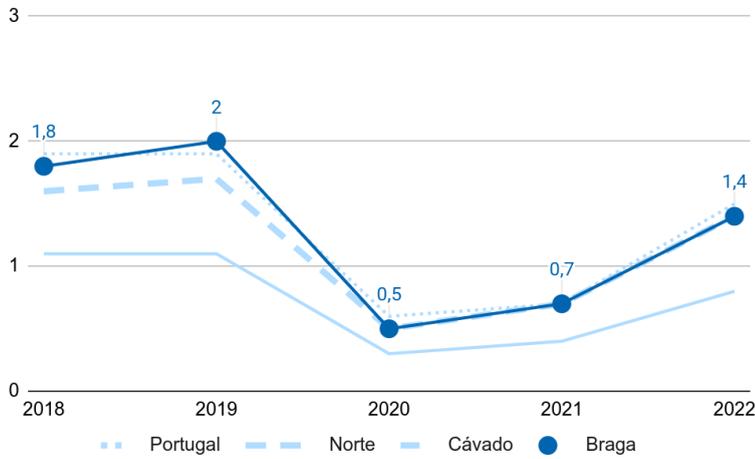
Tabela 50 | Despesas municipais em atividades e equipamentos desportivos, 2018-2022 (€)

Cultura, desporto, lazer	2018	2019	2020	2021	2022
Despesas em atividades e equipamentos desportivos	12 325 623	11 095 456	8 360 924	3 994 282	3 974 297

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais

PANDEMIA COM IMPACTO NO INVESTIMENTO EM DESPORTO

O aumento do número de visitantes de museus por habitante talvez sinalize a retoma da promoção dos valores culturais no período pós-pandemia. Depois da quase paralisação, a frequência em 2022 evoluiu no sentido dos números alcançados em 2018. E refira-se que no município de Braga a média atingida em 2022 supera a média do Cávado, convergindo para a média nacional.



1,4

VISITANTES DE MUSEUS

por habitante

2022

Figura 58 | Visitantes de museus por habitante, 2018-2022 (N.º)

Fonte: INE, Inquérito aos museus

2.6 HABITAÇÃO

2.6.1 MERCADO HABITACIONAL

Uma das principais consequências da grave crise económico-financeira de 2008-2014 foi a retração do ritmo de construção de novas habitações. Essa retração, associada a outros fatores mais recentes, como o aumento da imigração, o aumento do turismo e a afetação de inúmeras habitações a esse setor, desembocou numa grave crise habitacional, não exclusiva de Portugal. A escassez da oferta aliada ao aumento da procura provocou um aumento acentuado e generalizado das rendas de habitação. Por outro lado, a escassez de mão-de-obra na construção e o aumento do seu custo, associados a uma crise logística internacional em contexto de pandemia, agravaram significativamente o custo de construção e de reabilitação habitacional, tendo como consequência o aumento acentuado do preço de venda de habitação.

Consagrada pela Constituição como um direito, a habitação é atualmente um bem escasso e tornou-se um fator de insegurança social e de aumento da desigualdade. Os problemas sociais inerentes multiplicam-se: os jovens não conseguem aceder verdadeiramente a uma vida independente e ficam mais tempo com os pais, há casas sobre-ocupadas, há famílias a viver em casas com condições deficitárias, cresce a especulação imobiliária com a afetação de imóveis para projetos turísticos, aumenta o número de pessoas em situação de sem-abrigo e/ou em risco de situação de sem-abrigo, entre outras problemáticas sociais.

Não obstante, em Braga, no período entre Censos 2011-2021, o número de alojamentos familiares aumentou 4.113 unidades (4,9%). Este crescimento percentual foi bastante mais significativo que o verificado a nível nacional (1,9%) e do Norte (2,6%), mas ligeiramente abaixo do Cávado (5,1%).

Tabela 51 | Alojamentos familiares à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)

Território	2011	2021	Δ 2021-11 (N.º)	Δ 2021-11 (N%)
Portugal	5 866 152	5 974 719	108 567	1,85%
Norte	1 847 784	1 895 658	47 874	2,59%
Cávado	190 251	200 031	9 780	5,14%
Braga	84 525	88 638	4 113	4,87%

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021



+ 4,9%

ALOJAMENTOS FAMILIARES

Entre Censos 2011-2021

Mas este crescimento do parque habitacional foi acompanhado pelo crescimento do nível de preços, como se comprova pelo valor mediano de avaliação bancária em euros/m². Aumentou significativamente, passando de 696,00€ (2011) para 1.222,00€ (2022), representando um aumento de 76%, acima da variação nacional (62%).

Tabela 52 | Valor mediano de avaliação bancária (€/ m²) por tipo de construção, 2011, 2021 e 2022

Território	2011			2021			2022		
	Total	Apart.	Moradias	Total	Apart.	Moradias	Total	Apart.	Moradias
Portugal	865	907	800	1 231	1 359	1 005	1 400	1 558	1 116
Norte	731	735	724	1 061	1 143	953	1 187	1 290	1 062
Cávado	700	684	720	1 017	1 047	976	1 167	1 225	1 100
Braga	696	667	764	1 060	1 070	1 032	1 222	1 247	1 170

Fonte: INE, Inquérito à avaliação bancária na habitação

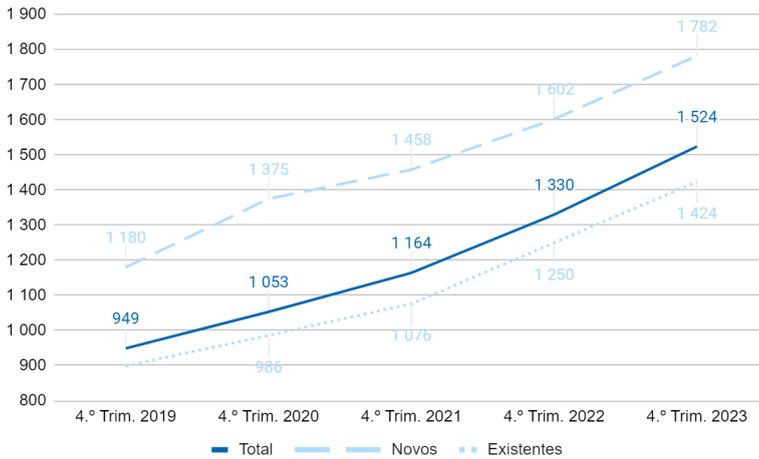
1 222€ / m²

AVALIAÇÃO BANCÁRIA

Valor mediano em 2022

+ 15,28% face a 2021

O movimento inflacionário dos preços da habitação tem continuado, tendo o valor mediano de venda de habitações nos últimos 12 meses atingido 1.524,00€ / m² no 4.º trimestre de 2023.



1 524€ / m²
PREÇO DE VENDA

Valor mediano das vendas nos últimos 12 meses,
4.º T 2023

Situação agravada desde 2021

Figura 59 | Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares nos últimos 12 meses por categoria do alojamento familiar, (€), 2019-2023

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

A valorização contínua dos preços de venda reflete-se na dificuldade de acesso à habitação para famílias com rendimento médio ou baixo. Refira-se que em Braga, em 2021, o ganho médio per capita era de 1.234,50 €, mais 28,1% do que em 2011, quando o valor mediano de avaliação bancária em euros/m² teve uma variação homóloga de 76%. Apesar do contexto inflacionário, o maior poder de compra per capita de Braga face aos pares regionais contribui para que no concelho se observe uma taxa de esforço do crédito para habitação permanente (%) inferior às diversas unidades territoriais em comparação na tabela seguinte.

Tabela 53 | Taxas de esforço do crédito para habitação permanente (%), 2021

Território	1.º quartil 2021	2.º quartil 2021	3.º quartil 2021
Portugal	8,68	12,78	18,88
Norte	8,99	13,06	19,13
Cávado	8,99	13,00	18,94
Braga	8,39	12,21	17,78

Fonte: INE, Taxas de esforço com o crédito para habitação permanente com base em informação produzida pelo Banco de Portugal



TAXA DE ESFORÇO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO

3.º Quartil 2021

Situação agravada desde então

A pressão imobiliária também se faz notar no valor das rendas de alojamentos familiares. Em 2023, arrendar uma casa de 100 m² em Braga custava aproximadamente 700,00€/mês, o valor mais elevado da sub-região do Cávado e próximo do valor mediano praticado a nível nacional.

Tabela 54 | Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)

Território	2.º Semestre de 2019	2.º Semestre de 2020	2.º Semestre de 2021	2.º Semestre de 2022	2.º Semestre de 2023
Portugal	5,32	5,61	6,04	6,52	7,21
Norte	4,62	4,85	5,22	5,58	6,25
Cávado	4,73	4,82	4,98	5,47	6,35
Braga	5,26	5,26	5,34	6,02	6,98

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

6,98€ / m²
ARRENDAMENTO

Valor mediano dos novos contratos de arrendamento nos últimos 12 meses
Segundo semestre de 2023

2.6.2 HABITAÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS MUNICIPAIS DE APOIO À HABITAÇÃO

O Município de Braga disponibiliza apoios habitacionais através de quatro regimes de apoio:

- **Arrendamento Apoiado:** consiste na atribuição de um fogo de propriedade municipal a uma família carenciada, cuja renda é calculada em função dos rendimentos do agregado familiar nos termos do Regulamento.
- **Subarrendamento Apoiado:** semelhante ao arrendamento Apoiado, é concretizado através de um fogo que a empresa arrenda no mercado, e que subarrenda às famílias com vulnerabilidade económico-financeira
- **RADA - Regime de Apoio Direto ao Arrendamento:** consiste na atribuição de um subsídio financeiro que ajuda as famílias a suportar a renda paga no mercado normal, diminuindo-lhes o esforço financeiro com a habitação.
- **RRP - Regime de Residência Partilhada Residências Partilhadas:** destina-se a pessoas de baixos rendimentos que vivam isolados e consiste na concessão de direito ao uso de um quarto individual e ao usufruto das partes comuns, numa habitação partilhada com cidadãos em circunstâncias sociais semelhantes.

Temporariamente é ainda disponibilizado o **Regime de Apoio Direto ao Empréstimo (RADE)**, um regime de apoio extraordinário à Prestação Bancária para residentes que se encontram em dificuldades para suportar os custos com os seus empréstimos à habitação.

Os apoios sociais à habitação do Município de Braga são realizados através da Bragahabit - Empresa Municipal de habitação de Braga, que gere um parque habitacional de 574 fogos, aos quais se juntam mais 186 fogos em regime de subarrendamento.

HABITAÇÃO SOCIAL / ARRENDAMENTO APOIADO

Focando a atenção na habitação social, esta encontra-se fundamentalmente em 4 bairros sociais, que na generalidade carecem de reabilitação, com exceção do Bairro de Santa Tecla, objeto de intervenção recente.

Tabela 55 | Habitação Social de propriedade municipal

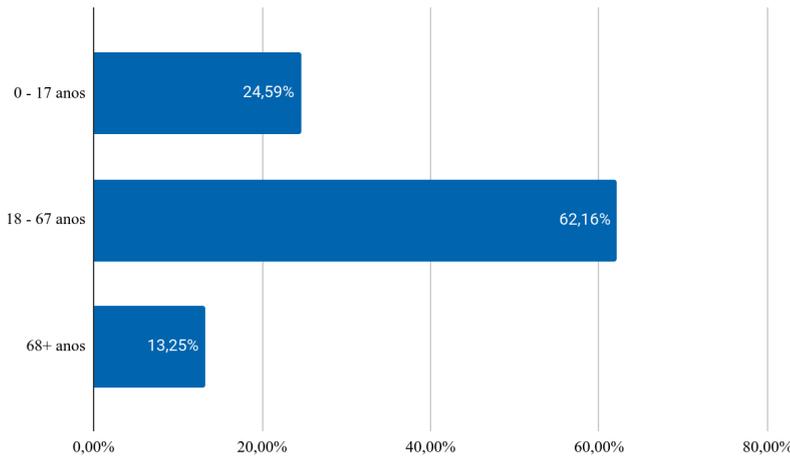
Habitação Social	N.º de fogos	T1	T2	T3	T4	N.º de Inquilinos ativos	Valor médio de renda	Taxa de cobrabilidade de renda	N.º de residentes
B. Andorinhas	130	-	35	63	32	123	68,09	75%	299
B. Enguardas	83	-	18	55	10	79	38,83	73%	241
B. St.ª Tecla	177	-	43	88	46	137	20,65	3%	131
C. Hab. Picoto	50	-	25	25	-	46	33,32	60%	431
Hab. dispersas	134	2	14	104	14	132	60,89	80%	-

Fonte: Bragahabit, junho 2024



517
INQUILINOS
nos 4 bairros sociais

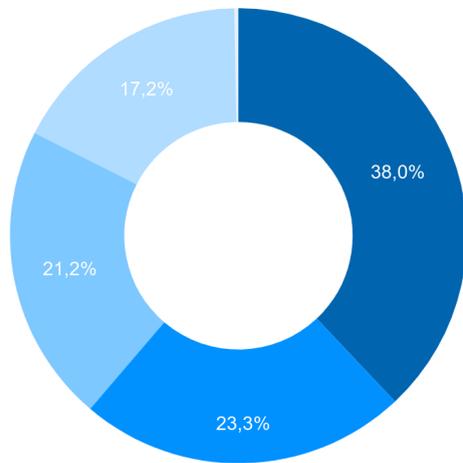
Analisando o perfil dos residentes nos bairros sociais, a maioria encontra-se em idade ativa e quase 25% são crianças e jovens menores de idade. Trata-se de uma população com grande vulnerabilidade económica, 38% da qual tem como fonte de rendimento o Rendimento Social de Inserção (RSI). Predominando as famílias nucleares com filhos, evidencia-se ainda uma grande proporção de famílias monoparentais femininas (20,2%) e de famílias unipessoais (20%).



24,6%
CRIANÇAS E JOVENS
Residentes em habitação social

Figura 60 | Residentes em habitação social, por grupo etário (%)

Fonte: Bragahabit, junho 2024

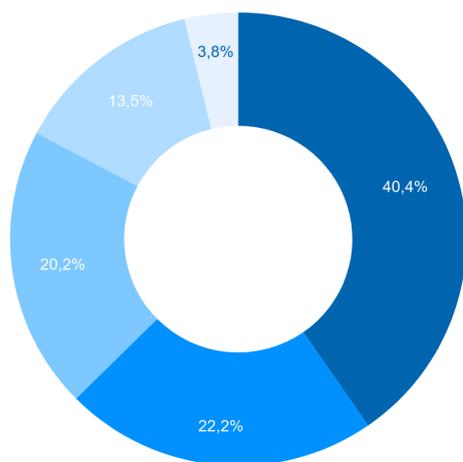


População com baixos rendimentos e baixa atividade

- RSI
- Reforma
- Rendimentos de Trabalho
- Sem Rendimentos
- Sub. Desemprego

Figura 61 | Residentes em habitação social, por fonte de rendimento (%)

Fonte: Bragahabit, junho 2024



Grande proporção de famílias unipessoais e monoparentais femininas

- Nuclear com filhos
- Unipessoal
- Monoparental feminina
- Nuclear sem filhos
- Monoparental masculina

Figura 62 | Residentes em habitação social, por tipo de família (%)

Fonte: Bragahabit, junho 2024

RADA - REGIME DE APOIO DIRETO AO ARRENDAMENTO

Além da disponibilização de habitação social, o RADA - Regime de Apoio Direto ao Arrendamento - assume particular relevância, dado que apoia o arrendamento de centenas de famílias. Em 2022, apoiou 786 famílias com um valor médio de 123,6 € mensais, um número bastante superior às 530 apoiadas em 2018.

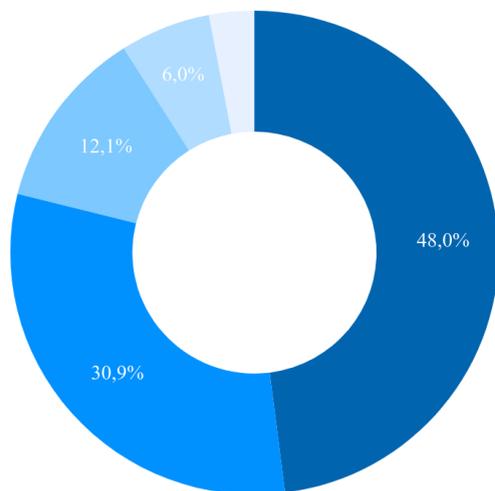
Tabela 56 | Beneficiários do RADA, 2018 a 2022 (N.º)

Ano	Beneficiários			N.º de Famílias	Apoio médio mensal (€)
	HM	H	M		
2022	1527	615	912	786	123,6
2021	1027	407	620	527	76,8
2020	1189	465	724	595	84,5
2019	1036	394	642	512	89,1
2018	1075	408	667	530	98

Fonte: Bragahabit, junho 2024



FAMÍLIAS
APOIADAS PELO RADA
2022



Predominam as famílias unipessoais e monoparentais

- Unipessoal
- Monoparental
- Nuclear com filhos
- Nuclear sem filhos
- Outra

Figura 63 | Beneficiários do RADA, por tipo de família (%)

Fonte: Bragahabit, junho 2024

2.6.3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Nos termos da ENIPSSA⁸, considera-se **Pessoa em situação de sem-abrigo** (PSSA) aquela que se encontre:

- **Sem teto**, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou Local precário; ou
- **Sem casa**, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

No contexto atual de emergência habitacional e de desafios societários, como o do envelhecimento, é fundamental olhar não só para as PSSA em si, mas também para a franja populacional que se encontra em **risco de ficar em situação de sem-abrigo**, designadamente pessoas que se encontram a viver em:

- Casa abrigo para vítimas de violência doméstica;
- Instituição de saúde, cuja estadia se prolonga devido a ausência de resposta habitacional prévia ou posterior à institucionalização;
- Estabelecimento prisional em cumprimento de pena ou medida privativa da liberdade, sem enquadramento habitacional no exterior ou em risco de o perder;
- Outro tipo de instituição, cuja estadia se prolonga devido a ausência de resposta habitacional prévia ou posterior à institucionalização;
- Habitação não convencional e não adequada (ex. caravana, estrutura precária / provisória), usada como alternativa à falta de habitação, não sendo esta o seu local habitual de residência;
- Alojamento temporário convencional com família ou pessoas amigas - como situação de recurso - devido à falta de habitação, não sendo este o local habitual de residência da pessoa;
- Situação habitacional insegura, na sequência de receção de aviso de despejo.

Neste sentido, reconhecendo que a situação de sem-abrigo é um fenómeno complexo e multifacetado, a nova ENIPSSA 2025-2030 propõe uma abordagem ainda mais holística e integrada que a sua antecessora, estabelecendo um foco reforçado em medidas preventivas, procurando intervir antes que a situação de sem-abrigo se materialize.

Tendo por referência os resultados do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo elaborado no âmbito da ENIPSSA, à data de 31 de dezembro de 2023 conhecia-se a existência em Braga de 22 pessoas sem teto (21 em 2021) e 106 sem casa (140 em 2022), das quais 10 tinham mais de 65 anos.

Comparando com os resultados do inquérito de 2022, observa-se estabilidade no caso das pessoas sem teto e uma redução considerável das pessoas sem casa. Contudo, o fenómeno das pessoas sem casa é de difícil conhecimento e mensuração, devendo o número ser avaliado com prudência.

Caracterizando esta população por estado civil, destacam-se as pessoas solteiras, que representam 63,6% das pessoas sem teto e 48,1% das pessoas sem casa. A ausência de suporte familiar é um dos fatores que mais contribui para a situação em que estas pessoas se encontram.

O aumento acentuado da imigração nos últimos anos e as dificuldades em encontrar habitação condigna por parte dos imigrantes exerce pressão para o aumento das PSSA imigrantes. Em 2023 representavam 27,3% (9,5% em 2022) das pessoas sem teto e 18,9% (8% em 2022) das pessoas sem casa.

⁸ Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo

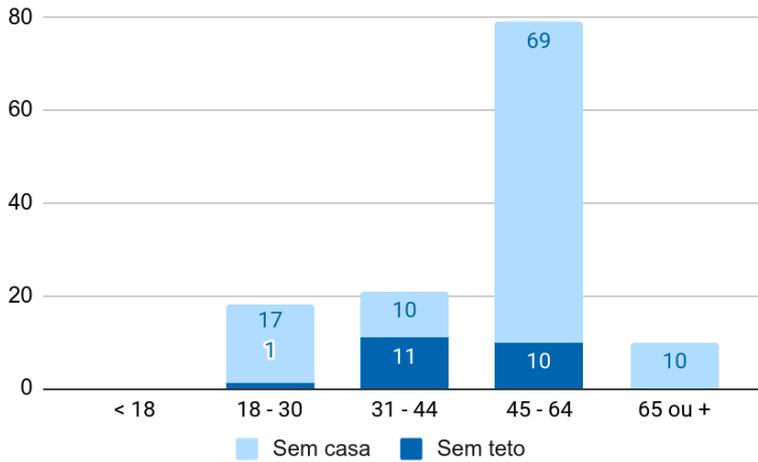


Figura 64 | PSSA, por situação e grupo etário, 2023 (N.º)

Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga

Embora se desconheça a escolaridade de uma percentagem significativa desta população, o que acrescenta dificuldades ao processo da sua integração, a maioria das PSSA apresenta baixa escolaridade, com destaque para o 2.º ou o 3.º ciclos do ensino Básico. Contudo, destaca-se a presença de 2 pessoas com formação superior no âmbito das pessoas sem casa.

Avaliando a duração da situação em que se encontram, parte significativa encontra-se na situação de PSSA há menos de 6 meses (14 pessoas sem teto e 17 pessoas sem casa) e entre 6 meses e um ano (34 pessoas sem casa).

Ainda assim, releva-se a existência de um elevado número de PSSA por um período entre 1 e 4 anos (6 sem teto e 24 sem casa) e há mais de 10 anos (15 pessoas sem casa). Como seria de esperar, as pessoas sem teto não possuem rendimentos, na sua grande maioria, enquanto que nas pessoas sem casa se destacam rendimentos baixos provenientes de prestações sociais.

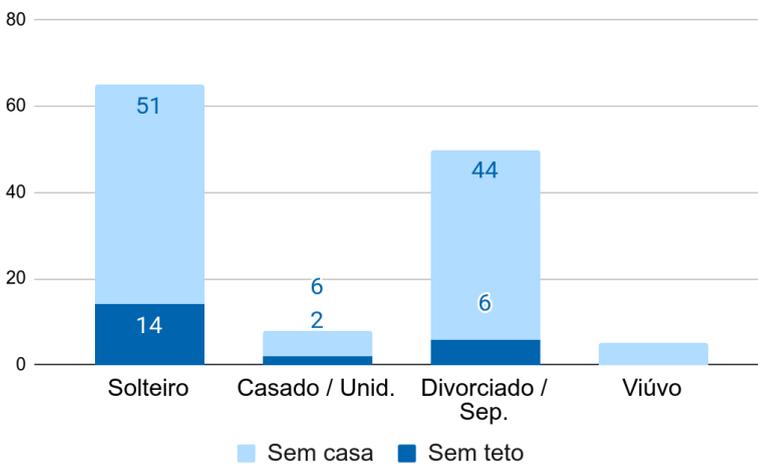


Figura 65 | PSSA, por estado civil, 2023 (N.º)

Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga



SEM TETO

100% com Gestor de caso
27,3% Estrangeiros (6)
2023



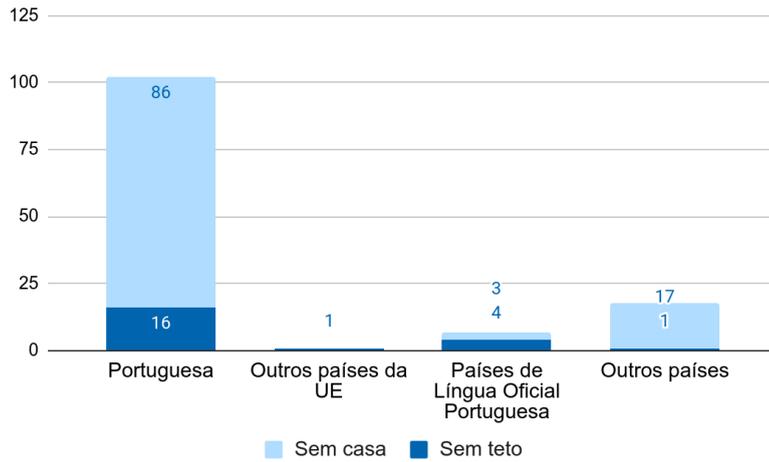
SEM CASA

100% com Gestor de caso
18,9% Estrangeiros (20)
2023



**HOMEM
SOLTEIRO
PORTUGUÊS
BAIXA ESCOLARIDADE
31 A 64 ANOS
SEM EMPREGO**

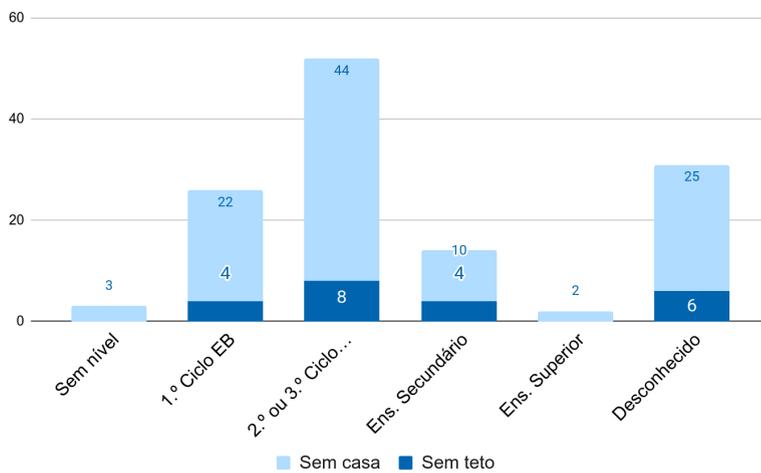
Perfil-tipo da PSSA em Braga



NACIONALIDADE PORTUGUESA
Predominam pessoas portuguesas

Figura 66 | PSSA, por nacionalidade, 2023 (N.º)

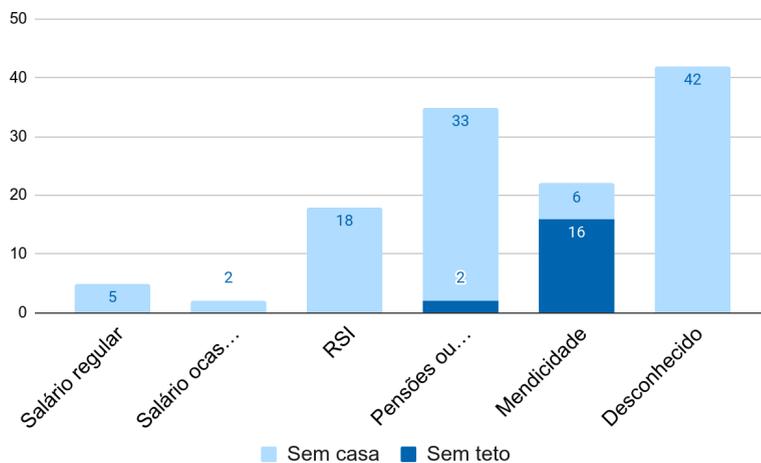
Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga



BAIXA ESCOLARIDADE
Predominam pessoas com escolaridade até ao 3.º CEB

Figura 67 | PSSA, por escolaridade, 2023 (N.º)

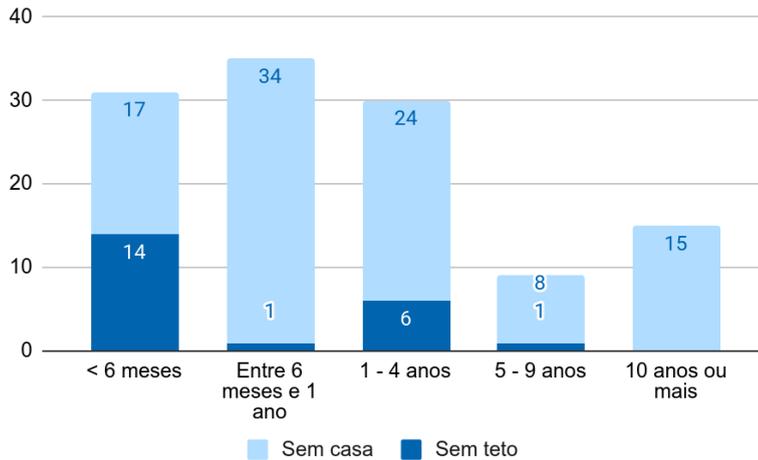
Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga



BAIXOS RENDIMENTOS
Predominam os rendimentos provenientes de prestações sociais e da mendicidade

Figura 68 | PSSA, por fonte de rendimento, 2023 (N.º)

Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga



DURAÇÃO DA SITUAÇÃO
Número elevado de PSSA há menos de 1 ano

Figura 69 | PSSA, por duração da situação, 2023 (N.º)

Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga

Causas da situação	Sem teto	Sem casa
Ausência de suporte familiar	24,03%	45,36%
Dependência de álcool ou de substâncias psicoativas	17,86%	41,86%
Desemprego ou precariedade no trabalho	8,12%	34,78%
Problemas de saúde mental.	12,34%	29,67%
Proteção social insuficiente	13,31%	15,98%
Situação de imigração não regularizada	1,62%	8,29%
Insuficiência financeira associada a outros motivos	8,12%	8,12%
Problemas de saúde de outra natureza	2,92%	4,26%
Despejo ou desalojamento	4,22%	4,22%
Desinstitucionalização	2,92%	2,92%
Desejo de mobilidade geográfica	2,60%	2,60%
Violência doméstica	1,62%	1,62%
Insuficiência financeira associada a divórcio, separação, viuvez	0,32%	0,32%

PRINCIPAIS CAUSAS
Ausência de suporte familiar
Dependências
Desemprego
Problemas de saúde mental

Figura 70 | Causas da situação de sem-abrigo, 2023 (%)

Fonte: Cruz Vermelha, delegação de Braga

A ausência de suporte familiar, as dependências, o desemprego e os problemas de saúde mental são as principais causas da situação das PSSA, notando-se no último ano um aumento da causa “situação de imigração não regularizada”.

O contexto atual de crise habitacional é uma forte determinante atual do aumento de ocorrências de PSSA, pelo que urge reforçar as respostas de acolhimento de emergência e temporário, designadamente através do apoio à criação de novas soluções no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), cofinanciadas pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), além da promoção de maior oferta habitacional no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

2.7 POBREZA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

2.7.1 POBREZA

A ONU define a pobreza como manifestação de fome e má nutrição, do acesso condicionado à educação, à saúde e outros serviços básicos como água, saneamento ou aquecimento das casas, que originam discriminação e/ou exclusão social e atentam contra a própria dignidade humana. A pobreza caracteriza-se também pela falta de rendimentos, pela privação material e social e pela falta de participação na tomada de decisões.

Com recurso a diversos indicadores económicos e sociais podemos aferir a população que está em risco de pobreza e exclusão social e estimar a desigualdade na distribuição de rendimentos.

Não dispondo destes indicadores a nível municipal, observa-se que a população nacional antes de qualquer transferência social está muito vulnerável à pobreza. Em 2022, a taxa de risco de pobreza é quase 2,5 vezes superior sem a proteção das prestações sociais, porquanto a diminui de 41,8% para 17% após as transferências de rendimentos.

Ainda em 2022 foi fixado como limiar de risco de pobreza o rendimento anual de 7.095€. Pela análise da taxa de intensidade da pobreza (25,6%, em 2022) e da proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social (20,1%, em 2023, sendo de 22% no Norte), podemos afirmar que 1 em cada 5 pessoas incorre em tal risco.

Tabela 57 | Indicadores gerais de pobreza

Indicadores da Pobreza	Ano de Referência	Portugal	Norte
Taxa de risco de pobreza (antes de qualquer transferência social - %)	2022	41,8	-
Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais - %)	2022	17	18,8
Taxa de intensidade da pobreza %	2022	25,6	-
Proporção da população residente em risco de pobreza ou exclusão social %	2023	20,1	22
Taxa de prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa %	2023	4,8	-
Taxa de privação severa das condições da habitação %	2023	6	5,8
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação %	2023	4,9	4,7
Taxa de privação material e social severa %	2023	4,9	5,2

Fonte: INE

Legenda: "-": Informação não disponível



Os indicadores de privação refletem as condições de vida das pessoas e complementam os indicadores de pobreza inerentes ao rendimento. São indicadores sensíveis à flutuação conjuntural, nomeadamente, inflação e níveis das taxas de juro, e revelam a vulnerabilidade material e social em situações como a incapacidade de garantir a quantidade e qualidade de alimentos diariamente, a falta de capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada, incapacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, incapacidade para ter automóvel, impossibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer ou impossibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal.

Cerca de 1 em cada 20 pessoas enquadram-se numa tipologia de privação, quer no país, quer regionalmente, no Norte.

De acordo com os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2023 sobre rendimentos do ano anterior, 17,0% dos residentes em Portugal encontrava-se em risco de pobreza em 2022, mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2021.

A pobreza e a privação têm especial impacto nas crianças, porque além de afetar o seu presente afetam também o seu desenvolvimento futuro.

De acordo com o INE⁹, o aumento da pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior), tendo subido de 18,5 para 20,7. Grosso modo, 1 em cada 5 crianças/jovens encontra-se em risco de pobreza na região Norte.



**TAXA DE RISCO DE POBREZA NA
POPULAÇÃO 0 - 17 ANOS**

Portugal - 2022

⁹ INE, Informação à Comunicação Social, RENDIMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA, 2023

2.7.2 DESIGUALDADES

A origem social é o marco fundador das desigualdades sociais e a mobilidade social só ocorre através de fatores como a escolaridade e empregos qualificados e bem remunerados.

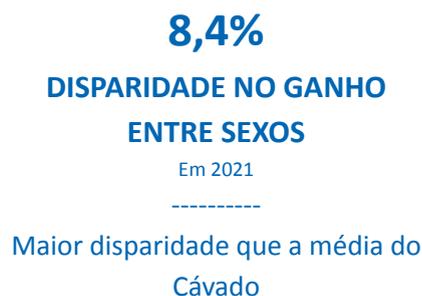
Ser mulher, criança ou idoso, pertencer a uma minoria ou ter um emprego precário, ainda significa arcar com desigualdade económica e social. Analisando a disparidade no ganho médio mensal, verifica-se uma tendência de melhoria redistributiva entre homens e mulheres, quer em Braga quer a nível regional e sub-regional.

Tabela 58 | Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem, 2011 e 2021

Território	2011	2021
Portugal	-	8,5
Norte	10,5	8,5
Cávado	10,4	8,1
Braga	10,2	8,4

Fonte: INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal

Legenda: "-": Informação não disponível



O coeficiente de Gini, enquanto indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, permite aferir o bem-estar social na razão de que, quanto menor for o rácio, melhor será a equidade social. Em Braga, entre 2018 e 2021 observa-se uma ligeira melhoria na distribuição de rendimentos. Neste indicador, Braga fica ligeiramente abaixo do registado a nível nacional, atingindo o valor de 40,8%, mas ainda acima do verificado na sub-região do Cávado.

Tabela 59 | Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%), 2018 e 2021

Território	2018	2021
Portugal	42,2	41,4
Norte	41,4	40,6
Cávado	40,2	39,3
Braga	41,2	40,8

Fonte: INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.



Por sua vez, os índices S80/S20 e P80/P20 permitem-nos medir a desigualdade entre os extremos da distribuição do rendimento e apresentam alguma estabilidade nos últimos anos.

Tabela 60 | Índices S80/S20 e P80/P20, Norte e Braga 2018, 2021 e 2022 (%)

Indicadores da Desigualdade	2018	2021	2022
Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 % - Norte	4,7	5	5,2
Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado dos sujeitos passivos (P80/P20) % - Braga	2,9	2,8	-

Fonte: INE; Legenda: "-": Informação não disponível

DESIGUALDADE ENTRE EXTREMOS

Tem-se mantido estável

2.7.3 MEDIDAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

É imperativo social debelar ou mitigar a pobreza e construir uma sociedade mais justa, não excluindo ninguém. Nesse desiderato, as prestações sociais emergem como instrumento fundamental para assegurar uma redistribuição económica mais equitativa. Conforme evidenciado anteriormente, as prestações sociais contribuem para uma redução de cerca de metade da taxa de risco de pobreza, abrangendo vários grupos sociais, nomeadamente, crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos e as famílias mais vulneráveis.

A importância das transferências sociais é preponderante na velhice, na medida em que contempla quase 31 mil idosos, cerca de 16% da população total de Braga no ano de 2022. Em termos de peso relativo na distribuição de prestações, seguem-se os subsídios por doença (16.996 pessoas em 2022) e o apoio às crianças e jovens através do abono de família (13.907, em 2022).

Tabela 61 | Resumo de algumas prestações sociais atribuídas a residentes em Braga, 2014, 2022

Prestação Social	2014		2022	
	Nº. Benefic.	Valor Médio Mensal €	Nº. Benefic.	Valor Médio Mensal €
Abono família	14 864	-	13 907	-
Doença	9 392	-	16 996	-
Desemprego	10 749	-	5 959	-
Velhice	26 406	-	30 955	557,00 €
Invalidez	4 596	-	2 913	481,83 €
Sobrevivência	8 482	-	9 312	284,00 €

PRINCIPAIS PRESTAÇÕES SOCIAIS

Fundamentais para reduzir o risco de pobreza

Fonte: INE; Legenda: "-": Informação não disponível

Sendo imprescindíveis para melhorar as condições de vida das pessoas, os valores médios processados ainda são baixos e inferiores ao referencial de 7.095€/ano (ou 591,25€/mês), definido como o limiar de risco de pobreza.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e um programa de inserção que visa uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos elementos do agregado familiar do requerente.

Analisando a estatística de atribuição do RSI entre 2019 e 2023, observa-se um pico no número de requerimentos entrados (+26,1%) e deferidos (+30,6%) em 2022 face a 2021, mantendo-se em 2023 números idênticos a 2022. O número mais elevado nestes últimos 2 anos poderá ser um sintoma do agravamento recente do custo de vida. Em 2023, o valor médio processado foi de 298,16€, por agregado, e de 137,69€, por beneficiário.

O RSI é atribuído maioritariamente a pessoas de nacionalidade portuguesa, que representam quase 90% dos beneficiários. Os beneficiários jovens e com mais idade são em maior número, representando os menores de 18 anos 29,4% do total de beneficiários em 2023 e as pessoas com 55 ou mais anos 24,2%.

Tabela 62 | Estatísticas do RSI em Braga, 2019 - 2023 (N.º)

RSI	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	579	684	579	730	729
Requerimentos deferidos	256	302	311	406	334
Requerimentos indeferidos	300	325	278	297	385
Requerimentos suspensos	124	124	121	119	84
Requerimentos cessados	365	272	354	414	334
Agregados familiares com processamento	1 117	1 063	1 123	1 172	1 093
Beneficiários com processamento	2 235	2 212	2 273	2 379	2 222
Mulheres	1 127	1 119	1 148	1 280	1 165
Homens	1 108	1 093	1 125	1 099	1 057
Valor médio processado por beneficiário	119,81 €	120,72 €	121,65 €	122,49 €	137,69 €
Valor médio processado por agregado	259,21 €	266,30 €	268,13 €	271,41 €	298,16 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

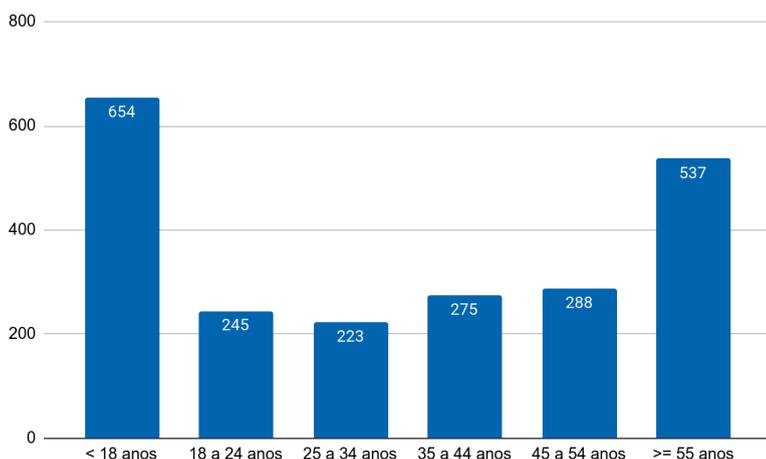


Figura 71 | Beneficiários de RSI, por grupo etário, 2023 (N.º)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Tabela 63 | Estatísticas do CSI em Braga, 2019 - 2023 (N.º)

CSI	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	579	323	342	324	704
Requerimentos deferidos	138	81	84	96	305
Requerimentos indeferidos	274	122	151	158	292
Requerimentos suspensos	69	17	24	13	16
Requerimentos cessados	101	141	1480	134	514
Beneficiários com processamento	2 289	2 191	2 130	2 115	2 216
Mulheres	1 532	1 458	1 408	1 386	1 428
Homens	757	733	722	729	788
Valor médio processado por beneficiário	95,43 €	96,47 €	96,16 €	94,72 €	136,81 €

Fonte: Instituto de Segurança Social



BENEFICIÁRIOS DO RSI
137,69€ apoio médio mensal
2023

29,4%
CRIANÇAS E JOVENS

24,2%
55+ ANOS



BENEFICIÁRIOS DO CSI
136,81€ apoio médio mensal
2023

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio pecuniário pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social. Beneficiando 2.216 idosos em 2023, com um valor médio de 136,81€ por idoso, observou-se um aumento assinalável nos requerimentos entrados (+117,3%) e deferidos (217,7%) face ao ano de 2022.

PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO

Tabela 64 | Estatísticas da PSI em Braga, Componente base, 2019 - 2023 (N.º)

PSI - Componente Base	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	741	294	457	612	630
Requerimentos deferidos	231	456	268	374	476
Requerimentos indeferidos	74	189	83	135	205
Beneficiários com processamento	2 044	2 200	2 379	2 643	2 984
Mulheres	1 062	1 117	1 249	1 397	1 580
Homens	982	1 083	1 130	1 246	1 404
Valor médio processado por beneficiário	260,80 €	260,93 €	259,57 €	258,30 €	276,16 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



BENEFICIÁRIOS DA PSI
276,16€ de apoio médio mensal
2023

A Prestação Social para a Inclusão (PSI) destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da situação de deficiência, tendo em vista promover a autonomia e inclusão social da pessoa com incapacidades. Além de eventual majoração por situação específica, existe um complemento destinado a combater a pobreza destas pessoas.

Analisando as estatísticas da PSI, nos últimos 3 anos observa-se um aumento significativo dos requerimentos entrados e deferidos para este apoio social. Em 2023, beneficiaram da componente base 2.984 pessoas, com um valor médio de 276,16€, e do complemento 603 pessoas, com um valor médio de 265,50€.

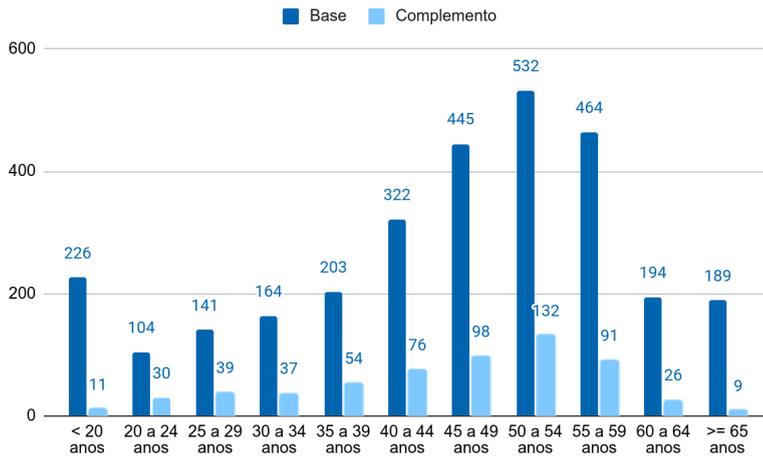
Tabela 65 | Estatísticas da PSI em Braga, Complemento, 2019 - 2023 (N.º)

PSI - Complemento	2019	2020	2021	2022	2023
Requerimentos					
Requerimentos entrados	723	198	240	349	323
Requerimentos deferidos	468	150	202	259	536
Requerimentos indeferidos	175	41	63	83	91
Beneficiários com processamento	330	361	400	480	603
Mulheres	161	170	191	228	295
Homens	169	191	209	252	308
Valor médio processado por beneficiário	236,74 €	244,67 €	247,65 €	242,96 €	265,50 €

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia



BENEFICIÁRIOS DO COMPLEMENTO DA PSI
265,50€ de apoio médio mensal
2023



45 - 59 anos
 Maioria dos beneficiários

Figura 72 | Beneficiários de PSI em Braga, Componente base e Complemento, 2023 (N.º)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

APOIO AOS CUIDADORES INFORMAIS

Considerando o envelhecimento da população, cada vez mais assume importância o papel dos cuidadores informais na sociedade, que recentemente viram o seu estatuto reconhecido, podendo assim beneficiar de medidas de apoio e proteção, designadamente para o seu descanso.

De acordo com a informação disponibilizada pela Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, à data de julho de 2023 residem em Braga 1.626 pessoas com Estatuto Reconhecido de Cuidador Informal.

SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) auxiliam famílias em situação de vulnerabilidade, atuando ainda em situação de emergência social. Informam, encaminham para respostas e apoiam, inclusive pecuniariamente, os indivíduos e famílias em situações pontuais.

Tabela 66 | Estatísticas dos SAAS em Braga, 2019 - 2023 (N.º)

SAAS	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimentos	9 955	9 466	9 091	8 522	9 997
Processos familiares ativos	5 057	4 247	4 755	5 270	9 632
Beneficiários de processos ativos	12 325	10 653	12 062	13 457	23 469
Mulheres	6 454	5 559	6 377	7 158	12 525
Homens	5 871	5 094	5 685	6 299	10 944

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

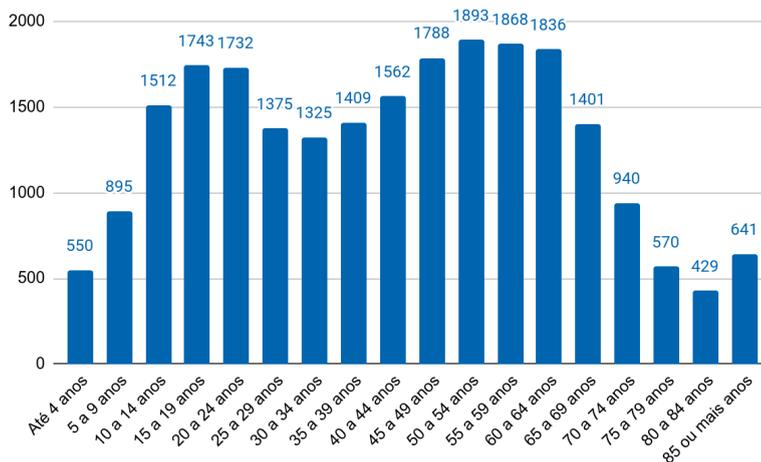


PROCESSOS ATIVOS - SAAS
 2023
 Crescimento acentuado em 2023

Entre 2019 e 2023, o número de beneficiários com processos ativos quase duplicou, passando de 12.325 para 23.469, sendo o ano de 2023 o grande responsável pelo incremento, representando um crescimento de 82,8% no número de processos familiares ativos e de 74,4% no número de beneficiários, face ao ano de 2022. Este aumento é condizente com a perceção pública de emergência social provocada pela crise habitacional e pelo aumento do custo de vida.

Beneficiam deste serviço pessoas de todas as idades, com predomínio para as que têm entre 45 e 64 anos. A maioria dos beneficiários tem nacionalidade portuguesa, 87%, destacando-se, em segundo lugar, com 5%, os beneficiários com nacionalidade brasileira.

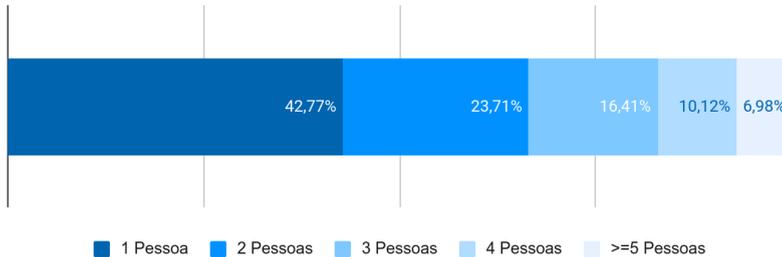
As famílias com uma ou duas pessoas representam, no seu conjunto, 66,5% das famílias beneficiárias. Analisando o perfil das famílias por tipo de família, além das unipessoais (38,5%) e das nucleares com filhos (22,9%), destacam-se as monoparentais, que representam também uma fatia relevante dos processos ativos, grosso modo, 1 em cada 5 (20,1%).



BENEFICIÁRIOS DE TODAS AS IDADES
SAAS 2023

Figura 73 | Beneficiários de processos ativos de SAAS, por grupo etário, 2023 (N.º)

Fonte: Instituto de Segurança Social



FAMÍLIAS UNIPessoais, DE 2 PESSOAS E MONOPARENTAIS
Maioria dos pedidos de apoio SAAS, 2023

Figura 74 | Beneficiários de processos ativos de SAAS, por dimensão das famílias, 2023 (%)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

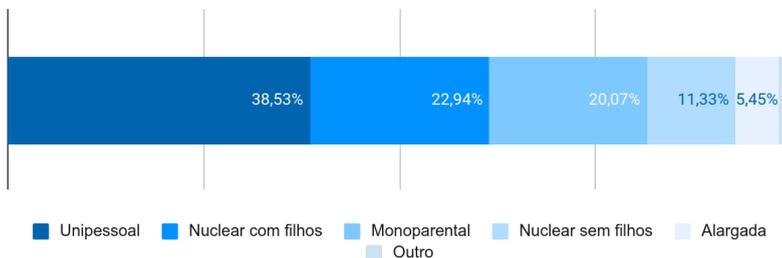


Figura 75 | Beneficiários de processos ativos de SAAS, por tipo de família, 2023 (%)

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P., Gabinete de Planeamento e Estratégia

Existindo SAAS desconcentrados e delegados em diversas instituições, apresenta-se na tabela seguinte os atendimentos realizados e os respetivos beneficiários e processos acompanhados no ano de 2023.

2.7.4 MEDIDAS DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

As crianças e jovens veem as suas vidas em perigo quando lhes são negados direitos essenciais, quando se encontram em situações de abandono, negligência, maus tratos ou se verificam no seu contexto relacional e nos seus próprios comportamentos outras problemáticas que as colocam em perigo.

Em 2023, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Braga acompanhou 1167 processos de crianças/jovens em situação de perigo, o que correspondeu a uma Taxa de incidência de intervenção da CPCJ de 3,2% (3,2 crianças por cada 100 crianças e jovens residentes), abaixo do verificado na média da região norte (4,1%) e em Portugal (4,9%).

Tabela 68 | Movimento de processos na CPCJ, 2023 (N.º)

Novos processos	Transitados de 2022	Reabertos	Recebidos de outra CPCJ	Total
536	525	96	10	1167

Fonte: CPCJ de Braga



TAXA DE INCIDÊNCIA DE INTERVENÇÃO DA CPCJ DE BRAGA
2023

Tendo por referência as problemáticas que justificaram o acompanhamento, a Violência Doméstica surge em 1.º lugar (40,9%), seguida da Negligência (19,8%), da Situação de perigo em que esteja em causa o direito à educação (18,9%) e os Comportamentos de perigo na infância e juventude (9,3%).

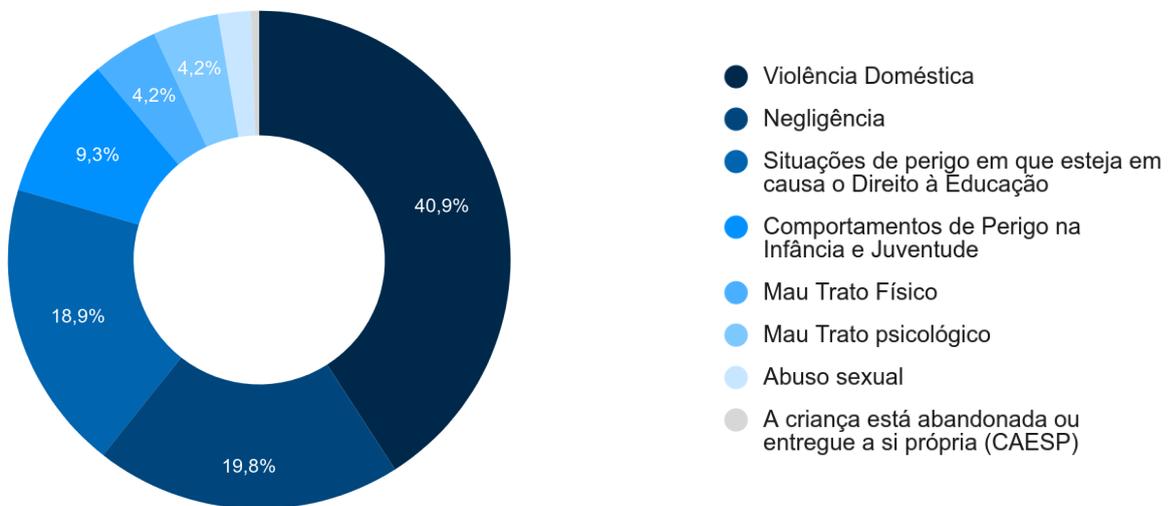


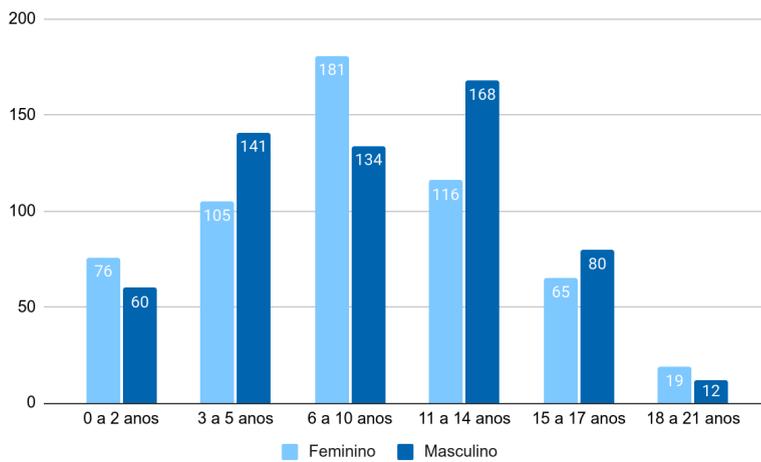
Figura 76 | Problemáticas que motivam a intervenção da CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)

Fonte: CPCJ de Braga

No que respeita à problemática da Violência doméstica, trata-se de um contexto em que a criança é forçada a testemunhar, normalmente de forma repetida, maus tratos no seu contexto familiar. A violência física sobre as próprias crianças está classificada na problemática “Mau trato físico”, que representou 4,2% das situações no ano de 2023, a par dos maus tratos psicológicos. A grande representatividade das situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação merece observação, na medida em que esta é determinante nas possibilidades de elevação social das crianças.

Na caracterização das crianças e jovens por grupo etário e sexo denota-se a prevalência de processos sinalizados no grupo etário dos 6 aos 10 anos (27,2%), ligeiramente superior aos processos relativos ao grupo etário dos 11 aos 14 anos (24,6%) e dos 3 aos 5 anos (21,3%).

Curiosamente, o escalão etário onde se registam mais comunicações a nível nacional, é o compreendido entre os 15 e os 18 anos, apresentando pouca relevância em Braga. As crianças do sexo masculino prevalecem no total de processos, correspondendo a 51,43% do total, destacando-se a preponderância entre os 11 e os 14 anos (59,2%). Por seu lado, as crianças do sexo feminino destacam-se nos processos entre os 6 e os 10 anos (57,5%).



IDADE CRÍTICA
Meninas: 6 - 10 anos
Meninos: 11 - 14 anos

Figura 77 | Crianças e jovens acompanhados pela CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)

Fonte: CPCJ de Braga

2.7.5 MEDIDAS DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O acolhimento de refugiados e migrantes constitui outro repto social e, por norma, exige intervenções urgentes de assistência básica (habitação, alimentação, cuidados de saúde) e assistência na sua integração social, (frequência de escolas para as crianças/jovens e acesso ao mercado de trabalho para a população). Em 2022, o município de Braga, no qual foi acompanhado pela generalidade dos concelhos nacionais, mobilizou-se para acudir de emergência à população ucraniana.

Quer na perspetiva do acolhimento, quer da integração, o município promove um conjunto de iniciativas dedicadas a mitigar as vulnerabilidades dos migrantes e a promover o seu desenvolvimento pessoal, sob a égide do Plano Municipal para a Integração de Migrantes.

CLAIM - CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Braga tem como principal objectivo contribuir para a promoção do acolhimento e integração de Migrantes na Comunidade, através de uma abordagem alicerçada na dignidade da pessoa e direitos humanos fundamentais, trabalhando matérias importantes como a regularização da situação migratória, o reagrupamento familiar, o acesso ao trabalho, habitação, educação e saúde, entre outros.

A funcionar desde 2003, dispondo de uma estrutura capacitada e multidisciplinar, realizou até ao final de 2023 cerca de 12.000 atendimentos, 700 dos quais no último ano, com encaminhamento de 201 cidadãos para respostas de emprego/formação profissional, considerando que 82% se encontram em idade activa.

Relativamente aos atendimentos de 2023, predominam as mulheres (60%) e pessoas em idade activa: 82% dos migrantes que procuraram o apoio do CLAIM têm idade entre os 18 e os 49 anos. Destacam-se os imigrantes provenientes do Brasil (51%) e da Colômbia (14%).

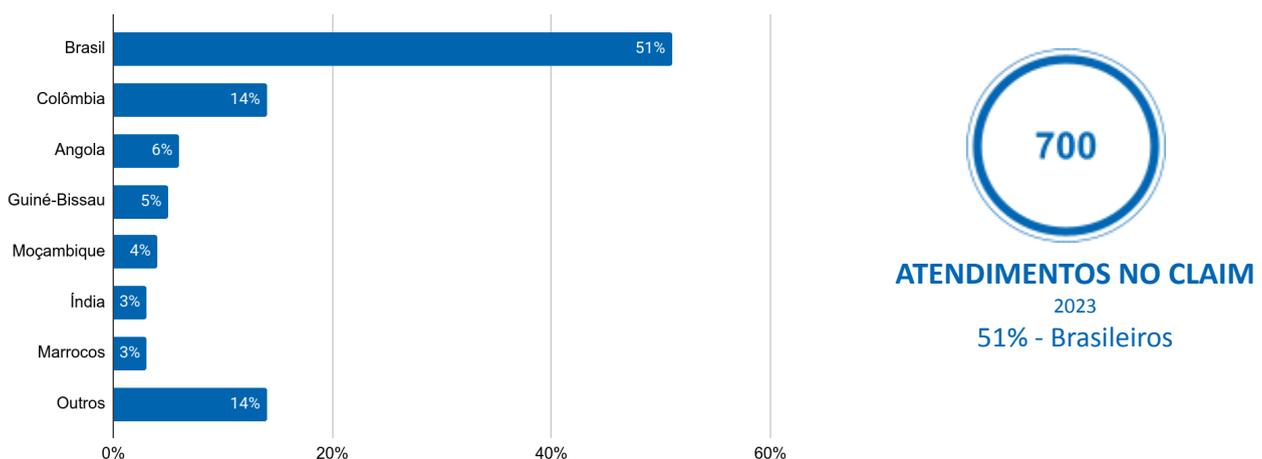


Figura 78 | Atendimentos do CLAIM, por país de origem, 2023 (%)

Fonte: Município / Cruz Vermelha de Braga

Além do apoio prestado pelas juntas de freguesia, dos estabelecimentos de educação, das associações de apoio à integração de migrantes, o município e os parceiros locais têm vindo a implementar um conjunto de iniciativas destinadas ao acolhimento e à integração dos migrantes, das quais se destacam:

- Plano Municipal para a Integração de Migrantes;
- Serviço de Apoio ao Imigrante da Câmara Municipal de Braga;
- Projetos municipais de mediação intercultural e Equipa multidisciplinar e multilingue especializada em determinadas comunidades;
- GIP Imigrante - Gabinete de Inserção Profissional do Imigrante;
- Estruturas de acolhimento de emergência e temporário, não exclusivas da população migrante.

No âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT) está ainda prevista a criação de um Centro de Acolhimento de Refugiados.

OUTROS APOIOS À POPULAÇÃO MIGRANTE

De acordo com a informação disponibilizada pela Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, existe na Cáritas Arquidiocesana de Braga uma Estrutura de Acolhimento Temporário para Migrantes, Refugiados, Requerentes e Beneficiários de proteção internacional, com capacidade para 25 pessoas.

Complementarmente, de acordo com os dados disponibilizados pela ADOLESCERE – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente, no âmbito dos requerentes de proteção internacional, a mesma possui protocolos com a AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, nos seguintes programas:

- Programa acolher - 49 utentes (24 mulheres e 25 homens);
- Programa de acolhimento espontâneo não programado - 78 utentes (18 mulheres e 60 homens).

Ainda de acordo com a informação disponibilizada pela Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, no concelho de Braga residem 150 migrantes, refugiados, requerentes e beneficiários de proteção internacional, que se encontram em programas de acompanhamento pela Segurança Social.

Releva-se ainda a existência do Museu do Reconhecimento Cultural, resultante de uma parceria entre o Município e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, bem como a participação de Braga na rede Europeia de Cidades Interculturais, que promove práticas com vista a potenciar a igualdade e a inclusão social como fundamentais para o desenvolvimento do território.

REDE DE SERVIÇOS E 3 RESPOSTAS SOCIAIS

INFÂNCIA E JUVENTUDE



3.1

POPULAÇÃO ADULTA



3.2

FAMÍLIA E COMUNIDADE



3.3

3.1 INFÂNCIA E JUVENTUDE

No que respeita às respostas sociais tipificadas pela Segurança Social, da consulta à Carta Social em 2024/05/15, observam-se taxas elevadas de ocupação em Creche, Estabelecimento de Educação pré-escolar e Casa de Acolhimento de Emergência. Destaca-se ainda a inexistência de respostas para crianças e jovens com deficiência.

Tabela 69 | Respostas sociais para crianças e jovens

Respostas	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
CRIANÇAS E JOVENS				
Creche	51	2761	2562	92,79%
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	101	6261	5422	86,60%
Centro de Atividades de Tempos Livres	36	2660	1906	71,65%
CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO				
Casa de Acolhimento	8	317	176	55,52%
Casa de Acolhimento c/ UAPAJ	3	14	13	92,86%
Casa de Acolhimento para resposta a situações de emergência	1	12	12	100,00%
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	2	200	123	61,50%

OCUPAÇÃO ELEVADA

Creche
Est. Pré-escolares
Casas de acolhimento

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-05-15

Em matéria de promoção dos direitos das crianças a nível local, destaca-se a existência do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Braga *POR EL@S...* 2022-2026, bem como um conjunto de iniciativas da rede local pública e privada, a saber (lista não exaustiva):

- Cartão Braga Kid;
- Loja Juventude;
- Cartão Jovem Municipal;
- Passe Jovem Município;
- Centro de Juventude de Braga;
- Programa Pró-Infância;
- Projeto B!Equal;
- Geração Tecla;
- Iniciativas de Inovação social (Equilibrium Social Circus; Bike Attitude, Pegadas do Brincar, Parretas Team, etc.);
- Summer School HPH;
- incluir.

3.2 POPULAÇÃO ADULTA

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA OU COM DOENÇA MENTAL

No domínio da deficiência e incapacidades, assinala-se a existência do Diagnóstico Social da área da Deficiência do Concelho de Braga, datado de março de 2023, elaborado no âmbito do CLDS 4G Make Braga, que enumera as principais respostas sociais ativas nessa área de atuação. Não obstante, na tabela seguinte apresentam-se as respostas publicadas na plataforma online da Carta Social, em maio de 2024, nos domínios da deficiência, pessoas em situação de dependência e com doença do foro mental.

Tabela 70 | Respostas sociais para adultos com deficiência, incapacidade e doença mental

Respostas	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA				
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)	1	150	55	36,67%
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	6	255	245	96,08%
Lar Residencial	5	80	79	98,75%
Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)	2	10	10	100,00%
Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI) no âmbito do MAVI	2	100	41	41,00%
PESSOAS ADULTAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA				
Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)	3	65	0	0,00%
Unidade de Cuidados Paliativos (UCP)	1	10	0	0,00%
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)	1	24	0	0,00%
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	1	24	0	0,00%
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO				
Equipa de Apoio Domiciliário de CCI em saúde mental (EAD)	1	8	8	100%
Fórum Sócio-ocupacional	1	18	17	94,44%

OCUPAÇÃO ELEVADA
CACI
Lar Residencial
Residência de Autonomização e Inclusão
Fórum Sócio-ocupacional

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-05-15

Neste domínio, destaca-se ainda um conjunto de iniciativas da rede local (lista não exaustiva):

- Balcão da Inclusão;
- Projeto Search – Empregabilidade de Pessoas com Deficiência;
- Projeto Asas para Voar;
- Desporto Adaptado;
- Projetos Somos Partilha e Partilha de mãe;
- Projeto Ler+ na PC;
- Projeto APCB_Boccia;
- Red May;
- CRI de Saúde Mental;
- Ponto de Fuga;
- No Stress Braga;
- Chá com Estórias;
- Café Memória.

PESSOAS IDOSAS

A consulta à Carta Social em maio de 2024 evidencia a existência de quatro tipos de respostas sociais típicas difundidas pelas freguesias, num total de 107 equipamentos, que têm como objetivo promover a qualidade de vida das pessoas idosas.

Tabela 71 | Respostas sociais para pessoas idosas

Respostas sociais	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
Centro de convívio	4	330	177	53,64%
Centro de dia	26	648	470	72,53%
Estruturas residenciais	34	1 441	1 302	90,35%
Serviço de apoio domiciliário	43	1 800	933	51,83%

OCUPAÇÃO ELEVADA
ERPI

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-05-15

Além das respostas sociais assinaladas, existe um conjunto diversificado de iniciativas e projetos desenvolvidos a nível local, quer da iniciativa municipal quer de parceiros, procurando amenizar as vulnerabilidades deste grupo social, promover o seu bem-estar, o envelhecimento saudável e ativo e combater o isolamento social, designadamente (lista não exaustiva):

- BragActiva;
- Red May;
- Porta Amiga Toc-Toc;
- Academia das Gerações;
- Braga +65;
- Cidade Amiga das Pessoas Idosas;
- Braga + Mobilidade;
- Programa Farmácias Amigas da Idade;
- Emprego 50+;
- Empreendedor 55+;
- Ativ@mente;
- Aging Braga;
- E_Correspondência;
- Rede Espaços Sénior;
- Voluntário Maior;
- Cartão Sénior.

3.3 FAMÍLIA E COMUNIDADE

Da consulta à plataforma Carta Social em maio de 2024, evidenciam-se ainda as seguintes respostas sociais locais destinadas à Família e Comunidade em geral:

Tabela 72 | Respostas sociais para a família e comunidade em geral

Respostas	N.º	Capacidade	Utentes	Ocupação
FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL				
Ajuda Alimentar a Carenciados	8	1517	1183	77,98%
Centro de Alojamento Temporário	1	47	45	86,60%
Centro de Apoio à Vida	1	20	16	86,60%
Refeitório/Cantina Social	2	165	115	69,70%
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS				
Residência para Pessoas com VIH/SIDA	1	5	4	80%
PESSOAS TOXICODPENDENTES				
Apartamento de Reinserção Social	2	27	20	74%
Equipa de Intervenção Directa	1	60	60	100%

OCUPAÇÃO ELEVADA
ERPI
Centro de Alojamento Temporário
Centro de Apoio à Vida

Fonte: Consulta à Carta Social online, em 2024-05-15

De acordo com a informação disponibilizada pela Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, registam-se ainda ao nível do apoio alimentar as seguintes respostas:

- Cantina Social - 8 Protocolos com um total de 232 refeições diárias; e,
- Programa de Privação Alimentar – 2231 beneficiários ativos.

Também ao nível do apoio à família e comunidade existem inúmeras iniciativas locais que pretendem responder às vulnerabilidades sociais e promover o desenvolvimento social, nomeadamente (lista não exaustiva):

- Cartão família numerosa;
- Braga a sorrir;
- Braga Mais Família;
- Bolsa Braga Sol;
- *No Stress*;
- Programa Autoestima;
- Equilibrium Social Circus.

De acordo com a informação disponibilizada pela Unidade de Desenvolvimento Social do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, registam-se ainda as seguintes respostas sociais para pessoas em situação de sem abrigo, por entidade:

- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Braga:
 - Centro de Acolhimento de Emergência Social - CAES 2.0 (capacidade para 25 pessoas);
 - Apartamentos Partilhados (capacidade para 15 pessoas);
 - *Housing First* (capacidade para 5 pessoas); e,
 - Equipa de Rua (capacidade para 60 pessoas).
- Cáritas Arquidiocesana de Braga:
 - Apartamentos Partilhados (capacidade para 13 pessoas);
- Centro de Acolhimento e Formação Jovens em Caminhada (CAFJEC):

- Centro de Acolhimento Temporário (capacidade para 12 pessoas).

De acordo com os dados disponibilizados pela ADOLESCERE – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente, a mesma possui protocolos com o Centro Distrital de Segurança Social, nas seguintes respostas para população migrante:

- Apoio em Meio Natural de Vida em Autonomia supervisionada: 24 utentes (9 raparigas e 15 rapazes);
- Acolhimento residencial em apartamento de autonomização: 10 utentes rapazes.

NECESSIDADES E DESAFIOS 4

DA REDE SOCIAL

REDE DE APOIO ALIMENTAR		4.1
EMPREGABILIDADE / EMPREENDEDORISMO		4.2
HABITAÇÃO E APOIO ÀS PSSA		4.3
IGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA		4.4
INFÂNCIA E JUVENTUDE		4.5
DEFICIÊNCIA		4.6
ENVELHECIMENTO ATIVO		4.7
MIGRANTES		4.8
MINORIAS		4.9

De acordo com a metodologia prevista para a realização do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social, a análise quantitativa do amplo conjunto de indicadores selecionados foi aprofundada com os contributos subjetivos e qualitativos dos parceiros sociais, os atores-chave da intervenção social no território, cuja ação se revela imprescindível para suprir ou mitigar as vulnerabilidades sociais e para responder assertivamente aos novos desafios sociais.

Neste sentido, a Rede Social de Braga mobilizou os principais atores sociais para uma dinâmica participativa e reflexiva, que se traduziu num conjunto de fóruns temáticos, quer de diagnóstico quer de planeamento da ação, realizados em 2 sessões por domínio temático, entre janeiro e março de 2024, cujas principais conclusões se resumem de seguida.

Este esforço participativo foi realizado em parceria com o Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS Make Braga e com o Projeto Red May – Rede de Proximidade Social e de Saúde Mental e incorporou os contributos vertidos nos documentos de planeamento estratégico da Divisão de Coesão Social e Solidariedade, nomeadamente o Plano Municipal para a Integração de Migrantes (2022) e o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação (2022-2027).

Desta reflexão participada foram identificadas necessidades e problemáticas prioritárias de intervenção, bem como recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento, e que a seguir se resumem.



4.1 REDE DE APOIO ALIMENTAR

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Melhoria da capacidade de resposta** face ao aumento do número de pedidos e da **alteração do tipo de beneficiários**, com prevalência dos migrantes, que muitas vezes apenas detêm visto de turista ou estão em situação irregular, não podendo beneficiar dos apoios formais;
- **Necessidade de adaptar a distribuição alimentar à diversidade intercultural**, que se reflete nos hábitos alimentares;
- **Ajustamento dos critérios de elegibilidade** face à nova realidade e melhor **articulação entre os parceiros da rede formal e entre a rede formal e informal**;
- **Maior dignidade no processo com introdução de novos mecanismos de apoio**, que permitam aos beneficiários maior liberdade na escolha dos cabazes (cartões, vouchers, regimes mistos);
- **Desburocratização do processo** de apoio alimentar, facilitando os encargos das instituições e dos beneficiários;
- **Entrega numa lógica de maior proximidade geográfica**, evitando deslocações dos beneficiários.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Rede de Apoio Alimentar;
- POAPMC / PESSOAS 2030;
- Banco Alimentar;
- Cantinas sociais;
- Projeto ReFood;
- Projeto Virar a Página;
- Organizações mediadoras e Juntas de freguesia.



4.2 EMPREGABILIDADE / EMPREENDEDORISMO

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Ajustamento dos programas de formação profissional e das medidas de apoio ao empreendedorismo** face à nova realidade intercultural;
- **Reforço da integração de pessoas com deficiência e de outros grupos de risco**, em articulação com os empregadores;
- **Novos programas de formação e reconversão profissional da população ativa**, designadamente em contexto laboral, face às alterações da economia e demografia, em particular para pessoas com mais de 50 anos;
- **Reforço das medidas de ocupação e integração de Jovens NEET**;
- **Sensibilização dos empresários** para:
 - apoio aos **cuidadores informais**, de modo a permitirem a conciliação entre a vida profissional e o papel de cuidador;
 - Integração profissional de **alunas/os oriundos de uma diversidade cultural** cada vez mais crescente (estigma social dos empresários);
 - Integração de **pessoas com deficiência**;
- **Divulgação concertada da oferta formativa a nível municipal e intermunicipal**, de forma concertada, para evitar o ciclo vicioso da orientação vocacional para a oferta de escola;
- Necessidade de reforçar os mecanismos de apoio na **transição para o mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos** em áreas com empregabilidade;
- **Reforço da orientação vocacional**, desde o 2.º ciclo, promovendo a valorização de profissões tradicionais e com menor procura social.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Programa Incorpora;
- Projeto Braga Labs;
- IEFP;
- GIP;
- HPH – Human Power Hub;
- Startup Braga;
- InvestBraga;
- Pacto para a empregabilidade.



4.3 HABITAÇÃO E APOIO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Reforço das soluções de apoio ao arrendamento jovem e habitação acessível** para pessoas em situação de vulnerabilidade;
- **Reforço das respostas de emergência habitacional, habitação temporária e social, designadamente com novas soluções de *Housing First* e habitação colaborativa:** além das listas de espera existentes, atualmente, 80% a 90% das pessoas referenciadas pelos serviços de emergência social permanecem na rua;
- **Reforço da formação e medidas de capacitação das PSSA**, com formação adaptada às suas especificidades e, quando for caso disso, em co-formação com outros públicos, designadamente através de programas específicos no âmbito do IEFP e da Skills Academy;
- **Necessidade de formação / capacitação para técnicos de intervenção** direta, para trabalhar a gestão socioemocional dos profissionais que diariamente são confrontados com situações de emergência;
- **Criação de um Espaço *Drop in***, local onde as PSSA possam permanecer durante do dia e desenvolver competências em oficinas;
- **Promoção de ações de voluntariado, ocupação e mentoria** que facilitem a integração de PSSA;
- **Programas de apoio à promoção da saúde, da autoestima, da imagem e do bem-estar**, facilitando a integração das PSSA;
- **Programas de prevenção e tratamento de comportamentos aditivos e dependências;**
- **Criação de resposta de transição e de reinserção social para ex-reclusos.**
- **Melhoria da prevenção e intervenção em rede**, designadamente ao nível da articulação com as respostas de saúde mental, habitação e emprego;
- **Modelo operacional local para a prevenção** de pessoas em situação de risco social e habitacional.
- **Reflexão e posterior operacionalização do Modelo Integrado de Intervenção Social, ao nível da Emergência Social**, em articulação com o Núcleo Local de Inserção, englobando ações de formação e capacitação aos parceiros e técnicos envolvidos no acolhimento de emergência e no atendimento e acompanhamento social; definição de circuitos ao nível do acolhimento, intervenção e encaminhamento das situações; otimização dos recursos existentes; e reflexão sobre novas respostas a criar e novas metodologias de intervenção.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Bragahabit, EM;
- Porta 65 - Apoio ao arrendamento Jovem;
- BNAUT - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário;
- Estratégia Local de Habitação e 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;
- Residências Partilhadas;
- Housing First / Housing Led;
- Apartamentos de autonomização e transição.
- Modelo articulado e integrado (NPISA de Braga)
- Equipa de Intervenção Social Direta;
- Centro de Acolhimento de Emergência Social (CAES);

- Centros de Alojamento Temporário (CAT);
- Apoio Alimentar, Balneário Social e Rouparia;
- Projeto ROOF;
- Programa INCORPORA.



4.4 IGUALDADE DE GÉNERO, PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Reforço da prevenção primária para crianças e jovens** (violência de género e igualdade de género).
- **Investimento em estratégias de prevenção da violência sexual**, nomeadamente através da criação de uma estrutura de apoio e acompanhamento especializado para vítimas de violência sexual;
- **Financiamento contínuo** à operacionalização das **estruturas de apoio e atendimento a vítimas de violência**, que enfrentam dificuldades com as interrupções cíclicas dos ciclos de financiamento;
- **Aumento da capacidade da Estrutura de Acolhimento de Emergência, de forma concertada** a nível local;
- **Aumento de respostas habitacionais para trabalhar o processo de autonomização das vítimas**, para minimizar o risco social e vitimização;
- **Maior articulação entre entidades da rede**, nomeadamente o nível da partilha de recursos (fichas de referênciação e matrizes de encaminhamento);
- **Investimento na promoção da saúde mental das crianças e jovens** em contextos educativos, nomeadamente na questão relacionada com violência parental e entre pares, face ao agravamento das condições das famílias.
- **Criação de um Gabinete Especializado** de Apoio e Atendimento para Migrantes e para Vítimas de Violência Sexual.
- **Reforço da sensibilização da sociedade** nas áreas da Igualdade de Género (IG) e Não Discriminação (ND), em particular em contexto profissional.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Fórum Concelhio sobre Igualdade de Género e Prevenção e Combate à Violência Doméstica;
- Apartamento de Transição;
- Espaço Igual - Centro de Informação e Acompanhamento a Vítima de Violência Doméstica da Cáritas de Braga;
- APAV - Gabinete de Apoio à Vítima de Braga;
- Centro de Emergência para Vítimas de Violência Doméstica;
- Projeto B! One;
- Projeto “PsiPlus”;
- Projeto Cávado + Igual;
- Projeto NET-IDEA.



4.5 INFÂNCIA E JUVENTUDE

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Reforço da intervenção precoce e do apoio psicoterapêutico** e da promoção do bem-estar emocional das crianças e jovens, em particular num contexto de escassos recursos financeiros das famílias para suportar custos com intervenção precoce e serviços especializados (terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia, etc.);
- **Reforço do apoio ao estudo, às medidas de inclusão, integração** e prevenção do abandono e insucesso escolar, num contexto de maior diversidade cultural;
- **Aumento da capacidade de resposta de Creche**, cuja escassez tem repercussões nas faltas escolares dos adolescentes e no acesso ao mercado de trabalho, existindo maior pressão no centro urbano;
- **Reforço das respostas** de Lar de Infância e Juventude, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) e Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).
- **Reforço da oferta de práticas de educação não-formal em áreas temáticas de promoção da saúde, igualdade de género e empregabilidade para jovens;**
- **Maior sensibilização aos jovens sobre a adição** dos jogos online, bem como ações de prevenção de comportamentos aditivos e dependências;
- **Incentivo à participação cívica** dos jovens na comunidade;
- **Reforço da prevenção das situações de *bullying* e *cyberbullying* e violência no namoro;**
- **Novas soluções de orientação vocacional e profissional** para os jovens e desenvolvimento de competências na área do empreendedorismo, em particular, o empreendedorismo com impacto social.
- Sublinhou-se a **importância da criação do Núcleo de Garantia para a Infância**, uma vez que este apoio - Garantia para a Infância (GPI), tem constituído um reforço financeiro muito relevante para as famílias com crianças e jovens a cargo.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Programa Pró-Infância;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Programa Escolhas - Projetos B!Equal (Cáritas) e Geração Tecla (CVP);
- Projetos de Inovação social (Equilibrium Social Circus; Bike Attitude, Pegadas do Brincar, Parretas Team);
- Summer School HPH;
- Cartão Braga Kid;
- Loja Juventude;
- Cartão Jovem;
- Passe Jovem Município;
- Programas de Férias e auxílios educativos do Município de Braga;
- Centro de Juventude de Braga;
- Human Power Hub (HPH).



4.6 DEFICIÊNCIA

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Reforço das Equipas Locais de Intervenção e criação de equipas complementares especializadas**, promovendo ainda a articulação com a Segurança Social;
- **Qualificação e aumento da oferta das respostas sociais**, designadamente:
 - Lar Residencial;
 - CACI;
 - SAVI - Serviço de Apoio à Vida Independente;
 - Respostas residenciais para pessoas com deficiência mental;
- **Investimento estratégico na promoção da vida independente e da inserção formativa e profissional** das pessoas com deficiência, mas com alguma autonomia;
- **Sensibilização do tecido empresarial** para a maior participação na qualificação e integração das pessoas com deficiência;
- **Investimento em oficinas de trabalho protegido**, em articulação com outras respostas, promovendo a inserção profissional após a conclusão da escolaridade obrigatória;
- **Aumento da oferta de atividades ocupacionais no período das férias** e pós componente letiva;
- **Alargamento do horário do apoio domiciliário**;
- **Promoção da participação no projeto municipal de desporto adaptado e em iniciativas artísticas e culturais.**
- **Promoção das condições de acessibilidade física e digital** no concelho;
- **Melhoria do diagnóstico na área da deficiência com ações de proximidade**, no sentido de colmatar limitações dos Censos e permitir uma atuação mais informada, quer em termos quantitativos quer qualitativos.
- **Maior capacitação dos profissionais do setor e das famílias** de pessoas com deficiência;
- **Gestão integrada das listas de espera** nas respostas sociais e promoção de maior eficiência na atribuição dos produtos de apoio;
- **Melhoria da articulação e partilha entre respostas**, aproximando modelos de atuação e introduzindo-se modelos de atuação integrada em fases mais precoces;
- **Difusão de mais e melhor informação sobre os direitos das pessoas com deficiência e cuidadores**, sobre os serviços existentes no concelho, suas competências e regras de funcionamento, e sobre os diferentes apoios disponíveis para pessoas com deficiência, cuidadores e famílias.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Residências Autónomas;
- Atividade Socialmente Útil (ASU);
- Balcão da Inclusão;
- Projeto Search – Empregabilidade de Pessoas com Deficiência;
- Projeto Asas para Voar;
- Projetos de Inovação Social (“Jardim sensorial”, “Lavagem Auto”);
- SAVI - Serviço de Apoio à Vida Independente;
- Desporto Adaptado (CMB);
- Boccia;
- Centro de Reabilitação e Formação Profissional.



4.7 ENVELHECIMENTO ATIVO

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Prevenção do isolamento social, através da ativação da rede de vizinhança** e de serviços de proximidade;
- **Reforço da resposta ao domicílio, através de equipas técnicas especializadas** na área da saúde mental e das dependências, favorecendo a permanência em casa ao invés da institucionalização precoce;
- **Promoção da participação de mais pessoas idosas em atividades desportivas, culturais e recreativas**, favorecendo a sua psicomotricidade e o seu bem-estar;
- **Sensibilizar a sociedade para o papel do cuidador informal**;
- **Promoção de programas de mediação de conflitos familiares** (violência contra o idoso na família);
- **Qualificação e reforço da rede de serviços e equipamentos**, potenciando novas soluções habitacionais (ex. *Cohousing* / Residências Partilhadas);
- **Melhoria da acessibilidade** no espaço público e nos edifícios públicos;
- **Programas contra a discriminação e o preconceito em razão da idade** (Idadismo);
- **Planos de transição** das pessoas para a situação de reforma.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Programa Red May – Equipa de Proximidade na área social e de saúde mental; ● Programa BragActiva; ● Programa Braga a Sorrir; ● Programa BragaSol; ● Teleassistência; ● Projetos de Inovação Social (Ex.Sensorialmente; Do 0 aos 100, etc.); ● Comissão de Proteção do Idoso; ● Cartão Sénior; ● Passe Sénior; ● Porta Amiga Toc-Toc – a criar ● Academia das Gerações – a criar ● Braga +65 - ativo | <ul style="list-style-type: none"> ● Cidade Amiga das Pessoas Idosas – a criar ● Braga + Mobilidade – a criar ● Programa Farmácias Amigas da Idade – a criar ● Emprego 50+ - a criar ● Empreendedor 55+ - a criar ● Ativ@mente – a criar ● Aging Braga – a criar ● E_Correspondência – a criar ● Rede Espaços Sénior – a criar ● Voluntário Maior – a criar ● TIC Sénior – ativo ● Balcão Sénior 2.0 – a ativar |
|--|---|



4.8 MIGRANTES

NECESSIDADES E DESAFIOS

- **Reforço da capacidade de resposta dos serviços de acolhimento e integração**, a sua eficiência e articulação;
- **Capacitação de migrantes** nos domínios da aprendizagem da língua e cultura portuguesas, legislação e acessibilidade a serviços;
- **Combate à discriminação e promoção de práticas de igualdade** com foco na população migrante;
- **Capacitação e adaptação da rede de serviços às particularidades de uma sociedade mais multicultural** e às necessidades dos migrantes (educação, saúde, emprego, apoio alimentar, etc.).
- **Fortalecer as redes de cooperação e inclusão das crianças e jovens** no sistema educativo português.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Gabinete de Apoio ao Imigrante (Município de Braga);
- CLAIM (Cruz Vermelha Portuguesa - CVP – Del. Braga);
- Associações de Imigrantes;
- Programas de Língua Portuguesa;
- FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração;
- Estrutura de Acolhimento Temporário para Migrantes (Cáritas).



4.9 MINORIAS

NECESSIDADES E DESAFIOS

- Continuidade da promoção de programas de **combate ao abandono e absentismo escolar**;
- Promoção da **inserção socioprofissional**;
- Reforço da **sensibilização sobre multiculturalidade e do combate à discriminação**;
- **Melhoria das condições de habitabilidade** dos bairros sociais.

OPORTUNIDADES E RECURSOS

- Programa Escolhas - Projeto B!Equal (Cáritas) e Geração Tecla (CVP);
- Programa de Inovação Social Aberta;
- Programa Viva o Bairro.

NOVOS DESAFIOS SOCIAIS 5

DESAFIOS SOCIETÁRIOS



5.1

DESAFIOS CONJUNTURAIS



5.2

DESAFIOS DA REDE LOCAL



5.3

5.1 DESAFIOS SOCIETÁRIOS

Após a superação da crise económico-financeira mundial de 2008 - 2014, a economia nacional entrou numa dinâmica de recuperação, com particular impacto nos domínios do emprego, do rendimento e da imigração. Contudo, inesperadamente, a pandemia COVID-19 abalou o percurso de recuperação e alterou temporariamente algumas das bases em que assentava a economia e a organização social, com consequências que ainda hoje se fazem sentir.

Debelada a pandemia, o ano de 2022 trouxe para o quotidiano europeu e nacional a tragédia da guerra na Ucrânia, testando a solidariedade entre povos e a capacidade de respostas de emergência social a nível nacional e local.

Somando contributos de outras dinâmicas societárias e económicas em curso, a economia desembocou num aumento acentuado de preços e do custo de vida, com maior impacto no acesso à habitação e aos bens essenciais, criando uma situação de emergência social, apesar da baixa taxa de desemprego.

O ímpeto imigratório revigorado após o interregno da pandemia, o progressivo envelhecimento da população, as alterações na estrutura familiar e nas formas de trabalho, a nova realidade digital, a maior consciência ambiental e a mundividência pós-moderna, grande adepta do lazer e das “experiências”, moldam o contexto atual e condicionam a intervenção social, cada vez mais realizada no plano local, na sequência do processo de transferência de competências para os municípios.

Assim, além da tradicional promoção da coesão-social e de uma sociedade mais inclusiva, o desenvolvimento e a intervenção social para o horizonte 2030 deve considerar um conjunto de novos **desafios societários**, assentes nos seguintes domínios:



5.2 DESAFIOS CONJUNTURAIS

Mas a resposta aos desafios societários de médio e longo prazo não pode enfraquecer a prioridade da intervenção social de curto prazo, que assume hoje um papel fundamental face aos graves problemas de conjuntura económica e habitacional que o país atravessa. Uma **conjuntura de emergência habitacional e de elevado preço dos bens essenciais**, uma realidade que assola a experiência quotidiana dos residentes, esmagando as suas expectativas, o seu bem-estar e as suas oportunidades de desenvolvimento. No caso das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, a presente conjuntura agrava a pobreza e a exclusão, pondo inclusivamente em risco a sobrevivência de muitas pessoas.

Não pode também deixar de se assinalar, como desafio conjuntural, a **intensificação da migração**, que pode originar tensões e conflitos sociais e o aparecimento de pressões sobre o sistema social, com o surgimento de novas minorias e novos grupos de risco, aumentando a necessidade de apoio nas atuais áreas e setores de intervenção. Urge assim atuar com políticas de promoção do respeito e valorização da diversidade social e cultural para garantir um modelo de inclusão mais transversal, que vá além da vertente social.



EMERGÊNCIA HABITACIONAL



PRIVAÇÕES SEVERAS



INTENSIFICAÇÃO DA MIGRAÇÃO

Por fim, uma palavra para a rede local, município e parceiros sociais, que deve ser capaz de responder aos desafios assinalados, mas que atravessa ela própria novos desafios.

5.3 DESAFIOS DA REDE LOCAL

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

À luz do princípio da subsidiariedade e em resposta a reivindicações antigas, concretizou-se o processo de descentralização de competências da Administração Central para os municípios, tendo já sido assumidas vastas responsabilidades em inúmeros domínios, nomeadamente, transportes, educação, saúde e ação social.

Se estas novas competências devem permitir respostas locais para problemas locais, em tempo tendencialmente real, trazem também grandes desafios para a administração autárquica, que teve de assumir tais atribuições num contexto de emergência social.



A articulação eficiente com a administração central e regional e com os parceiros sociais locais assume-se como um fator primordial para a mitigação das vulnerabilidades sociais, a promoção da coesão e o desenvolvimento social.

É neste contexto que o conjunto destas competências vem reforçar o papel de proximidade e de territorialização das políticas públicas, que o Município, enquanto entidade responsável pela presidência do CLAS, já prosseguia como dinamizador do Programa Rede Social à escala local e através do desenvolvimento de processos de planeamento estratégico da intervenção social e da mobilização dos agentes/organizações, numa lógica integrada e participada.

A assunção das competências transferidas para o Município traz alguns desafios e oportunidades e que de forma sintética podemos enunciar:

DESAFIOS:

- Reorganização funcional dos serviços municipais e locais para uma implementação eficaz das competências;
- Sistema de monitorização rigoroso e sistemático da operacionalização das competências, nomeadamente na atribuição de apoios sociais;
- Progressiva atualização dos instrumentos de planeamento estratégico, dado o peso fundamental de apoio à decisão (desde redefinição de processos de intervenção à monitorização das respostas sociais).

OPORTUNIDADES

- Aproximação das políticas sociais dos cidadãos, dando resposta mais célere aos problemas reais da população;
- Implementação de modelos habitacionais acessíveis e condignos para os munícipes, por via de estratégias locais de habitação;
- Reforço do processo de colaboração e articulação intra e inter organizacional, nomeadamente com o tecido institucional local.

INOVAÇÃO NA REDE SOCIAL

A rede social local está também condicionada por desafios próprios. A transição digital e energética das instituições, a conciliação da vida profissional e laboral dos profissionais, um modelo económico-financeiro débil e a necessidade de intervenção em contexto de emergência social, apresentam novos desafios ao setor.

O modelo de articulação em rede tem de ser repensado, promovendo-se maior partilha de recursos e experiência, maior inovação nas respostas, harmonizando-se ainda intervenções a vulnerabilidades comuns. O próprio instituto de Segurança Social, I.P. deve repensar os modelos de financiamento do setor social, face aos novos desafios sociais, como o do envelhecimento, promovendo soluções de financiamento inovadoras, como, por exemplo, o cofinanciamento de respostas partilhadas entre instituições.

É este o ponto de partida para a ação do novo Plano de Desenvolvimento Social.



PARTE II

PLANO DE AÇÃO

MATRIZ DE AÇÃO ESTRATÉGICA



6

ROADMAP PARA A AÇÃO



7

EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8

MODELO DE GOVERNAÇÃO



9

2024-2030

MATRIZ DE AÇÃO ESTRATÉGICA 6

VISÃO ESTRATÉGICA



6.1

PILARES DE AÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



6.2

POSICIONAMENTO NO CONTEXTO EUROPEU,
NACIONAL E REGIONAL



6.3

6.1 VISÃO ESTRATÉGICA

Conforme mencionado na metodologia, conscientes do trabalho realizado ao longo da vigência do último PDS e do dinamismo de atuação instituída em redes institucionais e temáticas da Rede Social de Braga, optou-se estrategicamente por acionar o processo de planeamento participativo de construção dos instrumentos da Rede Social, alicerçado nas redes de parceria/trabalho ativas.

Tomou-se como ponto de partida as dinâmicas sociais espelhadas no diagnóstico, a revisitação das principais conclusões dos produtos das redes de parceria e a auscultação do conhecimento dos parceiros sociais, sobre as necessidades, os desafios e os problemas com que se defrontam diariamente na intervenção direta com as pessoas.

Este exercício permitiu contextualizar e alinhar a visão estratégica do PDS com um novo horizonte temporal até 2030, integrar as reflexões com novos conceitos, desafios e riscos sociais emergentes e transferir para a dimensão operacional deste Plano um conjunto de programas âncora (programação articuladora de planeamento da ação estratégica de uma diversidade de medidas e públicos-alvo) e projetos estruturantes já passíveis de se posicionarem a oportunidades de financiamento e execução em sede de parceria local.

A visão estratégica para o PDS Braga 2030 assume-se como uma referência orientadora da ação coletiva em prol do desenvolvimento e coesão social, alinhada com as dinâmicas emergentes, referenciais estratégicos e objetivos de política, que podem ser de índole local, regional, nacional e global, e simultaneamente com as especificidades das dinâmicas sociais internas de Braga e o posicionamento em dinâmicas externas que permitirá aceder a oportunidades e recursos.

Face ao exposto, é em resposta integrada aos vários desafios identificados nos fóruns participativos e na capacidade de obter conhecimento nos grupos/redes de trabalho nacionais e internacionais, em que Braga está envolvido, que se assume como Visão Estratégica:



Esta visão está fortemente alinhada com os compromissos que Braga tem assumido ao nível da sua participação ativa na rede das principais cidades europeias – Eurocities¹⁰, na medida em que responde à recomendação de se tornar uma parceira ativa e participativa na promoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Braga pretende ser cada vez mais um centro de inovação e empreendedorismo social e um espaço de co-criação de soluções ajustadas às reais necessidades e especificidades territoriais.

Para o efeito, a visão estratégica do PDS incorpora um conjunto de orientações da Eurocities¹¹, visando a prossecução de uma cidade mais inclusiva e ativadora dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais¹².

PILARES DE AÇÃO	PRINCÍPIOS DO PILAR EUROPEU	ORIENTAÇÕES DA EUROCITIES
1 CIDADE ATIVA E CRIATIVA	1. Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; 4. Apoio ativo ao emprego; 5. Emprego seguro e adaptável; 6. Salários; 7. Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento; 8. Diálogo social e participação dos trabalhadores; 9. Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada; e, 10. Ambiente de trabalho são, seguro e bem-adaptado e proteção dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da aposta em iniciativas locais de emprego, formação e qualificação, como estratégia de prossecução do compromisso com a juventude para a mitigação do fenómeno dos NEET e/ou de jovens em risco de desemprego, que não conseguem aceder ao mercado de trabalho; • Manutenção como pilares do desenvolvimento económico, social e cultural de Braga, a tecnologia, o conhecimento, a criatividade e a inovação, enquanto estratégia de promoção de condições facilitadoras do desenvolvimento de competências digitais para todas as pessoas, e de inovação em novos modelos de negócio; e, • Capacidade de acompanhar as mudanças sociais futuras e de atuar em parceria no reforço das competências das pessoas para que permaneçam ativas no mercado de trabalho, processos de requalificação e reconversão profissional (especialmente para os grupos mais vulneráveis, incluindo pessoas em risco de ficarem desempregadas) que lhes permita aceder a novas formas de trabalho e profissões emergentes, numa era de transições ecológica e digital e de surgimento de novos setores que procuram competências verdes e digitais.
2 CIDADE INCLUSIVA	2. Igualdade de Género; 3. Igualdade de oportunidades; 11. Acolhimento e apoio a crianças; 12. Proteção social; 13. Prestações por desemprego; 14. Rendimento mínimo; 15. Prestações e pensões de velhice; 16. Cuidados de saúde; 17. Inclusão das pessoas com deficiência; 18. Cuidados de longa duração; 19. Habitação e assistência para os sem-abrigo; e, 20. Acesso aos serviços essenciais.	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de soluções inovadoras e mecanismos de atuação em rede, focados em medidas de inclusão ativa para combater a pobreza, a exclusão social e digital, e de condições de acesso aos serviços de saúde e sociais; • Capacidade de reflexão e acompanhamento das dinâmicas sociais emergentes e atuação em parceria para o desenvolvimento de iniciativas em prol da inclusão e integração social, que melhor respondam às necessidades locais, como sejam as pessoas em situação e/ou em risco de sem abrigo, vulnerabilidade social e de pobreza; • Promoção de valores positivos da diversidade, igualdade de oportunidades e respeito pelos direitos humanos, para mitigar o risco de polarização social e segregação, independentemente da sua origem, cultura, identidade, género, etnia e identidade; e, • Reforço da capacidade de atuação e resposta dos profissionais e serviços de primeira linha, na procura de soluções para garantir o acesso: i) à habitação para evitar o agravamento das situações de sem-abrigo; ii) a processos de integração e inclusão social, nomeadamente de migrantes, para aceder a oportunidades de emprego, educação, formação, saúde e proteção social; e, iii) a serviços de educação, saúde e sociais que permitam às famílias terem a oportunidade de quebrar ciclos de pobreza e exclusão social, nomeadamente através de Núcleos Locais de Garantia para a Infância.

¹⁰ Eurocities é a rede das principais cidades europeias que, através desta associação, podem formar uma plataforma política para agir como um canal de comunicação com as instituições europeias. O seu objetivo fundamental é colocar na agenda europeia a problemática das cidades e o seu desenvolvimento económico, político e social.

¹¹ Fonte: <https://eurocities.eu/wp-content/uploads/2020/12/EUROCITIES-policy-paper-Social-Europe-Sept-2020.pdf>

¹² Fonte: https://commission.europa.eu/system/files/2017-12/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_pt.pdf

3
GOVERNAÇÃO
PARA A
INOVAÇÃO

11. Acolhimento e apoio a crianças;
16. Cuidados de saúde; e,
20. Acesso aos serviços essenciais.

- **Impulso contínuo a processos de inovação social** capazes de encontrar novas soluções para responder, de forma integrada e o mais adaptada possível às necessidades e problemáticas específicas das pessoas, na medida em que nos deparamos cada vez mais com desafios sociais complexos e interligados, que requerem resposta de políticas sociais inter-sectoriais; e,
- **Consolidação da Rede Social como um ecossistema local de envolvimento de todos os intervenientes na:** i) experimentação de mecanismos de empreendedorismo social, incentivando novos modelos de negócios e alavancando a procura de novas formas de financiamento; ii) mobilização do potencial da economia social para incentivar o tecido empresarial para um modelo económico e social cada vez mais inclusivo, e; iii) contribuir para a territorialização da intervenção, numa lógica multinível, integrada e promotora de coesão social.

6.2 PILARES DE AÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O processo de reflexão e atualização das necessidades e problemáticas sociais resultante do diagnóstico social e das redes de parceria/trabalho da Rede Social de Braga, permitiu identificar linhas de ação convergentes, o que se sistematiza em três pilares de ação estratégicos, respetivas dimensões e objetivos estratégicos, que a seguir se apresentam.

PILARES DE AÇÃO	DIMENSÕES	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
<p>1</p> <p>CIDADE ATIVA E CRIATIVA</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego, Empreendedorismo e Soft Skills • Qualificação e formação profissional • Envelhecimento e Longevidade • Hábitos e Estilo de Vida Saudáveis (apoio alimentar, saúde e doença mental) 	<p>OE1.1 Adotar soluções ativas e criativas para a criação de condições de acesso a níveis de formação e qualificação, geradores de maiores níveis de empregabilidade</p> <p>OE1.2 Promover processos de envelhecimento e longevidade ativos, saudáveis e bem-sucedidos, num concelho amigo da idade</p>
<p>2</p> <p>CIDADE INCLUSIVA</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso e Qualidade na habitação • Desigualdades e Emergência Social • Cuidado Infantil e Educação • Migração, Inclusão e Interculturalidade • Deficiência e/ou Incapacidades • Igualdade de Oportunidades 	<p>OE2.1 Promover abordagens inclusivas no processo de planeamento, execução e monitorização de projetos e iniciativas de capacitação, autonomização, empoderamento e inclusão social de pessoas em situação e/ou risco de vulnerabilidade social</p> <p>OE2.2 Garantir a igualdade de oportunidades às pessoas no acesso e usufruto de recursos, serviços e apoios, mitigando contextos e situações de desigualdade e emergência social</p>
<p>3</p> <p>GOVERNAÇÃO PARA A INOVAÇÃO</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Ecosistema local de Inovação Social • Respostas Sociais 	<p>OE3.1 Consolidar Braga como um Laboratório de Inovação, Criatividade e de Empreendedorismo Social, na resposta aos desafios sociais do território</p>

6.3 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O PDS consubstancia-se num instrumento estratégico de compromisso do CLAS da Rede Social para com a promoção do desenvolvimento e coesão social, alinhando os seus pilares de ação estratégica com os instrumentos vinculativos em diferentes esferas organizacionais:

- a nível internacional, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- a nível nacional, a Estratégia Portugal 2030, os Programas Temáticos do Portugal 2030 e as Estratégias, Programas e Planos Nacionais, nas diferentes temáticas; e,
- a nível regional e local, o Programa Operacional Regional Norte 2030, a Estratégia Cávado 2030 e demais instrumentos de planeamento estratégicos desenvolvidos à escala da NUTS III Cávado e do concelho.

É neste contexto que o Plano se posiciona como um instrumento de apoio e de interação de benefício mútuo com os diferentes planos, programas, estratégias e políticas em vigor, quer ao nível do seu enquadramento e complementaridades, quer enquanto possibilidade de financiamento de algumas das suas ações.

ALINHAMENTO INTERNACIONAL

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** tem nos seus princípios fundamentais a promoção da: i) **universalidade** na aplicabilidade territorial; ii) **centralidade** nas pessoas garantindo a dignidade, igualdade de oportunidades, e principalmente intervindo junto daquelas que se encontram em situação ou em risco de pobreza e exclusão social; iii) **inclusão e participação** de todos os segmentos da sociedade, sem distinção de raça, género, etnia e identidade; e, iv) **parcerias** entre múltiplas partes interessadas numa lógica de mobilização e partilha de conhecimento e experiências.

O PDS incorpora a expressão dos princípios e procura adotar medidas subscritoras da erradicação da pobreza e mitigação de outros desafios e vulnerabilidades específicas, que devem ser acompanhadas de estratégias que reduzam as desigualdades e estimulem a igualdade de oportunidades nas diferentes esferas da vida, justificando o compromisso na prossecução dos seguintes **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA	ODS 1 ODS 2 ODS 3 ODS 8 ODS 9
PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA	ODS 1 ODS 4 ODS 5 ODS 9
PILAR 3 - GOV. PARA A INOVAÇÃO	ODS 1 ODS 9 ODS 10 ODS 16 ODS 17

A par da Agenda 2030, este plano procura ainda contribuir para a prossecução do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, ao nível da promoção da igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção e inclusão social, e que se materializa num conjunto de 20 princípios fundamentais e direitos essenciais para mercados de trabalho justos e equitativos.

A operacionalização dos pilares de ação estratégica do PDS converge ainda para **os objetivos de política (OP) definidos pela Comissão Europeia**, especificamente no que ao OP4¹³ “Uma Europa Mais Social” e o OP5¹⁴ “Uma Europa Mais Próxima dos Cidadãos”, aporta.

ALINHAMENTO NACIONAL

A **Estratégia Portugal 2030** assume uma visão, para a década 2020-2030, de recuperação e convergência de Portugal com a Europa, tendo sido desenhada em alinhamento com as prioridades europeias, organizada em 4 Agendas Temáticas centrais que enquadram os objetivos estratégicos e concretiza as principais linhas orientadoras de aplicação dos fundos estruturais à realidade do país. Este documento estratégico prossegue as cinco prioridades europeias de tornar a Europa **mais inteligente** (inovação, digitalização e competitividade), **mais “verde”** (transição energética e climática), **mais conectada** (mobilidade), **mais social** (emprego, educação, qualificação e inclusão social) e **mais próxima dos cidadãos** (coesão territorial e desenvolvimento local).

O PDS encontra-se alinhado com esta estratégia por pilar de ação estratégico da seguinte forma:

PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA: “Agenda Temática 2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento”, com foco na promoção da sociedade do conhecimento, qualificação dos recursos humanos, e simultaneamente na aposta no emprego de qualidade, a formação e as competências, e a “Agenda Temática 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades”, centrada na sustentabilidade demográfica, promoção do envelhecimento e da longevidade enquanto ativo crucial da ação estratégica, e do OE4 – Portugal + Social;

PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA: “Agenda Temática 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades”, centrada nas questões relacionadas com a promoção da inclusão, luta contra a pobreza, exclusão e combate às desigualdades, e simultaneamente na aposta na qualidade da educação, nas competências, na inclusão social e na igualdade de acesso aos cuidados de saúde, do OE4 – Portugal + Social; e,

PILAR 3 - GOV. PARA A INOVAÇÃO: “Agenda Temática 2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento”, especificamente realizada com a promoção da qualificação das instituições, e simultaneamente na aposta nas estratégias de desenvolvimento local e urbano sustentável, do OE5 – Portugal + Próximo.

A Estratégia Portugal 2030 é implementada através de um conjunto de programas temáticos, regionais e de cooperação territorial europeia, destacando-se no âmbito do PDS a oportunidade de mobilização do **Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão**, doravante designado **PESSOAS 2030**, canalizando algumas das prioridades de investimento subscritas no OP4 – Portugal + Social.

¹³ Focado nas dimensões de apoio ao emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde.

¹⁴ Integra o apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia

PRIORIDADES PESSOAS 2030¹⁵

	4A	4B	4C	4D	4E	4F
PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA	✓	✓	✓		✓	✓
PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA	✓			✓	✓	✓
PILAR 3 - GOV. PARA A INOVAÇÃO					✓	✓

Partindo da análise e cruzamento das principais orientações gerais da Estratégia Portugal 2030, reflete-se no quadro seguinte o alinhamento dos pilares de ação estratégica do PDS para com as orientações das **estratégias, programas e planos temáticos nacionais:**

	PDS BRAGA 2030		
	PILAR 1	PILAR 2	PILAR 3
Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024		✓	
Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025		✓	
Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021 -2030	✓	✓	✓
Estratégia Nacional para a Iguag. e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)		✓	
Estratégia Nacional para a Habitação 2015 – 2031		✓	
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania		✓	
Estratégia Nacional para a Integ. das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030		✓	
Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	✓		
Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026	✓		
Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030	✓	✓	✓
Plano Nacional de Saúde 2021-2030	✓		
Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar		✓	
Plano de Recuperação das Aprendizagens 21 23 Escola+		✓	
Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória		✓	
Portugal INCoDe.2030			✓
Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020		✓	

ALINHAMENTO REGIONAL E LOCAL

A operacionalização da Estratégia PT 2030 ao nível da Região Norte materializa-se no Programa Regional **Norte 2030**, que reproduz os objetivos estratégicos do atual período de programação, através da definição de 5 Objetivos de Política (OP) ou eixos estratégicos, posicionando-se o PDS de forma mais focalizada no OP4 – Norte mais Social e OP5 – Norte mais próximo dos cidadãos.

¹⁵ 4A. Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género; 4B. Mais e melhor qualificação inicial para crescer; 4C. Mais e melhor (re) qualificação de adultos para crescer; 4D. Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social; 4E. Mais e melhor acesso a serviços de qualidade; 4F. Combater a privação material

OBJETIVOS DE POLÍTICA DO NORTE 2030

OP 1	OP 2	OP 3	OP 4	OP 5
NORTE MAIS COMPETITIVO	NORTE MAIS VERDE	NORTE MAIS CONECTADO	NORTE MAIS SOCIAL	NORTE MAIS PRÓXIMO DOS CIDADÃOS

Ao nível do Programa Regional Norte 2030, o PDS assume uma preponderância estratégica na concretização das tipologias de ação previstas no “*Objetivo específico: ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos*”, nomeadamente ao nível da participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação de grupos vulneráveis, e de inovação social.

Decorrente do alinhamento europeu, nacional e regional, a CIM Cávado desenvolveu para este período de programação a **Estratégia Cávado 2030**, assente num processo de reflexão estratégica e envolvimento alargado de atores, definindo o conjunto de linhas de ação estratégicas para a escala sub-regional. Partindo deste referencial estratégico global para o território do Cávado, o PDS assume-se como um dos instrumentos de aprofundamento estratégico e operacional direcionados para o Eixo Prioritário 4 - Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social, e concretamente nos seus objetivos e linhas de ação estratégica, conforme se explicita:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EP 4 DA ESTRATÉGIA CÁVADO¹⁶ 2030

	OE 4.1	OE 4.2	OE 4.4	OE 4.5
PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA	✓		✓	
PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA	✓	✓		
PILAR 3 - GOV. PARA A INOVAÇÃO	✓			✓

Importa sistematizar o posicionamento do PDS com os referidos documentos estratégicos, verdadeiras alavancas de recursos que os agentes do território poderão usar para planear e construir as suas futuras intervenções.

PDS BRAGA 2030

	PILAR 1	PILAR 2	PILAR 3
ODS	ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 8, ODS 9	ODS 1, ODS 4, ODS 5, ODS 10	ODS 1, ODS 9, ODS 10, ODS 16 e ODS 17
Europa 2030	OP4 – Portugal + Social	OP4 – Portugal + Social	OP5 – Portugal + Próximo
Portugal 2030	Agenda 2. Inovação, Digitalização e Qualificações	Agenda 1. As Pessoas Primeiro	Agenda 1. As Pessoas Primeiro Agenda 2. Inovação, Digitalização e Qualificações
Norte 2030	OP4 – Norte mais Social	OP4 – Norte mais Social	OP5 – Norte mais próximo dos cidadãos
Cávado 2030	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social	EP4_Políticas Educativas, de Formação e Coesão Social

¹⁶ OE_4.1. Afirmar o Cávado como espaço institucional de concertação e cooperação ao serviço de Políticas Sociais e de Qualificação de Nova Geração; OE_4.2. Promover a Equidade e o Sucesso Educativo como Fator Crucial de Inclusão Social; OE_4.4. Qualificar ativos em linha com a identificação de necessidades empresariais de Inovação e Formação; OE 4.5. Territorializar e coordenar políticas sociais.

ROADMAP PARA A AÇÃO 7

PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA



7.1

PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA



7.2

PILAR 3 - GOVERNAÇÃO PARA A INCLUSÃO



7.3

RESPOSTAS SOCIAIS



7.4

A operacionalização do PDS do CLAS de Braga assume uma abordagem de roadmap para a ação, enquanto representação operacional da ação estratégica de promoção do desenvolvimento e coesão social, e mecanismo de apresentação daqueles que são os propósitos, as dinâmicas de rede e parcerias, os recursos e instrumentos facilitadores e potenciadores da capacidade instalada, subjacentes a cada pilar de ação estratégico do Plano.

Esta forma de organização da matriz de ação do PDS procura gerar impulsos mobilizadores da ação, criar oportunidades de inovação social e posicionar o concelho para oportunidades de investimento, com apoio a instrumentos de financiamento internacional, nacional e regional.

O roadmap para a ação do PDS do CLAS de Braga emerge da dinâmica de reflexão realizada com os parceiros que integram os diferentes núcleos, grupos de trabalho temáticos e comunidades de prática do CLAS de Braga e organiza-se, por pilar de ação estratégica, em objetivos, grupos-alvo e em duas linhas de operacionalização a saber:



Programas Âncora: inscrevem uma lógica de programação articuladora de planeamento da ação estratégica com uma diversidade de medidas e públicos-alvo que podem ser alavancadas e mobilizadas para o enquadramento, desenho e planeamento mais específico de determinadas intervenções e projetos, procurando orientar e organizar de forma convergente, articulada e integrada a ação em sede de parceria local; e,



Projetos Estruturantes: tratam-se de propostas de projetos desenvolvidos em sede de parceria com os agentes locais, suscetíveis de acederem ou beneficiarem das linhas de financiamento do Portugal 2030 e outros mecanismos, captando recursos financeiros para a otimização da capacidade das instituições locais promoverem intervenções geradoras de resultados e impactos da mais diversa índole no território.

7.1 PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA

O enfoque deste pilar de ação estratégica assenta no papel fundamental que as cidades têm na criação e no apoio às condições adequadas de acesso e de oportunidades, para que a população possa usufruir de empregos de qualidade, capacidade de obter formação e competências para melhorar o processo de integração no mercado de trabalho (requalificação, melhoria de competências, formação de adultos).

Assume para isso uma abordagem de resposta aos desafios do desenvolvimento pessoal, profissional e social, de forma ativa e criativa, favorecendo as condições de transição da população, nos seus diferentes segmentos etários, para uma melhoria do seu nível de vida e de uma participação cidadã plena, em dimensões estruturantes da vida dos munícipes (emprego e empreendedorismo, qualificação e formação profissional, envelhecimento e longevidade, alimentação e saúde).

Este pilar vem ainda subscrever o Ponto 4 do Manifesto de Braga¹⁷, onde se destaca a prioridade dada ao “(...) papel dos governos locais na promoção da cultura inclusiva (...), promovendo o pensamento criativo em todas as gerações, em particular entre os jovens, para fortalecer as competências e capacidades das comunidades locais, melhorar os meios de subsistência e promover a aprendizagem ao longo da vida, com base em diversidade cultural como áreas vitais para formar cidadãos informados e dotados de conhecimento” [tradução dos autores].

PÚBLICO-ALVO

POP. ATIVA



NEET



POP. 50+



DESEMPREGADOS



MIGRANTES



¹⁷ https://www.cm-braga.pt/archive/doc/Final_Braga_Manifesto_1_.pdf

PILAR 1 - CIDADE ATIVA E CRIATIVA



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1.1 Adotar soluções ativas e criativas para a criação de condições de acesso a níveis de formação e qualificação, geradores de maiores níveis de empregabilidade

OE1.2 Promover processos de envelhecimento e longevidade ativos, saudáveis e bem-sucedidos, num concelho amigo da idade

PLANOS E INSTRUMENTOS LOCAIS

Plano para a Longevidade de Braga 2027

Carta Desportiva Municipal de Braga

Plano Municipal de Saúde 2021-2026

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Centro Qualifica do Município de Braga

Grupo Temático de Empregabilidade/Empreendedorismo

Comunidade de Prática do Envelhecimento

Rutis - Rede de Universidades Seniores

Rede de Apoio Alimentar de Braga

Rede de Cidades da Aprendizagem da UNESCO

Rede de Cidades Criativas da UNESCO

PROGRAMAS ÂNCORA (PA) / PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PA1.1 Pacto para a Empregabilidade Inclusiva

PA1.2 Plano para a Longevidade de Braga 2027

PE1.3 Plano de Ação da Rede de Apoio Alimentar


**PROGRAMA
ÂNCORA**
PA1.1 Pacto para a Empregabilidade Inclusiva
OBJETIVO(S)

- Promover o aumento dos níveis de qualificação e (re)integração no mercado de trabalho, das pessoas com baixos níveis de empregabilidade
- Dotar a comunidade local de informação, serviços de recursos que estimulem a capacidade empreendedora das pessoas e impulsionem o (re)ajuste das arestas do polígono do emprego, do trabalho, da formação e das políticas sociais.

COMPONENTES
LA1: Formação & Qualificação

- Novos programas de formação profissional mais ajustados a diferentes públicos (migrantes, pessoas com deficiência e/ou incapacidades, PSSA, etc).
- Ações de formação em competências básicas (desempregados em idade ativa) para a empregabilidade de forma a facilitar a integração no mercado de trabalho.
- Requalificação e reconversão profissional da população ativa (trabalhadores para ocupar novas funções dentro das empresas), através de formação para ativos empregados, mediante a disponibilidade de horário para formação em contexto empresarial.
- Iniciativas de informação, capacitação e incentivo à adoção de medidas modelos, práticas (medidas) de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e de medidas ativas de emprego e boas práticas de gestão de Recursos Humanos e responsabilidade social, junto do tecido empresarial e nas organizações dos diferentes setores.

LA2: Integração no Mercado de Trabalho

- Inclusão na APP Municipal (Braga In Coming) de um separador que interligue informação agregadora de diferentes páginas / fontes de ofertas de emprego;
- Post (plataforma de avaliação da satisfação no trabalho);
- Programa Incorpora: Inserção Profissional e Formativa (criação de medidas de apoio e benefícios mínimos para o acesso ao emprego e formação, e serviço de apoio integral em todas as fases do processo de inserção, da formação e seleção de potenciais empresas para a integração de grupos em situação de vulnerabilidade socioeconómica);
- Fire (formação para o investimento e recuperação do emprego): estudo de mercado sobre as áreas com necessidade de reconversão e requalificação profissional; literacia digital; e, etapa propedêutica e qualificante, como forma de amenizar o incómodo e ansiedade normalmente presentes no regresso ao trabalho;
- Programa de Estágios (Open Day) de alunas/os nas empresas (mentores nas empresas e nas escolas) nas pausas letivas no ensino secundário e superior / Visitas a empresas (job tours – em grupo) e experiências vocacionais de curta duração em entidades empregadoras (job shadowing – individualmente).

LA3: Empreendedorismo

- Programas e medidas de apoio ao empreendedorismo do IEFP (Programa de apoio à Criação do próprio emprego).
- Programa de Promoção do Empreendedorismo (escolas; idade avançada; migrantes; social; feminino e jovem).
- Promoção da aprendizagem e experimentação no campo das Media Arts, em diferentes graus de ensino e áreas de investigação, e organização de uma nova plataforma de cooperação para acolher artistas, investigadores, estudantes, empresas e startups na área das Media Arts.

Coordenação, avaliação e monitorização integrada do Programa âncora através da realização de reuniões trimestrais de articulação, definição de atividades em rede e para atualização do quadro de bordo (indicadores de realização), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.

PÚBLICO-ALVO
Direto

Pop. Ativa / Jovens do 3.º ciclo e Ens. Secundário

Indireto

Tecido empresarial e Comunidade em geral

INDICADORES
Realização

- Nº de pessoas que integram processos formativos nos Centros Qualifica
- Nº de empresas envolvidas nos projetos desenvolvidos pelo grupo
- Nº de alunas/os e professores envolvidos nas iniciativas de empreendedorismo e de aproximação ao mercado de trabalho

Resultado

Nº de formandos que integram o mercado de trabalho
Nº de formandos que aumentam as suas qualificações

GOVERNAÇÃO**Entidade coordenadora**

Município de Braga

Entidade(s) parceira(s)

Grupo Temático de Empregabilidade / Empreendedorismo

**LINHAS DE
FINANCIAMENTO**

PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão | Prioridade 4A / Objetivo específico: ESO4.3.

Outros mecanismos (Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; Fundação la Caixa; etc.)


**PROGRAMA
ÂNCORA**
PA1.2 Plano para a Longevidade de Braga 2027

OBJETIVO(S) Promover o envelhecimento ativo e saudável, transformando Braga num município amigo da idade e um concelho centrado na inovação e otimização de recursos e serviços na área do envelhecimento.

COMPONENTES **Projeto Red May:** dirigido a pessoas com 55 ou mais anos, visa combater o isolamento social e promover a qualidade de vida. Neste projeto são prestados, de forma gratuita, serviços de proximidade em áreas distintas como serviço social, enfermagem, neuropsicologia e psicomotricidade que poderão ser complementados com o contributo de outros profissionais, nomeadamente gerontólogos.

Programa Ativ@mente: programa que integra um conjunto de formações, workshops e ações de sensibilização e educação em diversas áreas do envelhecimento (ex., saúde, bem-estar, reforma, segurança...), concebido não só para a população mais velha, mas também para toda a população com interesse nos temas abordados.

Iniciativa Aging Braga: no âmbito do Mapa Social de Braga será potenciada a divulgação sobre informação sobre recursos, serviços, programas e iniciativas relevantes na área do envelhecimento, podendo contribuir também para o aconselhamento e educação sobre questões relacionadas com o envelhecimento. O Aging Braga constitui-se como um recurso inclusivo, acessível não apenas à população mais velha, mas também a todos aqueles que se interessem pelo tema.

Balcão Sénior 2.0 / Redes de Espaços Sénior: resposta de proximidade com caráter de itinerância pelas freguesias de Braga que pretende promover o acompanhamento humanizado aos idosos. Disponibilizará serviços e apoios específicos para os idosos, facilitando o acesso a informações sobre direitos, benefícios sociais, cuidados de saúde, atividades de lazer e contempla, ainda, a facilitação aos serviços municipais para seniores. Esta iniciativa visa aproximar o serviço público dos idosos que muitas vezes têm dificuldade de deslocar-se até os centros de atendimento, promovendo assim a inclusão e a participação dessa população.

Coordenação, avaliação e monitorização integrada do Programa Âncora através da realização de reuniões trimestrais de articulação, definição de atividades em rede e para atualização do quadro de bordo (indicadores de realização), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.

PÚBLICO-ALVO **Direto**
População com 55 ou + anos / Cuidadores/as Informais

Indireto
Comunidade em Geral

INDICADORES **Realização**
N.º de freguesias abrangidas pelo Red May
N.º de formações e workshops dinamizados
N.º de situações de isolamento e/ou vulnerabilidade social sinalizados e apoiados
N.º de iniciativas realizadas de promoção da longevidade e da vida autónoma das pessoas envolvidas

Resultado
N.º de participantes abrangidos pelo Red May e nas ações formativas
% de idosos em situação de isolamento acompanhado, envolvidos nas atividades do projeto e/ou encaminhados para outros serviços
Taxa de realização das atividades (%)
Grau de satisfação dos participantes (0 a 5)

GOVERNAÇÃO **Entidade coordenadora**
Município de Braga

Entidade(s) parceira(s)
Comunidade de Prática do Envelhecimento

LINHAS DE FINANCIAMENTO POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis
PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão / Prioridade: 4E. Mais e melhor acesso a serviços de qualidade
Outros mecanismos (Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; Fundação la Caixa; etc.)



PROJETO ESTRUTURANTE	PE1.3 Plano de Ação da Rede de Apoio Alimentar de Braga
OBJETIVO(S)	Promover a articulação entre as várias respostas, evitar duplicação de apoios e suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica.
COMPONENTES	<p>Revisão e atualização do modelo de funcionamento (normas) da RMAA</p> <p>Sessões de informação com a Juntas de Freguesia sobre o modelo de funcionamento da RMAA e medidas de apoio disponíveis no concelho (c/ o apoio do coordenador de cada CSIF / CSF)</p> <p>Workshops práticos / temáticos sobre temas ligados à alimentação, saúde e bem-estar</p> <p>Levantamento das entidades que prestam apoio alimentar informal (modelar a atribuição de apoios com mecanismos de apoio formal)</p> <p>Ações de Benchmarking com o tecido empresarial para práticas de responsabilidade social e integração laboral dos beneficiários</p> <p>Monitorização e avaliação através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto) e da realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto Pessoas em situação de vulnerabilidade social</p> <p>Indireto Comunidade em Geral</p>
INDICADORES	<p>Realização N.º de entidades envolvidas N.º de situações de vulnerabilidade social com pedido de apoio alimentar</p> <p>Resultado % de situações de vulnerabilidade social abrangidas Taxa de realização das atividades (%)</p>
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <p>Entidade(s) parceira(s) Rede de Apoio Alimentar de Braga</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão / Prioridade: 4F. Combater a privação material / POAMC - Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

EMPREGO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- **Serviços e apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar** (estruturas e serviços de apoio à família; sistemas de planeamento e organização do tempo de trabalho; medidas que promovam a igualdade na prestação de cuidados e a partilha de tarefas domésticas e familiares entre mulheres e homens);
- **Ações de capacitação profissional e pessoal em profissões marcadas por elevados níveis de informalidade e precaridade**, nos setores social, da saúde e educação, através de formações curtas, tendo em vista a qualificação e integração profissional dos destinatários ou a melhoria da sua situação no emprego;
- **Ações de sensibilização e experimentação**, nos contextos educativos, que garantam o contacto e experiência com áreas das STEAM e TIC;
- **Iniciativas de melhoria e aquisição de competências e qualificações digitais, básicas e avançadas**, em linha com a inovação, desenvolvimento tecnológico e renovação industrial e considerando a conversão de perfis profissionais.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4A / Objetivo específico: ESO4.3

- **Ações de capacitação de grupos vulneráveis**, com foco no desenvolvimento de competências pessoais e sociais básicas, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional.
- **Criação de abordagens integradas de proximidade territorial que mobilizem parcerias locais, dirigidas a NEET em situação de vulnerabilidade**, para desenvolvimento de projetos, diagnóstico de necessidades e definição de projetos de vida (prosseguimento de respostas de aprendizagem e de empregabilidade).

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D / Objetivo específico: ESO4.8

ENVELHECIMENTO E LONGEVIDADE

- **Ações de capacitação para profissionais** sobre a utilização de comunicação adequada ao nível de literacia da pessoa idosa e dos seus cuidadores;
- **Ações de formação e capacitação dirigidas a cuidadores informais** no sentido de aquisição de competências, nomeadamente de utilização das tecnologias e os serviços disponíveis para realizar o controlo das doenças crónicas e de potenciar as capacidades funcionais e de autonomia das pessoas idosas;
- **Apoiar o desenvolvimento de programas de educação/formação** dirigidos a pessoas idosas, sobre as literacias: saúde; literacia básica; financeira; e, digital;
- **Disseminar boas práticas para a promoção do envelhecimento ativo**, na redução das desigualdades em saúde, na promoção de maior informação acerca de direitos, e na melhoria da qualidade de vida da população idosa;

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11.

HÁBITOS E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

- **Ações de informação e sensibilização sobre práticas de estilos de vida saudável**, para promover a aquisição de competências que incrementem a autonomia das pessoas na gestão do seu processo de autocuidado;
- **Ações de promoção da saúde mental, da literacia em saúde e de ambientes/estilos de vida saudáveis**, ao longo do ciclo de vida, nomeadamente pelo incentivo da prática de atividade física, combate ao sedentarismo, adoção de uma alimentação equilibrada e outros fatores internos e externos.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11.

7.2 PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA

O conceito de cidade inclusiva remete-nos para um espaço(s) onde todos, independentemente dos seus contextos sociais, económicos, culturais, de identidade e género estão dotados de capacidades e dispõem de mecanismos e condições de acesso a serviços, apoios e iniciativas para usufruir de condições de vida digna (habitação, educação, saúde, emprego, etc), no sentido de participarem plena e ativamente na sociedade e de encorajarem uma maior coesão social.

É neste alinhamento, e nas orientações da própria EUROCITIES, que se adota neste pilar de ação estratégica os pressupostos e fundamentos, de que a cidade reflete os principais desafios sociais e novas formas de desigualdade que contribuem para situações mais extremas de pobreza e emergência social, que vão desde as desigualdades, pobreza, acesso a uma habitação adequada e acessível, pessoas em situação ou em risco de ficar em situação de sem-abrigo, serviços de educação de qualidade (respostas de acolhimento e de aprendizagem formal e informal), às questões relacionadas com a migração, inclusão e interculturalidade.

PÚBLICO-ALVO



PILAR 2 - CIDADE INCLUSIVA



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1.1 Promover abordagens inclusivas no processo de planeamento, execução e monitorização de projetos e iniciativas de capacitação, autonomização, empoderamento e inclusão social de pessoas em situação e/ou risco de vulnerabilidade social

OE1.2 Garantir a igualdade de oportunidades às pessoas no acesso e usufruto de recursos, serviços e apoios, mitigando contextos e situações de desigualdade e emergência social

PLANOS E INSTRUMENTOS LOCAIS

Estratégia Local de Habitação

Carta Educativa Municipal de Braga

Projeto Educativo Local de Braga

Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Braga 2022-2027

Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificação Intermédias da NUTS III Cávado

Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) Cávado 2030

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Conselho Municipal de Educação de Braga

Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

Rede Portuguesa de Cidades interculturais

Rede das Cidades Amigas das Crianças (UNICEF Portugal)

Comunidade de Prática da Infância e Juventude

Comunidade de Prática para a Deficiência

NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

Equipa para a Igualdade na Vida Local

Fórum Concelhio para a Igualdade de Género e Combate à Violência Doméstica

Conselho Municipal para a Integração, Interculturalidade e Imigrantes

PROGRAMAS ÂNCORA (PA) / PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PA2.1 Plano de Ação Integrado para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA)

PE2.2 CLDS 5G – Braga + Próxima

PA2.3 Plano de Ação Integrado para a Infância e Juventude

PA2.4 Plano de Ação Integrado na área da Deficiência / Incapacidades

PE2.5 Plano Municipal para a Integração de Migrantes

PA2.6 Plano de Ação Integrado do Fórum Concelhio para a Igualdade e Combate à Violência

PE2.7 Radar Social



PROGRAMA ÂNCORA	PA2.1 Plano de Ação Integrado para as PSSA
OBJETIVO(S)	Garantir a implementação de uma abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção neste fenómeno, de resposta aos novos desafios das pessoas que permanecem ou estejam em risco de situação de sem abrigo
COMPONENTES	<p>LA1. EMERGÊNCIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar e medir resultados operacionais das respostas de emergência a PSSA existentes na Cidade de Braga; - Reforço da capacidade de alojamento de emergência (protocolos com unidades hoteleiras e/ou residenciais para situações excecionais) e da resposta Housing First / Housing LED (necessidade de revisão do valor de participação); - Criação de outras respostas inovadoras e ajustadas às necessidades das PSSA. <p>LA2. ESTABILIZAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação / Reforço de equipas pluridisciplinares de gestores de caso que assegurem o acompanhamento psicossocial e o acesso aos recursos existentes na comunidade; - Criação do Espaço DROP IN (espaço para a dinamização de oficinas, ateliês e outras atividades); - Programa de Promoção da Saúde Mental (com a supervisão e orientação da UMINHO e com a Casa de Saúde de Bom Jesus - trabalhar competências de saúde; autoestima; imagem e bem-estar). <p>LA3. CAPACITAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de capacitação e formação pessoal, emocional e profissional à medida das competências cognitivas, psicológicas, emocionais e estados de saúde física e mentais; - Programa de Capacitação para o Grupo NPISA de Braga (escola de pares; gestão de casos); - Programas de voluntariado, ocupação e mentoria. <p>LA4. INTEGRAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de promoção empregabilidade e a inserção profissional adequadas às características e vulnerabilidades das pessoas em situação de sem-abrigo; - Skills Academy (revisitação do modelo de gestão da “House of Skills” Braga; ações de capacitação dos PSSA com Competências Básicas e Profissionais; estabelecer novos serviços de formação-ação para a empregabilidade). <p>LA5. PREVENÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização e atualização do diagnóstico local, com a caracterização de potenciais situações de risco e da existência de situações de pessoas que vivenciam a condição de sem-abrigo, numa lógica multidimensional e de ciclo de vida, bem como os recursos existentes; - Programa de prevenção e tratamento de comportamentos aditivos e dependências; - Produção de materiais de sensibilização sobre o fenómeno das PSSA, dirigido à comunidade em geral e grupo-alvo. <p>LA6. Coordenação, avaliação e monitorização integrada do Programa âncora através da realização de reuniões trimestrais de articulação, definição de atividades em rede e para atualização do quadro de bordo (indicadores de realização), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto PSSA ou pessoas em risco de situação de sem-abrigo</p> <p>Indireto Comunidade em geral</p>
INDICADORES	<p>Realização N.º de Pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) abrangidas N.º de Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão habitacional</p> <p>Resultado % de Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão habitacional com gestor de caso % de Pessoas em situação de sem-abrigo abrangidas que deixaram esta condição e/ou integram o mercado de trabalho</p>
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <p>Entidade(s) parceira(s) NPISA Braga</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	<p>POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis Outros mecanismos (Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; Fundação la Caixa; etc.)</p>


PROJETO ESTRUTURANTE
PE2.2 CLDS 5G – Braga + Próxima
OBJETIVO(S)

Promover a resiliência comunitária e a inclusão social através do fortalecimento da Rede Social, garantindo uma resposta eficaz e integrada em contextos de intervenção, emergência social e a cenários de exceção, com foco na sustentabilidade e no bem-estar das populações mais vulneráveis.

COMPONENTES

Estratégia Integrada de Intervenção Social e de promoção de acesso aos serviços essenciais (i) definição de um Modelo de atendimento e intervenção social integrado e de proximidade para satisfação das necessidades reais das pessoas mais vulneráveis; ii) implementação do modelo de gestão de casos que promova o acompanhamento individual, de proximidade e de trabalho multidisciplinar; e, iii) disponibilização de mecanismos de acesso a apoios sociais e promoção de respostas inovadoras que melhorem a referênciação e intervenção social com pessoas em situação de vulnerabilidade).

Estratégia de Empoderamento e de Mobilidade Social dos agregados familiares mais vulneráveis na Comunidade (i) Mecanismos de Cidadania Plena – desenvolver experiências culturais, ambientais e de educação, criando oportunidade de facilitação da participação das pessoas mais vulneráveis nos eventos e dinâmicas da comunidade; ii) Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social para dotar os participantes de competências transversais, para a empregabilidade, empreendedorismo, literacia financeira e aperfeiçoamento de estratégias de estimulação cognitiva, de inteligência emocional e bem-estar; e, iii) Oportunidades para a Mobilidade Social de Crianças e Jovens).

Programa Ativação dos Direitos em Rede (i) Direitos em Ação – promover a ativação dos direitos e deveres dos cidadãos mais vulneráveis, reforçando a aproximação dos serviços, disponibilizando informação sobre a ativação dos direitos e deveres e de aconselhamento e sobre os mecanismos de apoio social e económico; ii) Parcerias para a Inclusão Social – promover o benchmarking com o tecido empresarial e Instituições para a promoção da integração laboral das pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social; e, iii) Informar para Transformar - desenvolver instrumentos de informação e orientação, como manuais/guias de apoio e orientação social que permitam identificar os recursos e serviços a utilizar para ultrapassar situações de vulnerabilidade social).

Programa Comunidade em Ação (i) Rede em Prática - garantir a regular interação dos parceiros da Rede Social, através da facilitação das Comunidades de Prática, Grupos Temáticos e Comissões Sociais e a capacitação para o trabalho colaborativo e para a coesão social e territorial; ii) Oficina de Inovação e Futuro – levantamento participativo das vulnerabilidades e potencialidades da comunidade e implementação de soluções inovadoras para mitigar/resolver os desafios sociais prioritários identificados pela comunidade; e, iii) Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa - envolver o Tecido Empresarial na resolução de desafios sociais emergentes locais).

Programa Integrado para as Pessoas em Situação de Sem-abrigo (PSSA) (i) Mecanismos para a Integração Social: reabilitação das capacidades e competências sociais das PSSA, através do desenvolvimento de atividades integradas e estruturadas de participação; ii) Intervenção Inovadora – reforçar o conhecimento sobre as práticas e metodologias para uma ação mais eficaz e eficiente e para a criação de respostas sociais inovadoras; iii) Programa de Desenvolvimento Pessoal e Social – dotar os PSSA de competências transversais, dando relevância ao seu potencial humano, empoderando para a participação cívica e melhoria do bem-estar pessoal e de satisfação com a vida; e, iv) Informar para Transformar – desenvolver ações de Informação, sensibilização e educação sobre o fenómeno das PSSA, dirigido à comunidade em geral e grupo-alvo).

Estratégia de Prevenção para a Emergência Social (i) Rede Local de Prevenção de Emergência Social – promover em parceria com os agentes sociais locais e o tecido empresarial um modelo de intervenção em rede para situações de emergência social; ii) Modelo de capacitação para a intervenção em crise comunitária e de emergência social – proporcionar aos técnicos da Rede Social a aquisição de conhecimentos e competências para agir e melhorar a gestão dos riscos de situações de crise e de emergência social; e, iii) Realização de ações de (in)formação e sensibilização para a população em geral de modo a prevenir comportamentos de risco e a adotar procedimentos adequados de proteção e segurança).

Coordenação, Avaliação de Impacto Social e Estratégia de Comunicação e Marketing (i) Definir um modelo de avaliação de impacto e acompanhamento especializado de monitorização das ações, apoiando e reajustando a execução das atividades, capacitação e avaliação do impacto social; ii) elaborar uma estratégia de comunicação e marketing que fortaleça a presença e o impacto do CLDS 5G em Braga; e, iii) realização de relatórios acompanhamento das atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS).

PÚBLICO-ALVO
Direto

Pessoas em situação ou em risco de vulnerabilidade social

Indireto

Instituições; Tecido Empresarial; Universidades; e, Comunidade em geral

INDICADORES
Realização

N.º Atividades apoiadas do Programa CLDS

N.º de destinatários envolvidos nas atividades
N.º de instituições parceiras envolvidas

Resultado

% de Atividades concluídas do Programa CLDS
N.º de produtos gerados com as atividades realizadas
Grau de satisfação das entidades envolvidas (%)

GOVERNAÇÃO

Entidade coordenadora

Município de Braga

Entidade(s) parceira(s)

Parceiros do CLAS

**LINHAS DE
FINANCIAMENTO**

Pessoas 2030 - Programa da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão | Prioridade 4E. Mais e melhor acesso a serviços de qualidade | ESO4.11-05 - Abordagens territoriais para a inclusão

**PROGRAMA
ÂNCORA****PA2.3 Plano de Ação Integrado para a Infância e Juventude****OBJETIVO(S)**

Reforçar a capacidade de respostas e diversificar os serviços de apoio de atuação precoce, que facilitem a integração social, o bem-estar biopsicossocial e o desenvolvimento de competências no ambiente familiar, escolar e comunitário.

COMPONENTES**LA1. Receção e integração de crianças e jovens Migrantes**

- Criação/Reforço de Programas de Aprendizagem Português Língua Não Materna, em articulação com os contextos educativos e formativos, para facilitar a receção e integração de migrantes;
- Gestão Municipal de Programas de Aprendizagem da Língua Portuguesa (facilitar a constituição de grupos mais homogêneos e realizar um diagnóstico de proximidade sobre os fatores motivacionais para a frequência);
- Mediação Intercultural (desenvolvimento e implementação de iniciativas de capacitação/formação e/ou produção de recursos de educação formal ou educação não formal em contexto escolar ou contextos complementares).

LA2. Intervenção precoce, Apoio psicoterapêutico e Bem-estar

- Implementação de programas de prevenção e intervenção, ações de formação e supervisão para identificação e monitorização de problemas de desenvolvimento e saúde física e mental
- Práticas de prevenção no âmbito da Intervenção de 1.ª Linha (reforço do modelo de atuação/articulação em rede e da comunidade de prática para reflexão e partilha de recursos; reforço da capacitação dos recursos humanos dos serviços de 1.ª linha; Informação aos pais sobre estratégias de deteção de sinais de perturbações de desenvolvimento);
- Reforço de recursos para os serviços de intervenção precoce e apoio psicológico em contextos educativos para a promoção da Saúde Mental na 1.ª infância;
- Práticas de promoção do sucesso educativo (Aquisição de Recursos Educativos Digitais para a fase de preparação da época de exames / provas nacionais; Programa de Promoção de Competências de Literacia Comunicacional, Leitura e Escrita (consciência fonológica); Programas de Promoção de Competências Pessoais, Sociais e Comportamentais; e, Programa de Desenvolvimento de Liderança).

LA3. Parentalidade e Inclusão

- Implementação de Programas e Iniciativas de Parentalidade (ações de sensibilização, informação e capacitação parental para famílias em situação de vulnerabilidade social e outros públicos estratégicos).
- Programa incluir: plano municipal de férias inclusivo, criado a pensar numa resposta educativa e social que satisfaça as necessidades das crianças e jovens abrangendo os períodos de férias letivas, e que proporciona uma ocupação lúdico-pedagógica dos tempos livres, por via da Educação pela Arte e Cultura, Ambiental e Desportiva.
- Iniciativas de inclusão e educação não formal: promoção da literacia cultural, através do contacto com práticas artísticas enquanto espectadores, no contexto escolar e fora deste; atividades de desenvolvimento de competências básicas, pessoais e sociais, promotoras de autonomia e de inclusão social; e, dinamização de práticas artísticas e culturais que permitam o envolvimento direto dos destinatários em experiências artísticas e/ou culturais, não exclusivamente como espectadores, mas como participantes ativos na criação ou coprodução.

LA4. Respostas Sociais para Infância e Juventude

- Requalificação do edificado e reconfiguração do modelo de funcionamento das Casas de Acolhimento, que passam a ser Casas de Acolhimento Especializado (jovens com problemas de saúde mental, aditivos e outras problemáticas)

LA5. Coordenação e Capacitação

- Criação do Núcleo de Garantia para a Infância (coordenação de informação e serviços de intervenção 1.ª e 2.ª linha);
- Elaboração do Plano Local das Cidades Amigas das Crianças;
- Coordenação, avaliação e monitorização integrada do Programa Âncora através da realização de reuniões trimestrais de articulação, definição de atividades em rede e para atualização do quadro de bordo (indicadores de realização), realização de relatórios acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.

PÚBLICO-ALVO**Direto**

Crianças e jovens e famílias

Indireto

Comunidade em geral

INDICADORES**Realização**

N.º de Agrup. escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo
N.º de Crianças e alunas/os abrangidos pelos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar

Resultado

% de alunas/os dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos

GOVERNAÇÃO**Entidade coordenadora**

Município de Braga

Entidade(s) parceira(s)

Comunidade de Prática da Infância e Juventude

**LINHAS DE
FINANCIAMENTO**

POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis / Portugal Inov. Social
PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
FAMI 2030 – Programa do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
Outros mecanismos (Fundação La Caixa; etc.)



PROGRAMA ÂNCORA	
PA2.4 Plano de Ação Integrado na área da Deficiência / Incapacidades	
OBJETIVO(S)	Adotar uma abordagem de intervenção em rede que reforce a capacidade de atuação e implementação de iniciativas locais de inclusão, acesso aos direitos, respeito à dignidade e autonomia das pessoas com deficiência e incapacidade
COMPONENTES	<p>LA1. Inclusão e Inserção Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Inclusão e Inserção Profissional (reforço da divulgação das atividades socialmente úteis junto do tecido empresarial e formação para o acolhimento e acompanhamento em contexto laboral; reforço da medida de emprego protegido com apoio e acompanhamento no local de trabalho em articulação com o gestor de caso / responsável pela supervisão na empresa / pontes com as famílias) - Criação de um Centro de Formação Profissional para Pessoas com Deficiência (ligação com o IEPF, escolas e tecido empresarial); - Formação e sensibilização das famílias para a autonomização e vida independente (em contexto laboral) e do tecido empresarial para o processo de integração profissional/laboral (modelos de integração, acompanhamento e condições laborais oferecidas). <hr/> <p>LA2. Participação e Inclusão Ativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arte Inclusiva (Implementação de oficinas /residências artísticas nas organizações com base em cocriações artísticas alinhadas com um conceito único anual; Integração de espetáculos no programa cultural do Município; Criação de um centro de artes inclusivo para a dinamização de oficinas / workshops / sessões de prática artística em comunidade; Mecanismos de formação e profissionalização deste público no domínio artístico); - Ações de promoção dos princípios do design universal para facilitar a acessibilidade às iniciativas e eventos culturais, lúdicos, recreativos e desportivos, ao acesso a ambientes físicos, de informação e comunicação acessíveis e resilientes. <hr/> <p>LA3. Intervenção em Rede</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico de proximidade na comunidade e precoce nos contextos educativos; - Criação de uma metodologia de intervenção integrada / metodologia de gestão de casos para avaliar as possíveis respostas pós-escola (interligação entre ELI + CRI + CAVI/SAVI + CACI); - Formação e capacitação dos agentes educativos para a intervenção com as pessoas com deficiência; - Articulação dos Bancos de Produtos de Apoio (gestão e concertação local; guia de recursos dos bens que cada parceiro dispõe). <hr/> <p>LA4. Coordenação, avaliação e monitorização integrada do Programa âncora através da realização de reuniões trimestrais de articulação, definição de atividades em rede e para atualização do quadro de bordo (indicadores de realização), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto Pessoas com deficiência e/ou incapacidades</p> <hr/> <p>Indireto Parceiros do CLAS e Comunidade em Geral</p>
INDICADORES	<p>Realização</p> <ul style="list-style-type: none"> N.º de organizações abrangidas pelas atividades N.º de iniciativas realizadas de promoção de inclusão ativa pela arte e cultura N.º de iniciativas realizadas de promoção da inclusão e Inserção Profissional <hr/> <p>Resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> N.º de participantes abrangidos pelas linhas de ação do programa Taxa de realização das atividades (%) Grau de satisfação dos participantes (0 a 5)
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <hr/> <p>Entidade(s) parceira(s) Comunidade de Prática da Deficiência</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis / Portugal Inovação Social PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão


**PROJETO
ESTRUTURANTE**
PE2.5 Plano Municipal para a Integração de Migrantes

OBJETIVO(S)	Dotar o Município de Braga, de 1 Plano Municipal para a Integração de Migrantes
COMPONENTES	<p>Elaboração do Diagnóstico das características, dificuldades e necessidades das comunidades migrantes e de acolhimento no Município (recolha, análise e tratamento de informação quantitativa sobre a dinâmica migratória do concelho, e de informação qualitativa numa lógica de auscultação e participação da população migrante residente e instituições que intervêm com este grupo-alvo sobre as necessidades e problemáticas vivenciadas).</p> <p>Conceção e Implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (identificação das principais áreas de intervenção, ações e projetos; planeamento da realização das atividades em articulação com os parceiros estratégicos; execução das ações e projetos previstos em Plano).</p> <p>Implementação de iniciativas promotoras de interculturalidade (formação para o capital humano das entidades empregadores sobre competências interculturais; implementação de programa de tutoria e mentoria entre estudantes locais e alunas/os migrantes; dinamização de clubes e/ou atividades extracurriculares inclusivas que envolvam estudantes de diferentes origens culturais e respetivas famílias).</p> <p>Monitorização e avaliação do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto) e da realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto População Migrante</p> <p>Indireto Comunidade em geral</p>
INDICADORES	<p>Realização N.º de pessoas migrantes envolvidas N.º de projetos, ações e atividades realizadas</p> <p>Resultado Taxa de realização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes % de pessoas certificadas em formação de competências interculturais</p>
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <p>Entidade(s) parceira(s) CLAIM; Rede das Cidades Interculturais; Associações de Imigrante.</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	FAMI 2030 – Programa do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração



PROGRAMA ÂNCORA	PA2.6 Plano de Ação Integrado do Fórum Concelhio para a Igualdade e Combate à Violência
OBJETIVO(S)	Reforçar as respostas territoriais e a atuação em rede ao nível do atendimento e apoio especializado, da prevenção e da intervenção em rede no domínio da violência de género e de violência doméstica.
COMPONENTES	<p>LA1. Prevenção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Municipal de Prevenção (agregador de boas práticas) – implementação pelas diferentes entidades (ART'THEMIS; Cáritas e APAV) de ações de prevenção por mancha geográfica para uma maior cobertura territorial; - Levantamento dos projetos desenvolvidos pelos parceiros; - Criação de uma metodologia de base comum e harmonização de temas / abordagens, procedimentos e instrumentos de intervenção; - Planeamento da implementação e organização territorial das entidades; - Monitorização, avaliação e comunicação (reprodução e replicação de materiais didático pedagógicos e instrumentos já desenvolvidos). <hr/> <p>LA2. Serviços de 1.ª Linha</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a capacidade instalada e o financiamento das Estruturas de Acolhimento de Emergência; - Integração das Estruturas de Atendimento como respostas sociais típicas com acordo de cooperação para garantir maior sustentabilidade nesta tipologia de respostas; - Criação do Gabinete Especializado de Apoio e Atendimento a Vítimas Migrantes; - Criação do Gabinete Especializado de Apoio e Atendimento a Vítimas de Violência Sexual; - Reforço da articulação com o Gabinete Especializado de Apoio e Atendimento a Vítimas LGBTQIA+, a nível distrital. <hr/> <p>LA3. Capacitação Técnica e Supervisão Científica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de formação de curta duração para serviços de intervenção de social direta (CPCJ; SAAS; NLI; Forças de Segurança; Escolas; Justiça; Saúde; EMAT; etc...) sobre vitimização, violência e assédio sexual, entre outros, bem como informação sobre o modelo de sinalização e encaminhamento para as Estruturas de Atendimento à Vítima; - Ações de formação intensiva (CPCJ; EMAT; Estrutura de Apoio à Vítima; e, Estrutura de Acolhimento de Emergência) adequado às necessidades dos grupos; - Ação de formação especializada sobre vitimização para diferentes públicos (migrantes, pessoas com deficiência, população idosa). <hr/> <p>LA4. Coordenação, avaliação e monitorização integrada do Programa âncora através da realização de reuniões trimestrais de articulação, definição de atividades em rede e para atualização do quadro de bordo (indicadores de realização), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto Pessoas vítimas de violência ou em risco de violência</p> <hr/> <p>Indireto Parceiros do CLAS e Comunidade em Geral</p>
INDICADORES	<p>Realização</p> <ul style="list-style-type: none"> N.º de organizações abrangidas pelas atividades N.º de iniciativas prevenção realizadas N.º de iniciativas capacitação realizadas N.º de participantes abrangidos pelas linhas de ação do programa <hr/> <p>Resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> Taxa de realização das atividades (%) Grau de satisfação dos participantes (0 a 5)
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <hr/> <p>Entidade(s) parceira(s) Fórum Concelhio para a Igualdade de Género, Prevenção e Combate à Violência Doméstica</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	<p>POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis / Portugal Inovação Social</p> <p>PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão</p> <p>Outros mecanismos (EEA Grants; Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CERV)).</p>


PROJETO ESTRUTURANTE **PE2.7 Radar Social**

OBJETIVO(S) Até março de 2026 registar num sistema nacional de georreferenciação 4.000 potenciais pessoas em situação de pobreza e exclusão social

COMPONENTES **Georreferenciação Social do Território** (Implementar um sistema integrado de georreferenciação social de âmbito municipal que identifique, pessoas, famílias e grupos, em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social; e, georreferenciar recursos, respostas e soluções, a nível local/regional, promovendo a participação e sustentabilidade das comunidades).

Elaboração e implementação do Plano de Ação (Referenciação em contexto de vida, da pessoa ou a família em situação de vulnerabilidade social; Realização da avaliação social preliminar e prospetiva da situação sociofamiliar, registando o seu resultado no sistema integrado de georreferenciação; Informação/orientação da pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede dos serviços de atendimento e acompanhamento social ou dos parceiros da Rede Social, mediante a ativação do sistema integrado de referenciação; e, Ativação direta da rede de recursos locais da Rede Social local, sempre que da referenciação resultar a necessidade de uma intervenção social emergencial).

Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.

PÚBLICO-ALVO **Direto**
Pessoas em situação de vulnerabilidade social

Indireto
Famílias e comunidade em geral

INDICADORES **Realização**
Nº de visitas domiciliárias realizadas
Nº de pessoas georreferenciadas
Nº de encaminhamentos realizados

Resultado
% de execução das visitas realizadas
% de pessoas georreferenciadas

GOVERNAÇÃO **Entidade coordenadora**
Município de Braga

Entidade(s) parceira(s)
Parceiros do CLAS

LINHAS DE FINANCIAMENTO PRR Resiliência | Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADES

- **Ações de informação, avaliação e orientação de qualificação e emprego das Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PCDI)**, que possibilitem aquisição e desenvolvimento de competências profissionais, adaptadas a essas pessoas, apoiando a colocação e acompanhamento pós-colocação, a mediação com empregadores, facilitando a transição para regime normal de trabalho.
- **Ações de promoção de empregabilidade** através de estratégias de promoção das Atividades Socialmente Úteis.
- **Aprofundamento e alargamento do Modelo de Apoio à Vida Ativa Independente (MAVI)**, enquanto serviço de base comunitária, e que contribui para a sua não institucionalização.
- Promoção da valorização das PCDI através da sua **qualificação técnica e profissional e integração no mercado de trabalho**, e da participação cívica e política.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D e 4E / Objetivos específicos: ESO4.8. e ESO4.11

DESIGUALDADES E EMERGÊNCIA SOCIAL

- **Programas e ações de capacitação para a inclusão de públicos estratégicos** para o desenvolvimento de competências de natureza pessoal e social básicas, que se assumem como críticas para a (re)inserção social e profissional.
- **Dinamização de Planos locais de inclusão da população cigana**, desde a conceção, diagnóstico participado, em função das necessidades e potencialidades dos territórios, à sua implementação e avaliação.
- **Ações de apoio à integração de mediadores municipais e facilitadores culturais** para a população imigrante e cigana;
- Atuar de forma integrada nas situações de múltipla exclusão associadas ao défice de qualificações, ao **acesso ao mercado de trabalho e a habitação digna por parte das pessoas em situação de vulnerabilidade**.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11

INFÂNCIA E JUVENTUDE

- **Ações integradas de proximidade territorial que mobilizem parcerias locais, dirigidas a NEET em situação de vulnerabilidade**, para desenvolvimento de projetos de aquisição de competências transversais, diagnóstico de necessidades e definição de projetos de vida, para prosseguimento de respostas de aprendizagem e de empregabilidade.
- **Medidas de prevenção e acompanhamento da saúde física e mental na infância e adolescência**, com vista ao desenvolvimento de gerações saudáveis.
- **Promoção de projetos de desenvolvimento social**, de âmbito local, que concorram para a prossecução dos objetivos da Garantia para a Infância.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4E / Objetivo específico: ESO4.11

MIGRAÇÃO, INCLUSÃO E INTERCULTURALIDADE

- **Ações de aprendizagem da língua portuguesa**, de alfabetização e competências básicas a mobilizar em contexto de integração no mercado de trabalho.
- **Ações de imersão na língua**, através de atividades socioculturais e sobre direitos e deveres de cidadãos estrangeiros.
- **Ações de capacitação, com atividade de diagnóstico, elaboração, implementação, monitorização, divulgação e avaliação de respostas e recursos de apoio à integração** dos públicos-alvo e o apoio a ações de valorização das diversidades culturais, linguísticas e religiosas.
- **Apoio à criação e funcionamento de estruturas e respostas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado**, que assegurem o acesso à informação em diferentes línguas e suportes a migrantes, nomeadamente através de parcerias com a sociedade civil.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D e 4E / Objetivo específico: ESO4.8. e ESO4.11

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- **Ações de sensibilização e qualificação de famílias, pessoas, profissionais, outros agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva**, nas mais diversas áreas (e.g. justiça, forças de segurança, saúde, segurança social, entidades do setor social, associações).

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D e 4E / Objetivo específico: ESO4.8. e ESO4.11

7.3 PILAR 3 - GOVERNAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

A Governação para a Inovação encaixa, não só os mecanismos clássicos de funcionamento, capacitação e espaços/dinâmicas de partilha e cooperação dos parceiros do CLAS, mas simultaneamente as dimensões da igualdade de oportunidades, a capacidade instalada de respostas sociais e das alterações que a médio/longo terão de ser equacionadas face aos novos desafios sociais e perfis das pessoas (retardamento da institucionalização) e do cariz identitário do concelho enquanto ecossistema local de inovação social e sustentabilidade.

A Rede Social de Braga tem vindo a assumir-se como um modelo de boa prática, no domínio da inovação social, pelo trabalho realizado e capacidade técnica de experimentação, adaptação e implementação de programas e medidas de empreendedorismo social, que espelha as características do capital social local, e a forma inovadora e criativa dos espaços, fluxos e dinâmicas que foram sendo impulsionadas para responder às necessidades e desafios sociais do território.

É neste contexto que este pilar de ação estratégico assume como etapa seguinte de alavancagem para princípios de excelência na Rede Social de Braga, a aposta na maior interatividade e relação entre os diversos atores do território, envolvimento e participação ativa dos atores locais, indivíduos e organizações, e a incorporação de uma dinâmica capaz de:

- Integrar processos de transformação digital nas organizações e nas pessoas, criando oportunidades e respondendo aos desafios da modernização e da acessibilidade à informação e comunicação para todas as pessoas;
- Assumir uma estratégia de coesão social, em parceria com organizações locais e centros de investigação, centrada em processos de empreendedorismo e inovação social, mobilizando recursos, serviços de apoio e infraestruturas para que potenciais empreendedores possam testar novos modelos de atuação para resposta aos desafios sociais.
- Capacitar e mobilizar os parceiros do CLAS para novas formas de planeamento, atuação e desenvolvimento de soluções, numa lógica integrada, e que impulsionem transformações mais sustentáveis e inclusivas.

PÚBLICO-ALVO

ORGANIZAÇÕES DO CLAS DE BRAGA



EMPREENDEDORES



PILAR 3 - GOVERNAÇÃO PARA A INOVAÇÃO



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE3.1 Garantir a igualdade de oportunidades às pessoas no acesso e usufruto de recursos, serviços e apoios, mitigando contextos e situações de desigualdade e emergência social

OE3.2 Consolidar Braga como um Laboratório de Inovação, Criatividade e de Empreendedorismo Social, na resposta aos desafios sociais do território

REDES E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Human Power Hub

PROGRAMAS ÂNCORA (PA) / PROJETOS ESTRUTURANTES (PE)

PE 3.1 Human Power Hub

PE 3.2 Plano de Capacitação e Inovação no CLAS de Braga

PE 3.3 Observatório Social de Braga



PROJETO ESTRUTURANTE	PE3.1 Human Power Hub
OBJETIVO(S)	Criar um ambiente dinâmico e colaborativo onde empreendedores sociais, investidores, académicos, líderes comunitários e outros stakeholders têm a possibilidade de se conectar, aprender e colaborar para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis.
COMPONENTES	<p>Ativação da Comunidade e Ecossistema de Inovação Social: ativação e adoção de uma abordagem de envolvimento da quádrupla hélice, que promove a colaboração entre Setor Público, Privado, Academia e Economia Social, através das seguintes atividades: i) Seminário Empreendedorismo Social (Roadshow); ii) New Season: Evento anual que marca o início de um novo ciclo de atividades do HPH; e, iii) Festival da Inovação Social.</p> <p>Incubação: incubação de ideias e/ou projetos, já estabelecidos ou não, através da disponibilização de um espaço e equipamentos cedidos aos empreendedores para que possam desenvolver e maturar as suas ideias e projetos e torná-los em projetos de qualidade e com elevado potencial de impacto e suporte e mentoria especializados ao longo do processo.</p> <p>Aceleração: programa composto por uma open call anual de 30 dias, seguida de um processo de scaling que decorre ao longo de 6 meses. Inicia-se com o processo de diagnóstico estratégico para identificar as necessidades específicas de cada projeto, desenvolver estratégias de impacto personalizadas, focadas na sustentabilidade e escalabilidade. Durante a fase de capacitação e desenvolvimento, trabalhamos as capacidades de gestão e operacionalização dos empreendedores através de formação integrada e mentoria contínua, enquanto promovemos a expansão e internacionalização das suas redes através de alianças estratégicas.</p> <p>Capacitação: os programas de capacitação do HPH desempenham um papel crucial na formação e desenvolvimento de indivíduos comprometidos com a inovação social, sustentabilidade e empreendedorismo. A este nível, as iniciativas visam sensibilizar e capacitar diversos públicos, desde jovens estudantes a empreendedores já estabelecidos, através das seguintes atividades: i) Programa de Aceleração HPH; ii) Bootcamp das Organizações Sociais; iii) Tech4good (impulsionar iniciativas empreendedoras digitais que visam a "tecnologia para o bem"); iv) ISA Braga; v) Dia do Impacto; e, vi) HPH Summer School (programa intensivo destinado a jovens, que visa capacitá-los em áreas relacionadas à inovação social, sustentabilidade e empreendedorismo).</p> <p>Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto Técnicos de Organização do CLAS; Jovens entre os 16 e os 30 anos; Pop. Adulta</p> <p>Indireto Comunidade em geral</p>
INDICADORES	<p>Realização Nº de pessoas abrangidas diretamente pela operação</p> <p>Resultado N.º de processos de incubação, aceleração e capacitação concluídos no período de execução do projeto</p>
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora BragaHabit - Human Power Hub</p> <p>Entidade(s) parceira(s) Município de Braga; Parceiros do CLAS; Rede de Incubadoras de Inovação Social / Iniciativas de Empreendedorismo e Inovação Social</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR NORTE 2030 - Portugal Inovação Social Centros para o Empreendedorismo de Impacto. Outros mecanismos (Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; Fundação la Caixa)


PROJETO ESTRUTURANTE
PE3.2 Plano de Capacitação e Inovação no CLAS de Braga

OBJETIVO(S)	<p>- Até dezembro de 2030, assegurar a realização de pelo menos 1 iniciativa de capacitação em inovação social para gerar novos modelos e abordagens inovadoras face aos desafios da sociedade contemporânea e do atual ciclo de fundos estruturais.</p> <p>- Até dezembro de 2030, assegurar a realização de pelo menos 2 iniciativas formativas para o desenvolvimento de competências e aumento dos níveis de capacitação de agentes para uma intervenção qualificada para o desenvolvimento e coesão territorial</p>
COMPONENTES	<p>Capacitação Organizacional em Rede (Elaboração do diagnóstico de necessidades formativas, do plano de formação e capacitação anual, e planeamento do processo de implementação do plano formativo; e, Implementação do Plano de Formação e Capacitação em novos modelos de intervenção em rede e de articulação interinstitucional, nos domínios de informação, participação e negociação no âmbito das políticas sociais, e em processos de requalificação das comissões sociais de freguesia e inter-freguesias).</p> <p>Programa de Capacitação Rede em Ação (Formação-Ação): Grupos de formação para refletir sobre o modelo de organização e funcionamento e introduzir melhorias aos serviços prestados às populações e aos processos de gestão e das qualificações dos dirigentes e dos trabalhadores; e, Ações de Capacitação organizacional e comunitária para a sustentabilidade financeira, ambiental e transição digital.</p> <p>Capacitação para a Inovação Social e Transição Digital (Bootcamps de Empreendedorismo e Inovação Social e Programas de Formação Digital para a modernização dos serviços e sistemas de gestão institucional).</p> <p>Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto Comunidade em geral e Parceiros do CLAS</p> <p>Indireto IPSS's; Centro Distrital de Segurança Social; Plataforma Supraconcelhia do Cávado</p>
INDICADORES	<p>Realização N.º de ações de capacitação organizacional realizadas N.º de ações de capacitação para a inovação social realizadas N.º de participantes envolvidos nas ações</p> <p>Resultado Taxa de realização das atividades (%) Grau de satisfação das entidades envolvidas</p>
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <p>Entidade(s) parceira(s) Parceiros do CLAS</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	<p>POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis / Portugal Inovação Social PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão Outros mecanismos (Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; Fundação la Caixa)</p>


PROJETO ESTRUTURANTE
PE3.3 Observatório Social de Braga

OBJETIVO(S)	Dotar a Rede Social concelhia de um instrumento de apoio à gestão sobre a rede de respostas, serviços e equipamentos sociais e de saúde.
COMPONENTES	<p>Montagem técnico-institucional do projeto (definição da metodologia de elaboração da Carta Social; criação de um grupo de trabalho para apoio e acompanhamento do processo de elaboração da Carta Social; e, planeamento e calendarização das etapas de levantamento, produção e aprovação do instrumento de planeamento territorial);</p> <p>Criação e manutenção do Observatório Social de Braga, enquanto instrumento de partilha de informação e monitorização das dinâmicas territoriais de forma atempada e sistemática de indicadores e georreferenciação das respostas e serviços existentes no concelho.</p> <p>Elaboração da Carta Social de Braga que inclua a caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica, socioeconómica e física; o mapeamento dos serviços e equipamentos sociais e de saúde existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos; e um cenário prospetivo que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais e de saúde, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada concelho.</p> <p>Coordenação, avaliação e monitorização do projeto através da atualização do quadro de bordo (indicadores de projeto), realização de relatórios de acompanhamento das principais atividades realizadas e resultados obtidos e apresentação semestral ao CLAS.</p>
PÚBLICO-ALVO	<p>Direto Comunidade em geral e Parceiros do CLAS</p> <p>Indireto IPSS's; Centro Distrital de Segurança Social; Plataforma Supraconcelhia do Cávado</p>
INDICADORES	<p>Realização N.º de respostas sociais existentes N.º de organizações envolvidas Taxa de Cobertura no concelho nas diferentes respostas sociais</p> <p>Resultado % das respostas sociais existentes mapeadas % de organizações envolvidas</p>
GOVERNAÇÃO	<p>Entidade coordenadora Município de Braga</p> <p>Entidade(s) parceira(s) Parceiros do CLAS</p>
LINHAS DE FINANCIAMENTO	POR Norte 2030 / Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis / Portugal Inovação Social PESSOAS 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão Outros mecanismos (Fundação Calouste Gulbenkian – Cidadania Ativa; Fundação la Caixa)

PORTEFÓLIO DE AÇÕES COM POTENCIAL DE MOBILIZAÇÃO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDS

INOVAÇÃO SOCIAL

- **Incentivos para a inovação social:** apoio ao empreendedorismo e inovação social, através da capacitação para a inovação social e do desenvolvimento de parcerias para a inovação social e dinamização dos ecossistemas sociais.
- **Iniciativas inovadoras que visem a não institucionalização e vida autónoma na comunidade para pessoas com deficiência ou incapacidade,** incluindo, na transição para a vida ativa, após a escolaridade, serviços de atendimento e provisão de apoios dirigidos a este grupo específico.
- **Desenvolvimento de uma base de conhecimento em inovação social e boas práticas** (sistematização da recolha, reflexão e disseminação).

Enquadramento em financiamento comunitário: NORTE 2030 / Prioridade 4A / Objetivo específico: ESO4.8

CAPACITAÇÃO E REDE DE RESPOSTAS

- **Cursos de formação avançada ou formação-ação para ONG e agentes do setor social e solidário,** ao nível qualidade e eficiência na gestão e apoio prestado à população.
- **Capacitação dos parceiros sociais e do município, para a descentralização das novas competências no domínio da ação social,** e formação para novas abordagens e competências para a intervenção e resposta às novas exigências e necessidades.

Enquadramento em financiamento comunitário: PESSOAS 2030 / Prioridade 4D / Objetivo específico: ESO4.8

7.4 RESPOSTAS SOCIAIS

O processo de reflexão e auscultação do conhecimento dos agentes, realizada nos respetivos fóruns temáticos, sobre as necessidades, os desafios e os problemas com que se defrontam diariamente na intervenção direta com as pessoas, permitiu que fosse sinalizada a necessidade de impulsionar a rede de equipamentos e respostas sociais, em tipologias ou áreas ainda deficitárias em termos de cobertura.

Neste contexto, será relevante sinalizar as tipologias de respostas sociais que atualmente têm necessidade de aumento da capacidade instalada, mas simultaneamente incluir um processo de atualização e observação prospetiva sobre as necessidades de cobertura e respostas sociais inovadoras ou tipificadas do concelho, sendo esta tarefa realizada ao longo do processo de execução, monitorização e avaliação do PDS e dinâmicas sociais emergentes, o que pode dar origem a novas tipologias de ação social integrada e as respostas sociais.



RESPOSTAS SOCIAIS		Aumentar a capacidade da rede de respostas sociais
Infância e juventude		
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade da resposta social de creche Aumentar a capacidade concelhia ao nível dos Lares de Infância e Juventude e Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) Potenciar a criação de respostas sociais inovadoras e ajustadas às necessidades do público-alvo	
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias	
Pessoas Adultas com Deficiência e/ou Incapacidade		
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade da resposta social de Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI) Aumentar a capacidade concelhia ao nível dos Lares Residenciais para pessoas com deficiência Ampliar a capacidade da resposta social de Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI) Potenciar a criação de respostas sociais inovadoras e ajustadas às necessidades do público-alvo	
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias	
Pessoas Idosas		
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade das respostas sociais de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Centros de Dia, Habitações Colaborativas e Serviço de Apoio Domiciliário Potenciar a criação de respostas sociais inovadoras e ajustadas às necessidades do público-alvo	
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias	
População em Situação de Emergência Social		
OBJETIVO(S)	Ampliar a capacidade das respostas sociais de Centro de Alojamento de Temporário e de Centro de Alojamento de Emergência Social Aumentar a capacidade concelhia ao nível dos apartamentos partilhados e Housing First Potenciar a criação de respostas sociais inovadoras e ajustadas às necessidades do público-alvo	
INDICADORES	N.º de respostas sociais criadas/ampliadas; N.º de vagas criadas; N.º de pessoas beneficiárias	

SISTEMA DE EXECUÇÃO, 8 MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

CICLO DE EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.1

CRITÉRIOS E INDICADORES



8.2

OBJETIVOS



8.3

FASES DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.4

INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



8.5

GESTÃO DA EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO



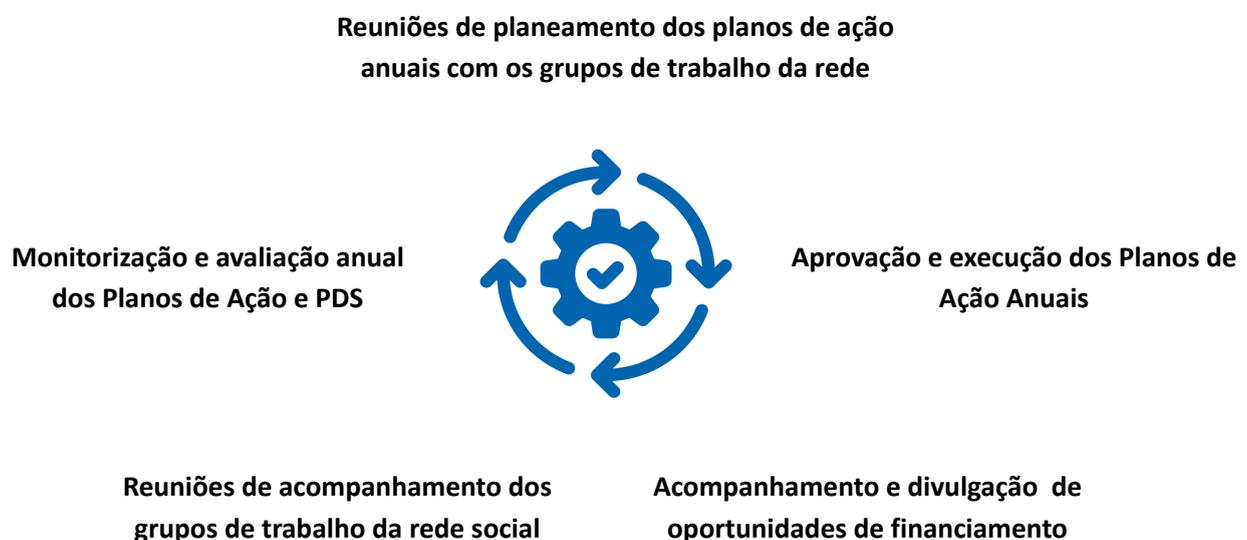
8.6

O processo de execução, monitorização e avaliação do PDS será orientado pelos desígnios dos pilares de ação estratégicos definidos para a promoção do desenvolvimento e coesão social e territorial, assente numa intervenção concertada, participada e colaborativa entre os parceiros do CLAS na concretização deste documento. Terá por isso que contemplar a capacidade de observação, registo e verificação de indicadores que nortearam o dashboard de atualização do diagnóstico social, nas suas várias dimensões e grupos-alvo, e simultaneamente integrar uma abordagem dinâmica de planeamento contínuo, flexível e adaptativo à evolução dos fluxos sociais que se correlacionam com acontecimentos emergentes e inesperados.

A aplicabilidade do sistema de execução, monitorização e avaliação está em linha com o Modelo de Governação que será assegurada pelos responsáveis pela gestão operacional e com funções de coordenação, monitorização e avaliação da execução do Plano, conforme explanado no Capítulo 9 deste documento.

8.1 CICLO DE EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Assumindo-se este Plano como um instrumento orientador e transformador da ação dos agentes que integram a Rede Social local, deve por isso alicerçar-se, durante o período de vigência, em marcos de implementação que contemplem Planos de Ação anuais, e espaços de planeamento, reflexão, monitorização e execução.



8.2 CRITÉRIOS E INDICADORES

A monitorização e avaliação deverá ser assumido como processo qualificante da dinâmica de atuação dos diferentes níveis de governação do Plano e do modus operandi da própria Rede Social, pelo que terá por base os seguintes critérios:

- **Pertinência** (focalização da intervenção nas áreas estratégicas definidas, eficiência na gestão e mobilização dos recursos e mecanismos de não sobreposição de intervenção);

- **Articulação** (cooperação interinstitucional, participação ativa e capacidade de atuação em rede com e entre os agentes do CLAS);
- **Eficácia e eficiência** (cumprimento dos objetivos e obtenção de resultados).

Ao nível dos indicadores de monitorização e avaliação, que são elementos estruturadores das evidências a gerar e da informação a produzir/disponibilizar, serão contemplados dois níveis:

- 1. Atualização do dashboard de indicadores estatísticos de fontes oficiais**, por via da recolha, tratamento e sistematização para disponibilização aos parceiros do CLAS com vista a suportar a caracterização da realidade social que servirá de base a projetos, candidaturas e ações que poderão emergir ao longo da vigência do Plano;
- 2. Agregação da informação produzida** pelos diferentes projetos, candidaturas e ações (indicadores específicos) desenvolvidas pelos parceiros da Rede Social, e simultaneamente da capacidade instalada na rede de equipamentos e respostas sociais.

Este processo de acompanhamento da informação produzida permitirá analisar os ritmos e flutuações registadas nas diferentes problemáticas sociais e respetivos grupos-alvo, mas também identificar fluxos sociais emergentes, que devem ser alvo de análise e integração no dispositivo de intervenção social existente.

8.3 OBJETIVOS

A monitorização e avaliação do Plano deverá corresponder a objetivos bem definidos que assegurem o rigor e a qualidade dos objetivos e resultados a atingir, entre os quais: identificar atempadamente desvios entre o planeado e o executado gerando alertas para a revisão do Plano; gerir e atualizar os suportes de informação e gestão de indicadores do Plano; disponibilizar informação de execução e progressos alcançados ao nível dos objetivos definidos para cada pilar de ação estratégica; e, introduzir ajustamentos necessários ao Plano face aos desvios identificados e/ou fluxos sociais emergentes de contextos de incerteza.

8.4 INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A avaliação dos níveis de execução do PDS e respetivos Planos de Ação Anuais, devem contemplar o recurso aos seguintes instrumentos, que se apresentam de forma sintética no quadro seguinte.

INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO		
QUADRO DE BORDO	RELATÓRIOS ANUAIS	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL
<ul style="list-style-type: none"> ● Organiza e estrutura os indicadores de execução por atividade, ação ou projeto; ● Permite a medição do desvio entre o previsto e o planeado; ● Registo das ocorrências e propostas de melhoria. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Relatório de execução dos planos de ação anuais (evidência física das atividades realizadas); ● Monitorização dos níveis de execução dos indicadores do Quadro de Bordo; ● Análise de desvios, constrangimentos e necessidades identificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Relatório com o balanço final sobre os resultados do plano, com a identificação das principais potencialidades, dificuldades e boas práticas registadas no período de vigência do Plano.

8.5 FASES DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

As principais fases de monitorização e avaliação previstas contemplam a:

- **Fase inicial** será a componente de ação preparatória da execução do Plano (reuniões de planeamento e definição da metodologia de monitorização, indicadores e construção de instrumentos de suporte à execução das ações/atividades);
- **Fase intermédia** decorrerá de forma contínua, através de reuniões de acompanhamento com os Grupos de Trabalho da Rede Social para aplicação dos instrumentos de controlo de execução (promover a reflexão entre os agentes envolvidos sobre os níveis de implementação, oportunidade de corrigir trajetórias, indicadores e replanear de acordo com as necessidades identificadas); e,
- **Fase final** decorrerá no último semestre do Plano de modo a aferir o cumprimento dos níveis de execução, do impacto gerado e incorporar a dimensão de empoderamento dos parceiros na reflexão das futuras medidas que prolonguem e potenciem a cooperação interinstitucional, participação ativa e capacidade de atuação em rede do CLAS.

8.6 GESTÃO DA EXECUÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A aplicabilidade do sistema de monitorização e avaliação está em linha com o Modelo de Governação que será assegurada pela gestão operacional do Núcleo Executivo, Grupos Temáticos e Comunidades de Prática que assumiram as funções de monitorização, acompanhamento e avaliação da execução de forma global do PDS e em particular dos Planos de Ação Anuais de implementação do mesmo. Para o efeito, assumirão as seguintes funções e respetivos mecanismos de suporte:

- i) o **Núcleo Executivo** deverá acompanhar a execução do Plano e respetivos programas âncora e projetos estruturantes, com a função de coordenação, agregação da informação e elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano para devolução ao CLAS; e,
- ii) os **Grupos Temáticos e Comunidades de Prática** deverão ativar e acompanhar a execução dos Programa âncora e respetivos projetos, com a função de atualização e gestão de uma bateria de indicadores específicos, ativação dos mecanismos de resolução e de decisão sobre correções a efetuar e melhorias a introduzir nos planos de ação e de agregar a informação produzidas pelos diferentes parceiros envolvidos.

MODELO DE GOVERNAÇÃO 9



O processo de planeamento estratégico, subjacente à elaboração do PDS, assume especial relevância com a definição de um modelo de governação, estrategicamente alinhado com as estruturas orgânicas (órgãos do Programa Rede Social), que assegure a implementação, monitorização, avaliação e coordenação do Plano e que explicita a composição (recursos organizacionais) e funções de cada uma das estruturas que o compõem.

O modelo de governação do Plano implica a existência de capacidade operacional associada a todas as dimensões de coordenação, gestão e organização para que possam interagir e funcionar complementarmente.

Para o efeito, importa neste ponto legendar um conjunto de pilares que consolidam a animação da estrutura local da parceria, em particular, e em geral, que fortalecem processos de cooperação, reflexão integrada e dinâmicas participativas com os agentes que intervêm no território.

Assumem-se os níveis de coordenação, gestão e funcionamento do processo de implementação, monitorização e avaliação do PDS Braga 2030, consubstanciados no seguinte esquema:

COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DO CLAS

PARTICIPAÇÃO / ANIMAÇÃO DE REDE

CSIF /CFS
FÓRUMS COMUNITÁRIOS



GESTÃO OPERACIONAL

NÚCLEO EXECUTIVO
GRUPOS TEMÁTICOS
COMUNIDADES DE PRÁTICA

Sumariamente pode-se listar, por níveis de governação, as **funções e instrumentos** associados a cada um dos elementos mencionados no esquema anterior:

NÍVEL DE GOVERNAÇÃO	FUNÇÕES
Coordenação Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar os documentos estratégicos da Rede Social (DS, PDS e Planos de Ação). • Aprovar pareceres para suporte a candidaturas de projetos a linhas de financiamento do Portugal 2030 e outras de âmbito nacional e internacional. • Acompanhar e monitorizar a implementação do PDS.
Gestão Operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e ativar a implementação do PDS nos vários níveis de planeamento e articular territorialmente as intervenções. • Elaborar os Planos de Ação anuais e submeter a aprovação do CLAS; • Emitir pareceres para suporte a candidaturas de projetos e respostas sociais; • Acompanhar a implementação do PDS e respetivos Planos de Ação Anuais; • Atualizar o dashboard de indicadores estatísticos de fontes oficiais, e agregar a informação produzida pelos diferentes projetos, candidaturas e ações (indicadores

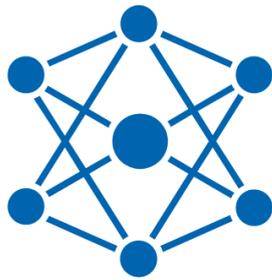
específicos) desenvolvidas pelos parceiros da Rede Social, e simultaneamente da capacidade instalada na rede de equipamentos e respostas sociais.

- Organizar e dinamizar as sessões de trabalho para a elaboração, preparação e submissão de candidaturas de projetos do PDS a linhas de financiamento.
- Elaborar relatórios de monitorização e avaliação interna do PDS.
- Identificar áreas de oportunidade para novas intervenções ou necessidades por responder.

Participação / Animação da Rede Social

- Facilitar fóruns de trabalho colaborativo que estimulem e reforcem a parceria local;
- Realização de fóruns participativos com envolvimento de grupos alvo específicos, para adequar as intervenções às necessidades e especificidades do contexto e realidade local;
- Criar espaços de reflexão sobre a intervenção e opções de planeamento no território, trazendo académicos, Peritos e especialistas que tragam apoiem esta reflexão com conteúdos académicos, científicos e profissionais.

A definição do modelo de governação do PDS, não pode ainda deixar de incorporar as dimensões de cooperação e articulação simbiótica com a Plataforma Supraconcelhia (PSC) da NUTS III Cávado, que se assume como organismo do Programa Rede Social à escala sub-regional.



REDE SOCIAL DE BRAGA

GOVERNAÇÃO LOCAL



PLATAFORMA SUPRACONCELHIA DO CÁVADO

GOVERNAÇÃO SUB-REGIONAL

Esta plataforma de parceria alargada à escala supraconcelhia assume um papel preponderante na promoção da coesão territorial e na integração do princípio de territorialização das políticas públicas, e que pode trazer oportunidades de parceria mais alargadas com os Municípios envolventes para que sejam capazes de maximizar as oportunidades de financiamento no novo Quadro Comunitário – Portugal 2030.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

Δ	Varição
AIMA	Agência para a Integração Migrações e Asilo
ASE	Ação Social Escolar
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CAE	Código de Atividade Económica
CERV	<i>Citizens, Equality, Rights and Values</i> (Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores)
CCH	Cursos científico-humanísticos
CCI	Cuidados Continuados Integrados
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CP	Cursos profissionais
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Respostas Integradas
CSF	Comissão Social de Freguesia
CSI	Complemento Solidário para Idosos
CSIF	Comissão Social Inter-freguesias
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DS	Diagnóstico Social
ECCI	Equipa de Cuidados Continuados Integrados
EAD	Equipa de Apoio Domiciliário
ELR	Estatuto legal de residente
EMAT	Equipa Multidisciplinar de Apoio Técnico
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
FAMI	Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
GAD-2	<i>Generalized Anxiety Disorder 2</i>
GAVAC	Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICOR	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
MAVI	Modelo de Apoio à Vida Independente
ME - MCTES	Ministério da Educação - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
NE	Necessidades Educativas
NE	Núcleo Executivo da Rede Social
NLI	Núcleo Local de Intervenção
NEET	<i>Not in Education, Employment, or Training</i> (Pessoas)
NPISA	Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NPT	Nacionais de países terceiros
NORTE 2030	Programa Operacional Regional do Norte 2021-2027
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
OP	Objetivo de Política
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PE	Projeto Estruturante
PEA	Perturbação do Espectro do Autismo

PESSOAS 2030	Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
PIPSE	Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo
PME	Pequena e Média Empresa
POR	Programa Operacional Regional
POAPMC	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência
PSI	Prestação Social para a Inclusão
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSSA	Pessoa em Situação de Sem-abrigo
RAP	Resposta de Apoio Psicológico
RMAA	Rede Municipal de Apoio Alimentar
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAS	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SAVI	Serviço de Apoio à Vida Independente
TEA	Transtorno do Espectro Autista
VAB	Valor Acrescentado Bruto
UC	Unidade de Convalescença
ULDm	Unidade de Longa Duração e Manutenção
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Localização e freguesias do município de Braga	9
Figura 2 Densidade das freguesias do município, segundo os Censos 2021	10
Figura 3 Evolução demográfica inter-censos (2011-2021) das freguesias	11
Figura 4 Evolução anual da população residente entre 2011 e 2023	13
Figura 5 População residente por sexo e grupo etário à data dos Censos 2021	15
Figura 6 Variação da população residente por grandes grupos etários entre os Censos 2011 e 2021	15
Figura 7 Evolução da população jovem, 2011 a 2023 (N.º)	16
Figura 8 População dos 0 aos 24 anos, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)	16
Figura 9 Pirâmides etárias à data dos Censos 2011 e 2021	17
Figura 10 Evolução da população idosa, 2011 a 2023 (N.º)	17
Figura 11 População idosa, por subgrupos etários e sexo, 2023 (N.º)	18
Figura 12 Variação da população por estado civil entre os Censos 2011 e 2021	19
Figura 13 Nível de formação da população, segundo os Censos 2011 e 2021, homens e mulheres (%)	20
Figura 14 Nível de formação da população face a outros territórios, segundo os Censos 2021 (Total, %)	20
Figura 15 Proporção da população de naturalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos (%)	21
Figura 16 População com estatuto legal de residente, por nacionalidade, 2021 (%)	22
Figura 17 Evolução da população com estatuto legal de residente, proporção face à população total residente, 2011 - 2022 (%)	22
Figura 18 Taxa de atividade da população residente por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021(%)	23
Figura 19 Taxa de atividade por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	24
Figura 20 Taxa de fecundidade, entre 2011 e 2023 (‰)	24
Figura 21 Evolução Taxa bruta de natalidade vs Taxa bruta de mortalidade, 2011- 2023(‰)	25
Figura 22 Taxa bruta de natalidade, entre 2011 e 2023 (‰)	25
Figura 23 Taxa bruta de mortalidade, entre 2011 e 2023 (‰)	26
Figura 24 Saldo Natural, Migratório e Total, entre 2011 e 2023 (N.º)	26
Figura 25 Índice de envelhecimento, 2011, 2021 e 2023	27
Figura 26 Principais causas de morte por doença, 2011 e 2021 (%)	34
Figura 27 Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por sexo e grupo etário, Portugal, 2023.	35
Figura 28 Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por escolaridade, Portugal, 2023 (%)	35
Figura 29 Proporção da população com sintomas de ansiedade generalizada (GAD-2), por situação face ao emprego, Portugal, 2023 (%)	36
Figura 30 População com 5 ou mais anos com incapacidade, por domínios de funcionalidade e grau de incapacidade, Censos 2021 (N.º)	37
Figura 31 População com dependências, por grupo etário, julho 2024 (N.º)	38
Figura 32 População com dependências, por estado civil, julho 2024 (%)	39
Figura 33 População com dependências, por escolaridade, julho 2024 (%)	39
Figura 34 População com dependências, por situação face ao emprego, julho 2024 (N.º)	39
Figura 35 Alunas/os matriculados por nível de ensino e natureza dos estabelecimentos, 2022/2023 (N.º)	42
Figura 36 Número de docentes, por sexo e ano letivo, 2014/2015 e 2022/2023	46
Figura 37 Taxa de transição/conclusão no ensino básico, entre 2013 e 2023 (%)	47
Figura 38 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário, entre 2013 e 2023 (%)	47
Figura 39 Taxa de retenção e desistência no ensino secundário, Público e privado (%)	49
Figura 40 Crimes registados pelas polícias, por tipo de crime, 2023	51

Figura 41 Crimes violentos registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022 (N.º)	52
Figura 42 Crimes de delinquência grupal e juvenil registados pela PSP e GNR entre 2019 e 2022, (N.º)	52
Figura 43 Vítimas de violência de género e doméstica por sexo, 2019 a 2022	53
Figura 44 Vítimas de violência de género e doméstica por grupos etários, em 2022	54
Figura 45 Vítimas de violência de género e doméstica por estado civil, em 2022	54
Figura 46 Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo, em 2022	55
Figura 47 Ocorrências de violência de género e doméstica por tipo de consequências para a vítima, em 2022	55
Figura 48 População empregada por grupo etário, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	59
Figura 49 Taxa de emprego por grupo etário, à data dos Censos 2021 (%)	59
Figura 50 População empregada por nível de escolaridade, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	60
Figura 51 População empregada por setor económico, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	60
Figura 52 Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por sexo, em 2011, 2021 e 2023 (N.º)	63
Figura 53 Média anual dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, por grupo etário, em 2011 e 2023 (N.º)	64
Figura 54 Desemprego Registado no concelho em maio 2024 (N.º)	64
Figura 55 Despesas municipais em cultura e desporto no total de despesas, 2018-2022 (%)	65
Figura 56 Despesas municipais em atividades culturais e criativas por habitante, 2018-2022 (€)	66
Figura 57 Despesas municipais em artes do espetáculo, por tipo, 2018-2022 (€)	66
Figura 58 Visitantes de museus por habitante, 2018-2022 (N.º)	67
Figura 59 Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses por categoria do alojamento familiar, (€), 2019-2023	69
Figura 60 Residentes em habitação social, por grupo etário (%)	71
Figura 61 Residentes em habitação social, por fonte de rendimento (%)	71
Figura 62 Residentes em habitação social, por tipo de família (%)	71
Figura 63 Beneficiários do RADA, por tipo de família (%)	72
Figura 64 PSSA, por situação e grupo etário, 2023 (N.º)	74
Figura 65 PSSA, por estado civil, 2023 (N.º)	74
Figura 66 PSSA, por nacionalidade, 2023 (N.º)	75
Figura 67 PSSA, por escolaridade, 2023 (N.º)	75
Figura 68 PSSA, por fonte de rendimento, 2023 (N.º)	75
Figura 69 PSSA, por duração da situação, 2023 (N.º)	76
Figura 70 Causas da situação de sem-abrigo, 2023 (%)	76
Figura 71 Beneficiários de RSI, por grupo etário, 2023 (N.º)	81
Figura 72 Beneficiários de PSI em Braga, Componente base e Complemento, 2023 (N.º)	83
Figura 73 Beneficiários de processos ativos de SAAS, por grupo etário, 2023 (N.º)	84
Figura 74 Beneficiários de processos ativos de SAAS, por dimensão das famílias, 2023 (%)	84
Figura 75 Beneficiários de processos ativos de SAAS, por tipo de família, 2023 (%)	84
Figura 76 Problemáticas que motivam a intervenção da CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)	85
Figura 77 Crianças e jovens acompanhados pela CPCJ, por grupo etário, 2023 (%)	86
Figura 78 Atendimentos do CLAIM, por país de origem, 2023 (%)	87

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição da população residente por freguesia segundo os Censos de 2011 e 2021 (N.º)	12
Tabela 2 Distribuição da população residente segundo os Censos, por grupo etário e área de intervenção das Comissões Sociais	13
Tabela 3 Evolução da população residente segundo os Censos	14
Tabela 4 População residente por sexo e grupo etário segundo os Censos 2011 e 2021	15
Tabela 5 População residente por sexo e estado civil segundo os Censos 2011 e 2021	19
Tabela 6 População residente por sexo e escolaridade segundo os Censos 2011 e 2021	20
Tabela 7 Proporção da população de naturalidade estrangeira face à população total, segundo os Censos 2011 e 2021 (%)	22
Tabela 8 População ativa, por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021	24
Tabela 9 Índices de envelhecimento e de longevidade, 2021 a 2023 (N.º)	28
Tabela 10 Índices de dependência, 2023	29
Tabela 11 Agregados domésticos privados nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por dimensão, à data dos Censos 2021 (N.º)	30
Tabela 12 Proporção de agregados domésticos privados unipessoais com pessoas de 65 ou mais anos, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	31
Tabela 13 Proporção de núcleos familiares monoparentais (%), à data dos Censos 2011 e 2021	31
Tabela 14 Núcleos familiares monoparentais (N.º) por Local de residência à data dos Censos 2021	31
Tabela 15 Distribuição das USF, UCC e ECCL por área de intervenção das Comissões Sociais	33
Tabela 16 Médicos por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)	34
Tabela 17 Enfermeiros por 1000 habitantes, 2011, 2021 e 2022 (N.º)	34
Tabela 18 Utentes com e sem médico de família, junho de 2024	34
Tabela 19 Óbitos (N.º), 2011, 2019 a 2023	36
Tabela 20 Taxas de prevalência da incapacidade para a população com 5 ou mais anos para os quatro domínios essenciais da funcionalidade*, Censos 2021	38
Tabela 21 Taxa de Analfabetismo por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	40
Tabela 22 Taxa real de pré-escolarização (%)	40
Tabela 23 Taxas brutas de escolarização (%)	41
Tabela 24 - Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (% sobre a população com 18 e mais anos de idade)	41
Tabela 25 - Proporção da população residente entre 20 e 24 anos de idade com pelo menos o ensino secundário completo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	41
Tabela 26 Evolução do n.º de alunas/os matriculados no Cávado e em Braga	42
Tabela 27 Alunas/os matriculados no ensino secundário: total e por modalidade de ensino, 2022/2023, no Cávado e em Braga (N.º)	42
Tabela 28 Alunas/os com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, 2020/2021 a 2022/2023 (N.º)	43
Tabela 29 Alunas/os beneficiários de Ação Social Escolar (2023/2024)	44
Tabela 30 Rede Escolar e de Estabelecimentos de Ensino Superior, por área de intervenção das Comissões Sociais	45
Tabela 31 Níveis de modernização tecnológica, 2015/2016 e 2021/2022 (N.º)	46
Tabela 32 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (%), por modalidade de ensino, 2012/2013 e 2022/2023	47
Tabela 33 Taxa de retenção e desistência no ensino básico, Público e privado, 2015/2016 a 2022/2023 (%)	47
Tabela 34 Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino básico, 2017/2018 e 2021/2022	48

Tabela 35 Taxa de conclusão em tempo normal dos ciclos de estudo, no ensino secundário	49
Tabela 36 Alunas/os do 2.º e 3.º Ciclo do ensino básico com níveis negativos a pelo menos uma disciplina - rede pública (%), 2017/2018 e 2021/2022	49
Tabela 37 % de positivas a Português e Matemática, no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico regular - rede pública	49
Tabela 38 Total de crimes registados pelas polícias, 2019 a 2023	50
Tabela 39 Taxa de criminalidade e Categoria de crime, em 2022 (‰)	50
Tabela 40 Nascimentos de empresas por localização geográfica, 2019-2022 (N.º)	55
Tabela 41 Concentração do valor acrescentado bruto e do volume de negócios das quatro maiores empresas, 2022 (%)	55
Tabela 42 Volume de negócios e Valor acrescentado bruto dos estabelecimentos, por atividade económica (CAE Rev. 3), 2022 (€)	56
Tabela 43 População empregada por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	57
Tabela 44 Taxa de emprego por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021 (%)	57
Tabela 45 Pessoal ao serviço por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3), em 2022 (%)	60
Tabela 46 Trabalhadores por conta de outrem por dimensão das empresas (%), em 2021	60
Tabela 47 Ganho médio mensal, 2011 e 2021 (€)	61
Tabela 48 Poder de compra per capita (%)	61
Tabela 49 Taxa de desemprego (%) por sexo, à data dos Censos 2011 e 2021	62
Tabela 50 Despesas municipais em atividades e equipamentos desportivos, 2018-2022 (€)	65
Tabela 51 Alojamentos familiares à data dos Censos 2011 e 2021 (N.º)	67
Tabela 52 Valor mediano de avaliação bancária (€/ m ²) por tipo de construção, 2011, 2021 e 2022	67
Tabela 53 Taxas de esforço do crédito para habitação permanente (%), 2021	68
Tabela 54 Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	68
Tabela 55 Habitação Social de propriedade municipal	69
Tabela 56 Beneficiários do RADA, 2018 a 2022 (N.º)	71
Tabela 57 Indicadores gerais de pobreza	76
Tabela 58 Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem, 2011 e 2021	78
Tabela 59 Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%), 2018 e 2021	78
Tabela 60 Índices S80/S20 e P80/P20, Norte e Braga 2018, 2021 e 2022 (%)	78
Tabela 61 Resumo de algumas prestações sociais atribuídas a residentes em Braga, 2014, 2022	79
Tabela 62 Estatísticas do RSI em Braga, 2019 - 2023 (N.º)	80
Tabela 63 Estatísticas do CSI em Braga, 2019 - 2023 (N.º)	80
Tabela 64 Estatísticas da PSI em Braga, Componente base, 2019 - 2023 (N.º)	81
Tabela 65 Estatísticas da PSI em Braga, Complemento, 2019 - 2023 (N.º)	81
Tabela 66 Estatísticas dos SAAS em Braga, 2019 - 2023 (N.º)	82
Tabela 67 Estatísticas dos SASS descentralizados, 2023 (N.º)	84
Tabela 68 Movimento de processos na CPCJ, 2023 (N.º)	85
Tabela 69 Respostas sociais para crianças e jovens	90
Tabela 70 Respostas sociais para adultos com deficiência, incapacidade e doença mental	91
Tabela 71 Respostas sociais para pessoas idosas	92
Tabela 72 Respostas sociais para a família e comunidade em geral	93

BIBLIOGRAFIA

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2024), “Relatório anual da atividade das CPCJ 2023”, Lisboa

Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança (2006), “Respostas Sociais - Nomenclaturas/Conceitos”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2003), “Revista de Estudos Demográficos, n.º 33”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2022), “O que nos dizem os censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidade - Informação à Comunicação Social”, Lisboa

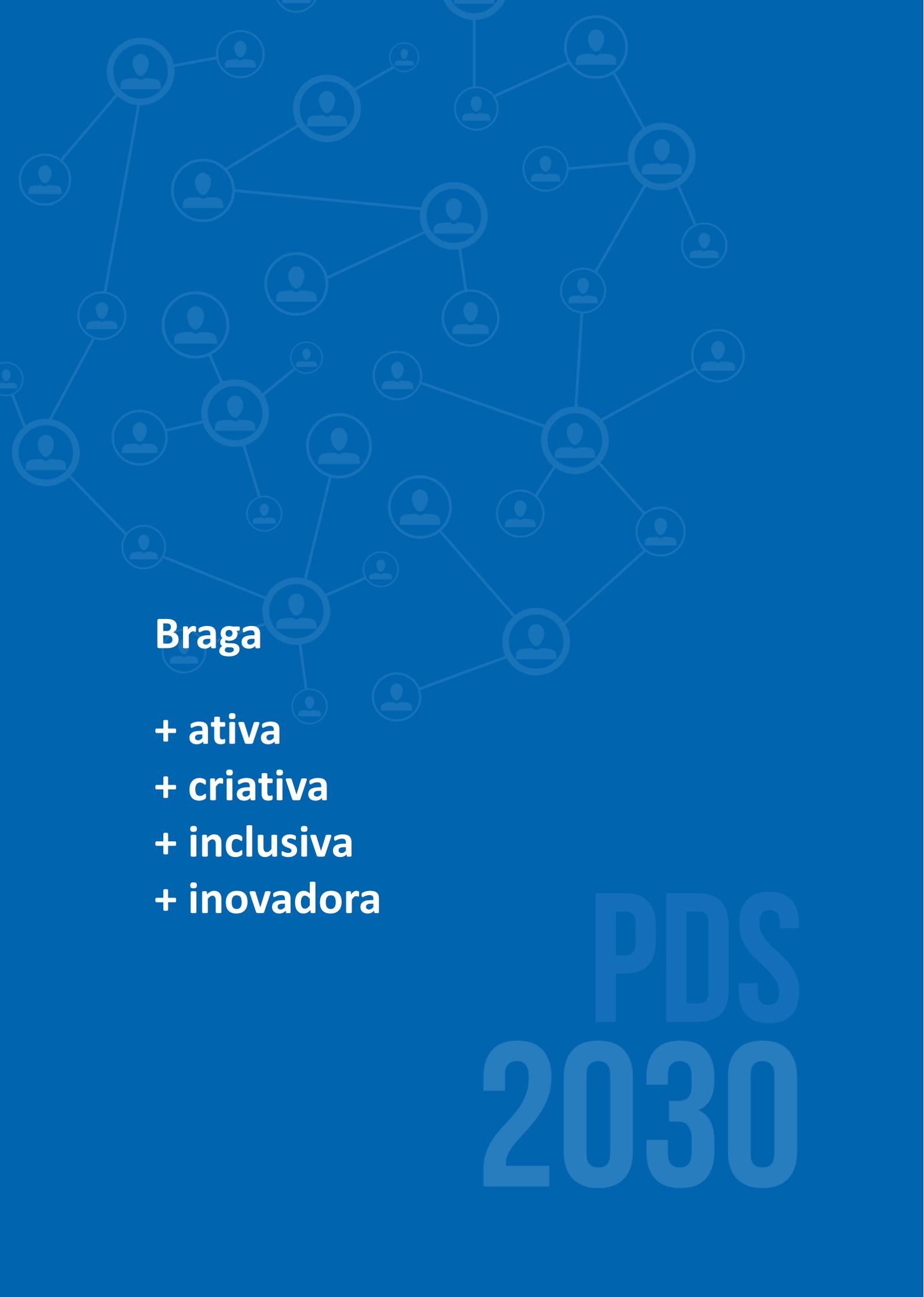
Instituto Nacional de Estatística (2023), “O que nos dizem os Censos sobre as estruturas familiares”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2023), “O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal”, Lisboa

Instituto Nacional de Estatística (2023), “Rendimento e condições de vida - habitação, dificuldades habitacionais e eficiência energética dos alojamentos” - Informação à comunicação social”, Lisboa

Município de Braga (2019), “Estratégia Local de Habitação do Concelho de Braga”, Braga

Município de Braga (2024), “Revisão da Carta Educativa do Município de Braga”, Braga



Braga

+ ativa

+ criativa

+ inclusiva

+ inovadora

PDS
2030